

Relatório e Contas 2015

ÍNDICE

Órgãos Sociais	03
Relatório e Contas Consolidado	
Relatório do Conselho de Administração	04-29
Demonstrações Financeiras Consolidadas	30-39
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	40-249
Relatório e Contas Individual	
Relatório do Conselho de Administração	250-255
Demonstrações Financeiras Individuais	256-261
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	262-282
Relatório de Governo Societário	283-297
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	298-307

ÓRGÃOS SOCIAIS

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. (TRIÉNIO 2014 - 2016)

Conselho de Administração

Presidente	GUOQI DING
Vogais	XUETANG QIN

Conselho Fiscal

Presidente	Xiaolei HU
Vogais	Lijun SHAO Xiao Lei CHI
Suplente	Alex Pei

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

01

Relatório do
Conselho de
Administração

Em cumprimento das exigências legais e estatutárias de prestação de informação, vem o Conselho de Administração da Longrun Portugal, SGPS, S.A., doravante Longrun, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

A satisfação dessas exigências constitui também uma oportunidade para, precedendo a análise da evolução dos vários segmentos do negócio e a apresentação das demonstrações financeiras, expor, em traços gerais, os aspetos de maior relevância para a caracterização da empresa, bem como as principais linhas de orientação no desenvolvimento da sua atividade.

1. Síntese de Indicadores

(Milhões de Euros)

	2015	2014 reexpresso Proforma (*)
LONGRUN PORTUGAL (Contas Consolidadas)		
Ativo Líquido	15 186,5	14 223,6
Capitais Próprios	1 799,2	1 166,8
Interesses minoritários	278,0	315,9
Passivo	13 109,3	12 741,0
- dos quais Responsabilidades Técnicas	11 926,4	11 613,1
Rácio de Solvência (Contas Estatutárias)	234%	151%
Resultado Líquido (Contas Estatutárias)	254,8	123,7
ATIVIDADE SEGURADORA		
Prémios Brutos Emitidos (milhões de euros)	3 971,2	4 185,3
Ramos Vida	297,3	282,0
Contratos de Investimento (Instrumentos Financeiros)	2 498,0	2 805,6
Ramos Não Vida	1 175,9	1 097,7
Quotas de Mercado (Atividade em Portugal)	29,8%	28,0%
Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento)	31,4%	28,9%
Ramos Não Vida	26,2%	25,6%

(*) Considerando 12 meses de atividade das empresas integradas no perímetro de consolidação

2. Sumário Executivo

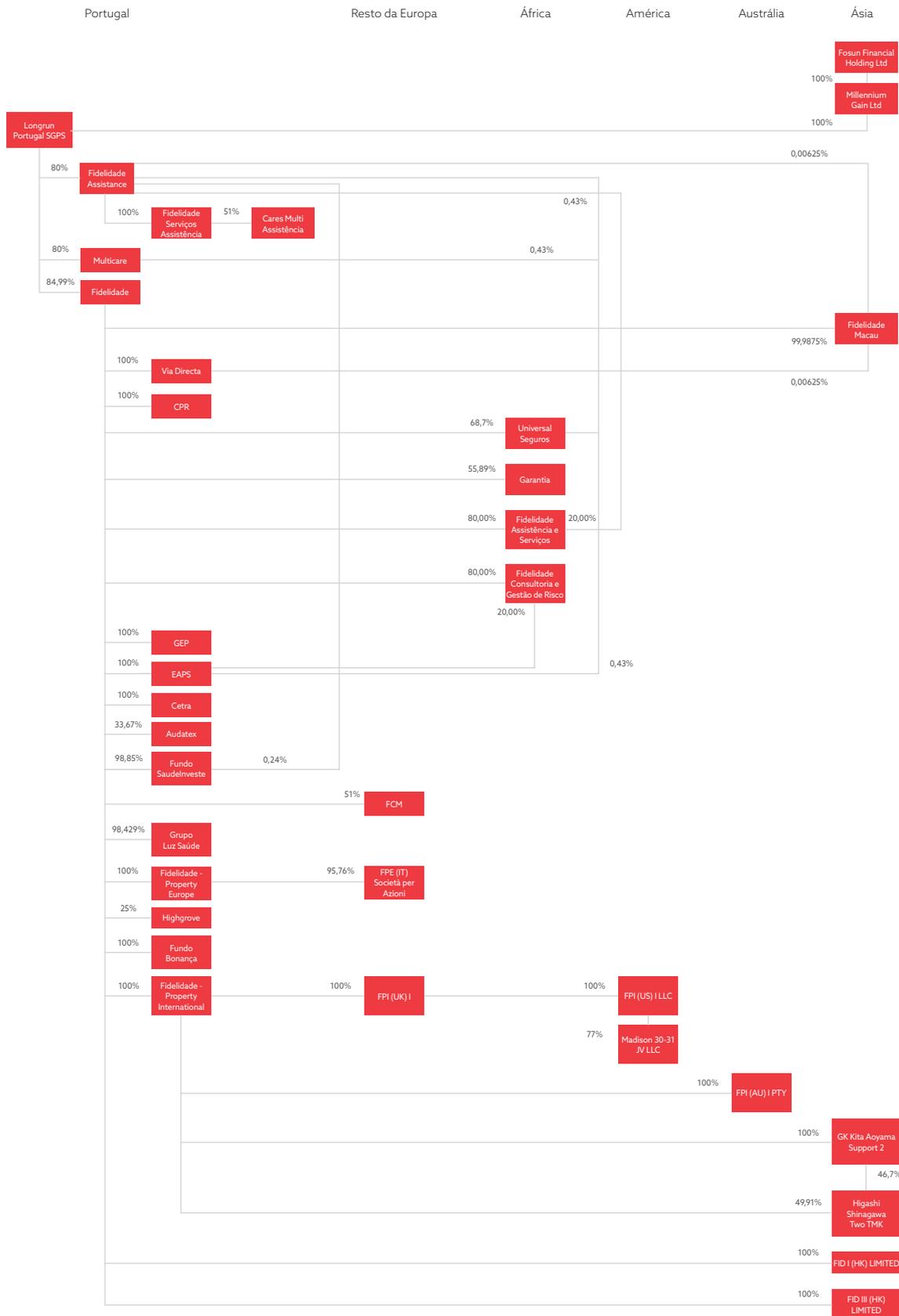
A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário consolidado de 254,8 milhões de euros, tendo atingido em 2015, um volume de prémios (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3.971 milhões de euros.

O conjunto de empresas detidas maioritariamente pela Longrun reforçou a manutenção da liderança do mercado segurador nacional, com uma quota de mercado total de 29,8%, ocupando, de forma destacada, o lugar de topo, quer no conjunto da atividade Vida, quer no conjunto da atividade Não Vida, bem como em todos os seus principais ramos.

O Ativo Líquido consolidado da Longrun situou-se em 15,2 mil milhões de euros, tendo por sua vez os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascendido a 2,1 mil milhões de euros, um acréscimo face a 2014 resultante sobretudo de um aumento de capital através de prestações suplementares no montante de 561 milhões de euros.

3. Apresentação da Longrun

No final de 2015 a Longrun detinha uma participação direta de 84,99% na seguradora Fidelidade e 80% na Multicare e Fidelidade Assistance, através das quais detém uma presença relevante no mercado segurador e hospitalar em Portugal, bem como uma presença internacional em diversas geografias.



3.1. Dimensão/Posicionamento da Longrun

A área seguradora do Grupo Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores ligados; agentes; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

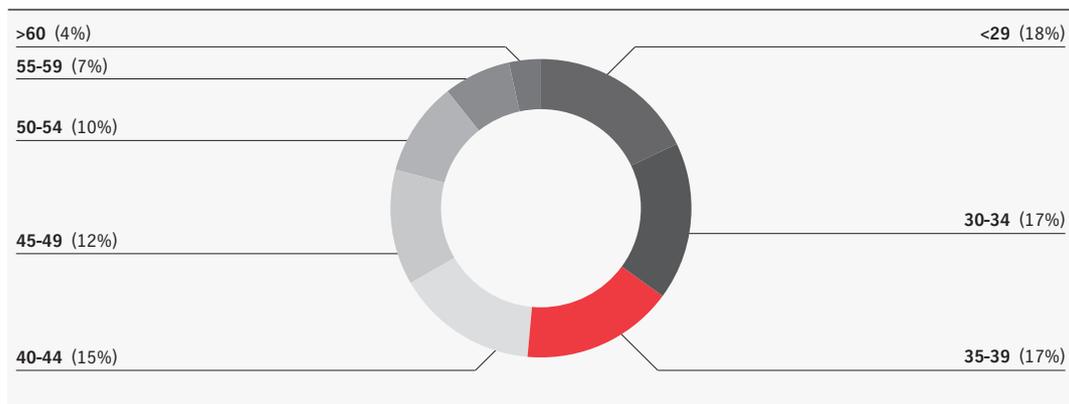
No que respeita à atividade internacional, a área seguradora do Grupo Longrun está presente em sete países, distribuídos por três continentes (Espanha, França, Luxemburgo, Macau, Angola, Cabo Verde e Moçambique). Na área hospitalar detém uma participação maioritária na Luz Saúde, que é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando serviços através de 20 unidades presentes em todo o território nacional.

3.2. Recursos Humanos

No final de 2015, existiam 8.681 trabalhadores em serviço no conjunto das empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun, estando 3.611 trabalhadores afetos às empresas da área seguradora e 5.070 trabalhadores ligados à atividade hospitalar.

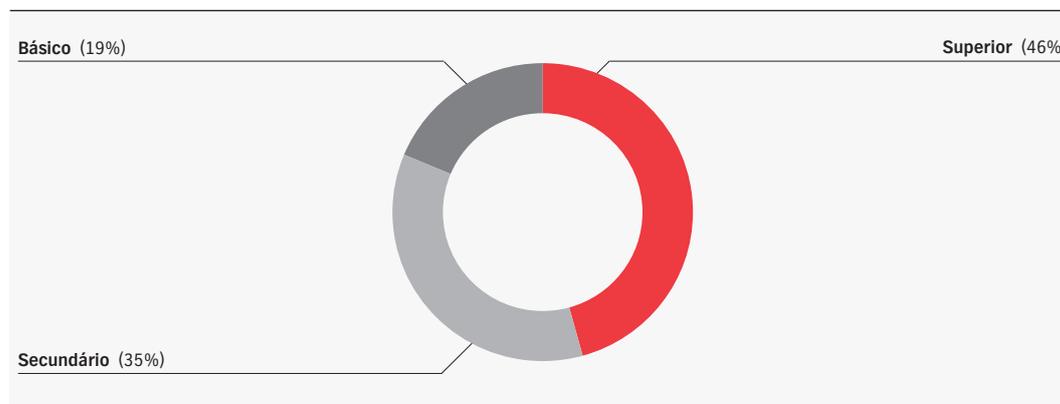
O efetivo permanente apresentou uma idade média de 40,0 anos e uma antiguidade média de 10,7 anos.

Estrutura Etária



Em termos de formação académica, há a referir que os colaboradores com formação superior representam 46% do total.

Nível de Habilitação



4. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

4.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa continuou a evidenciar, em 2015, a tendência de recuperação iniciada no ano anterior, refletindo a evolução quer da procura interna, em particular do consumo de bens duradouros e investimento, quer da procura externa, traduzida no dinamismo das exportações.

Esta evolução favorável teve como principal impulsionador o aumento do rendimento disponível nas economias desenvolvidas, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a diminuição acentuada dos preços dos produtos energéticos, a melhoria do mercado de trabalho e o aumento dos níveis de confiança por parte dos particulares. Adicionalmente, as exportações beneficiaram ainda da desvalorização do Euro face às principais moedas internacionais.

Assim, e em consequência da evolução descrita acima, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que a economia nacional continua a evidenciar, a atividade económica terá aumentado 1,6% em 2015, ligeiramente acima da estimativa para a área do Euro, permitindo retomar o processo de convergência real da economia portuguesa para a média europeia.

De referir ainda que a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e da balança de capital manteve-se em cerca de 2%, situação que se verifica desde 2012 devido ao reequilíbrio da balança corrente.

Por seu lado, a inflação registou, em 2015, um aumento de 0,5%, claramente abaixo do valor de referência para a área do Euro, devido à descida do preço das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, continuou a verificar-se a tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 12%, refletindo quer o maior nível de emprego associado à melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se moderadamente restritiva em 2015, continuando a evidenciar um elevado nível da carga fiscal e um crescimento moderado da despesa pública, possibilitando alcançar no final do ano um défice próximo de 3%.

As projeções mais recentes apontam para uma recuperação continuada da economia portuguesa, traduzida num crescimento anual próximo de 2%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face à recuperação recente e consolida a saída do ciclo recessivo iniciado em 2011.

Esta evolução continuará a ter como principais dinamizadores o consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como por alterações das atuais condições de financiamento.

4.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

Em 2015 o montante de prémios de seguro direto contabilizados no mercado português atingiu 12,7 mil milhões de euros (equivalente a 7,2% do PIB), o que representou um decréscimo de 11,4% face ao ano anterior, tendo sido prejudicado pela evolução desfavorável dos ramos Vida.

Com efeito, a atividade Vida evidenciou um decréscimo de 17% no montante de prémios, para 8,7 mil milhões de euros, refletindo quer alterações nas políticas de captação de recursos por parte de alguns grupos financeiros nacionais, quer o atual contexto de reduzidas taxas de juro, com impacto significativo na taxa de poupança dos particulares.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um acréscimo de 3,7%, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha verificando nos anos mais recentes, tendo o montante de prémios atingido 4,0 mil milhões de euros (cerca de 2,3% do PIB).

Apesar desta evolução favorável ter subjacente um aumento na generalidade dos ramos (com exceção de Transportes), há a destacar o crescimento de 7,1% evidenciado pelos ramos Acidentes e Doença, em particular pelos seguros de saúde, que beneficiaram do maior rendimento disponível e da necessidade crescente de complementar a oferta do Serviço Nacional de Saúde, e pelos seguros de Acidentes de Trabalho, que refletiram uma ligeira recuperação do nível de emprego e o ajuste tarifário necessário para o equilíbrio técnico deste produto.

Por seu lado, os ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos apresentaram um crescimento próximo da atividade económica, tendo ambos beneficiado de uma estabilização do prémio médio e de um ligeiro aumento do número de apólices.

De referir ainda que, de uma forma geral, o mercado segurador apresentou, em 2015, uma diminuição dos níveis de concentração, traduzido por um aumento de quota das seguradoras de menor dimensão nos ramos Vida e Não Vida.

4.3. Enquadramento Competitivo da Área Hospitalar

O setor da Saúde em Portugal constitui, tradicionalmente, uma área de intervenção privilegiada de entidades públicas, sobretudo no que diz respeito aos grandes sistemas de saúde, complementada pela clínica privada e por instituições com caráter associativo ou de solidariedade social.

Na última década, os gastos em saúde cresceram a um ritmo superior ao do PIB, levando a que Portugal seja um dos países da UE com maiores gastos em saúde (superior a 10% do PIB).

Nos últimos anos tem-se vindo igualmente a assistir ao aparecimento e à expansão de grandes projetos privados, pois a dinâmica das sociedades modernas modifica os paradigmas dos sistemas de saúde, por via do acesso generalizado à informação – o qual amplia as expectativas e exigências dos cidadãos no que diz respeito à escolha e acesso a cuidados de saúde.

As unidades de saúde privadas têm vindo a concentrar o esforço na disponibilização de oferta de serviços de excelência, com profissionais altamente qualificados nas respetivas áreas e na utilização dos mais modernos equipamentos, respondendo a uma procura crescente e seletiva, potenciada por uma adesão crescente aos seguros de saúde.

Os indicadores disponíveis apontam para uma dimensão já significativa e rapidamente crescente do setor privado de saúde, estimando-se que o volume de negócios seja aproximadamente de 1.500 milhões de euros.

5. Análise Financeira Consolidada

5.1. Resultados Técnicos

5.1.1. Ramo Vida

No que respeita ao ramo Vida, a Longrun desenvolve a sua atividade essencialmente através da Fidelidade, que segue uma abordagem multicanal, utilizando, nomeadamente, canais tradicionais, bancário e CTT.

Em 2015, a Longrun atingiu, através das suas participadas, um montante de prémios brutos emitidos do ramo Vida, incluindo recursos captados no âmbito de contratos de investimento, de 2.795 milhões de euros, uma redução de 9,5% face ao ano anterior, decorrente essencialmente da evolução dos produtos financeiros.

O resultado técnico foi de 188,4 milhões de euros, positivamente influenciado pelos proveitos de investimentos, decorrente, sobretudo, da realização de mais-valias financeiras.

5.1.2. Ramos Não Vida

No conjunto de ramos Não Vida, para além da Fidelidade, a Longrun desenvolve ainda a sua atividade através da Via Directa (detentora da marca Ok!teleseguros), especialmente vocacionada para os canais remotos (telefone e internet), da Universal Seguros, que atua no mercado angolano e da Garantia, no mercado cabo-verdiano.

Atuam, igualmente, nesta área de negócio, mas essencialmente na vertente de resseguro, as empresas Multicare, Fidelidade Assistance e Companhia Portuguesa de Resseguros.

Em 2015, a Longrun atingiu, através das suas participadas, um montante de prémios brutos emitidos no conjunto Não Vida de 1.176 milhões de euros, um acréscimo de 7,1% face a 2014, refletindo a evolução favorável quer no mercado doméstico quer no mercado internacional.

O resultado técnico foi de 94,3 milhões de euros, que beneficiou igualmente dos proveitos de investimentos e de uma redução do rácio combinado.

5.2. Resultado Líquido e Solvência

Em 2015 o resultado antes de impostos atingiu 392,7 milhões de euros, refletindo sobretudo o desempenho favorável da atividade financeira, tendo o resultado líquido consolidado, após interesses minoritários, alcançado 254,8 milhões de euros.

Em termos consolidados, o montante da margem de solvência exigível da Longrun era, em 2015, de 694,8 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 1.498,1 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 234%, representativo de um elevado nível de segurança para com as entidades que se relacionam com as seguradoras que integram o perímetro de consolidação.

5.3. Posicionamento no Mercado Segurador

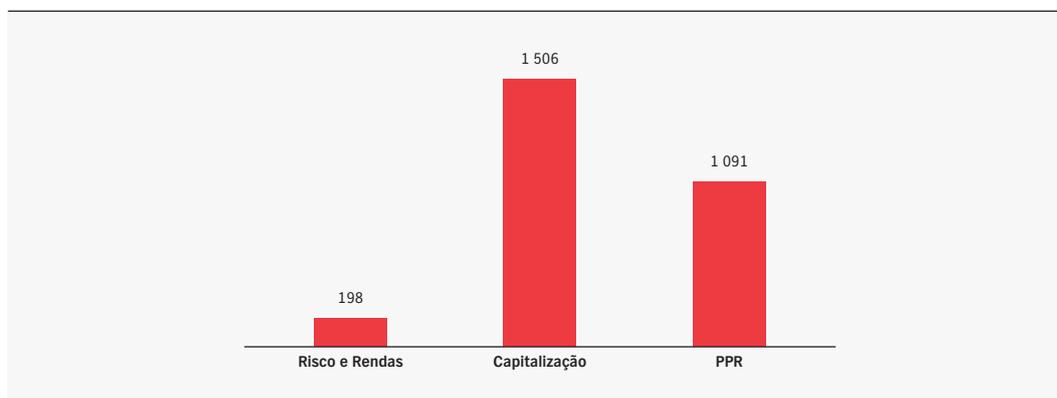
As empresas integrantes da área seguradora da Longrun mantiveram, em 2015, a liderança destacada do setor segurador nacional, detendo uma quota global de 29,8%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 3.768 milhões de euros, representando um decréscimo de 5,9% face ao ano anterior.

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 2.724 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um decréscimo de 9,9% face a 2014, refletindo a evolução dos produtos de capitalização. Ainda assim, reforçou a liderança do mercado nesta área de negócio, alcançando uma quota de 31,4% (+2,5pp face a 2014).

A atividade internacional registou um montante de prémios na atividade Vida de 72 milhões de euros, um acréscimo de 8,7% face a 2014.

Prémios de Seguro Direto Ramo Vida

Atividade Total (2015)

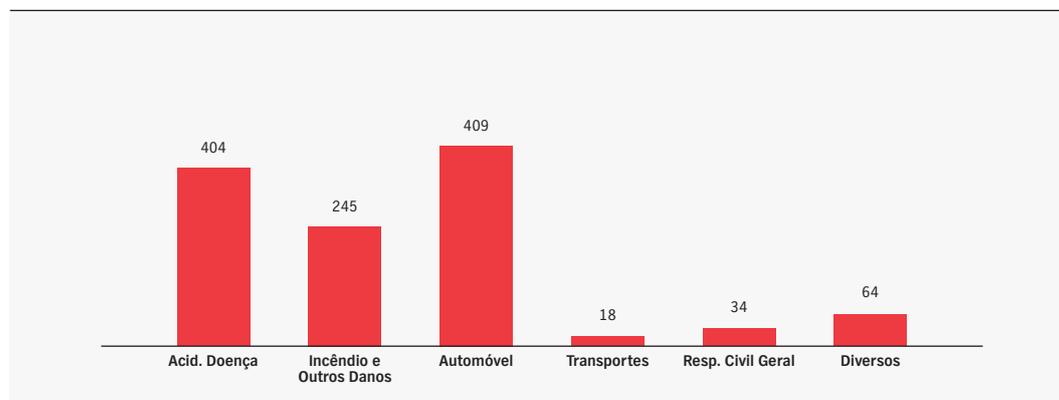


A atividade Não Vida, em Portugal, registou prémios de seguro direto num montante de 1.045 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 6,1% face ao ano anterior, para o qual contribuíram a generalidade dos ramos.

A atividade no estrangeiro registou prémios Não Vida num montante de 130 milhões de euros, um crescimento de 16,7% face a 2014, o que permitiu reforçar a representatividade da área internacional para 11,1% dos prémios totais de Não Vida (10,2% em 2014).

Prémios de Seguro Direto Ramo Não Vida

Atividade Total (2015)



Em 2015, a quota de mercado nos ramos Não Vida foi de 26,2%, verificando-se igualmente um aumento de quota face a 2014 e consolidando a liderança do Mercado (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos).

5.4. Posicionamento da Área Hospitalar

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando serviços através de 20 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), duas unidades especializadas de cuidados continuados, sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

No final de 2015, as unidades da Luz Saúde detinham 1179 camas para internamento, tendo registado um elevado nível de resultados financeiros e operacionais, refletindo a maior procura dirigida aos hospitais privados em Portugal e a materialização de sinergias com o negócio segurador da Fidelidade.

5.5. Aquisição de Ações Próprias

No exercício de 2015 a Fidelidade adquiriu, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da assembleia geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de € 11,20, perfazendo o valor total de € 148.960,00. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

Não tendo sido alienadas, durante o exercício de 2015, quaisquer ações próprias, a Fidelidade detinha a 31/12/2015 o mesmo número de ações adquiridas no exercício, isto é, 13.300 conforme indicado acima.

5.6. Síntese das Participadas

Fidelidade

As principais linhas de atuação da Fidelidade em 2015 continuaram centradas no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional, a que acresce, ainda, a prossecução do Programa de Responsabilidade Social.

Os clientes foram em 2015 o foco de atuação, traduzida numa constante preocupação de responder às reais necessidades das pessoas, através do desenvolvimento de novos produtos, inovando nas coberturas e serviços prestados.

Este ano destaca-se o lançamento do Proteção Vital das Pessoas, o Seguro de Acidentes Pessoais que evidencia uma nova forma de proteger, integrando a proteção em todos os momentos da vida das pessoas. Por outro lado, a dimensão do Grupo e sinergias possibilitam também uma integração de valor a favor dos clientes e da sociedade em geral. Assim, foi lançado o Seguro de Saúde Oncológico, conjugando as valências da área da saúde dentro do grupo.

Houve igualmente uma aposta cada vez mais consolidada na estratégia digital e de reforço da rede comercial. Esta expansão visou não apenas o desenvolvimento do canal digital através de uma estratégia comunicacional ativa que permitiu a captação de *leads* comerciais e o encaminhamento para a concretização presencial dos negócios, assim como no fortalecimento da rede comercial da Fidelidade, através da expansão da rede de lojas franchisadas, e da otimização da rede de agências próprias tanto na sua dispersão geográfica como no seu papel ativo junto dos clientes.

2015 foi um ano de muitas conquistas, com a atribuição dos seguintes prémios: Seguradora com a Melhor Reputação do *Reputation Institute*; Marktest Reputation Index; Marca de Confiança 2015; Escolha do Consumidor na área seguradora 2015; 1º lugar em todos os indicadores de Imagem do Basef Seguros; A melhor grande seguradora vida e não vida pela revista Exame; Global Banking & Finance Review: “Best Non-Life Insurance Company Portugal 2015” e “Best Customer Service Insurance Company Portugal 2015”.

Em 2015, a Fidelidade manteve a liderança destacada do setor segurador com uma quota de mercado de 29,4% (+1,7pp. que em 2014), tendo registado um montante de prémios na atividade em Portugal de 3.721 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondendo a um decréscimo de 6,0% face ao ano anterior, decorrente essencialmente do desempenho do Ramo Vida (-9,9% face a 2014).

Esta liderança verificou-se quer nos ramos Vida, com uma quota de mercado de 31,4% (28,9% em 2014), quer nos ramos Não Vida com 25,0% (24,4% em 2014).

A atividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 126 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), registando assim um acréscimo de 11,7% face a 2014.

Em 2015 a Companhia alcançou um Resultado Líquido de 207,9 milhões de euros.

Via Directa

A Via Directa – Companhia de Seguros, S.A, é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, prestando aos seus clientes um serviço de excelência, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias.

Líder no segmento das seguradoras diretas, a marca OK! teleseguros representa 86% do negócio da Via Directa, mantendo o 1º lugar nos Índices de Recordação Publicitária do mercado segurador português desde 2001.

O marketing digital foi uma das grandes apostas da Via Directa no ano de 2015, pelo que importa destacar alguns dos resultados obtidos nomeadamente o crescimento de 24% das visitas ao site e o aumento em mais de 60% do número de seguidores da página do Facebook da marca OK! teleseguros.

No início do ano foi lançado o claim “Olá, eu sou a nova Marta da OK! teleseguros”, informando que a OK! teleseguros estava diferente: mais simples, mais acessível, mais inovadora e com mais soluções de produtos, tal como a “nova Marta”.

A Via Directa conseguiu assim reforçar a sua quota de mercado com um crescimento de 0,3pp face a 2014. Sustentando o negócio através de uma forte aposta na inovação e nas novas tecnologias, a Via Directa registou um crescimento de 2,5%.

Nos restantes ramos, cuja exploração se iniciou recentemente, obteve um crescimento de 33% em multirriscos habitação e de 37% em saúde, reforçando a sua liderança no mercado das seguradoras diretas.

Apesar do aumento da sinistralidade registado no mercado do seguro automóvel, a Via Directa conseguiu em 2015 registar uma melhoria significativa do rácio combinado Não Vida fruto da redução significativa do rácio de despesas, tendo atingido um resultado líquido de 228 mil euros.

Ao longo de 2015, a Via Directa, através da marca OK! teleseguros foi distinguida pela sua capacidade de inovação através da atribuição de vários prémios: IDC CIO Awards com a app OK! driveyou, European Business Awards e Escolha do Consumidor 2016 pelo grau de satisfação.

Multicare

Vocacionada para a gestão de seguros de saúde, a Multicare é a Seguradora de Saúde do Grupo Fidelidade.

No ano 2015 a Multicare manteve a sua orientação estratégica de grande proximidade com os clientes e prestadores, de procura da melhoria do seu portfólio de produtos que dêem resposta às necessidades crescentes e cada vez mais exigentes dos seus Clientes, bem como à expansão internacional, tendo sempre como referencial o equilíbrio técnico e a eficiência organizacional.

No seguimento da sua estratégia de inovação, destaca-se o lançamento do produto oncológico, reforçando desta forma a sua presença com um produto altamente inovador que vai ao encontro da população na área da Saúde.

A Multicare contabilizou um volume de prémios de 201,7 milhões de euros, o que representa um crescimento face ao ano anterior.

Os resultados apurados, cerca de 8,4 milhões de euros estão negativamente influenciados pela alteração do critério de contabilização de participação de resultados e positivamente por movimentos contabilísticos relativos a exercícios anteriores, no montante de 2,3 milhões de euros.

Reflexo do crescimento da sua carteira, a população abrangida pela Multicare ascende a cerca de 789.000 pessoas seguras, incluindo os clientes da Companhia de Seguros Universal em Angola.

Sempre orientada para a satisfação das necessidades dos seus clientes, para a rentabilidade do negócio e adequação da gestão às condições de mercado, a Multicare tem sido reconhecida pelos seus Clientes como uma seguradora de referência, valor este refletido no índice de satisfação medido anualmente, que se situou nos 8,33 (numa escala de 1 a 10), e que denota um incremento face ao ano anterior.

A Multicare manterá, em 2016, as suas principais linhas de ação orientadas para o crescimento sustentado da atividade, para a resposta às necessidades dos clientes, quer em termos de melhoria da qualidade do serviço, quer em inovação de produtos e ainda para a expansão da atividade internacional, a Cabo Verde e Moçambique.

Mantendo-se no mercado como uma Companhia eficiente com valor para os seus Clientes, a Multicare mantém a preocupação da prestação de um serviço de excelência. A esse propósito, deve referir-se que a Multicare foi destacada com o Prémio Escolha do Consumidor, na categoria de Seguradora de Saúde.

Fidelidade Assistance

A Fidelidade Assistance opera no mercado segurador baseando o seu negócio no resseguro aceite dos ramos de Assistência e Proteção Jurídica. A maioria da sua faturação tem origem nas seguradoras do Grupo.

No ano de 2015 a Companhia manteve o seu volume de negócios (variação de -0,2%), ascendendo o montante de prémios adquiridos a 42,7 milhões de euros. Os custos com sinistros tiveram um aumento de 4,6% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 27,5 milhões de euros. O referido acréscimo tem por base o aumento sucessivo, verificado nos últimos quatro anos, na frequência de sinistralidade do ramo Assistência.

Apesar do aumento da sinistralidade, o resultado líquido ascendeu a 7,9 milhões de euros (variação de +4,6%), mercê da distribuição de dividendos por parte da sua subsidiária no montante de 2,6 milhões de euros. O rácio de solvência da companhia, no final do exercício, situava-se nos 308,4% que representa um aumento de 27,6% face ao verificado em 2014.

Fora do plano técnico e financeiro, a companhia renovou a sua certificação de qualidade segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008 sem qualquer não conformidade, bem como obteve certificação pela Fundação MásFamilia pela norma EFR 1000-2 como “Empresa Familiarmente Responsável”. No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e em resultado dos inquéritos de satisfação efetuados aos segurados, a Fidelidade Assistance, atingiu em 2015, um nível de Satisfação Global de 8,77 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 65.

Para o ano de 2016 os principais vetores de atuação da Companhia serão os seguintes:

- Manutenção da margem técnica acima dos 15%;
- Rácio de Despesas inferior a 15%;
- Rácio Combinado inferior a 90%;
- Net Promoter Score \geq a 60;

Companhia Portuguesa de Resseguros

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos não vida em Portugal bem como no estrangeiro, de modo a participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A subscrição de riscos em 2015 manteve-se circunscrita às empresas do Grupo, nomeadamente com a participação nos Tratados de Excesso de Perdas da Fidelidade.

Em 2015 o resultado líquido foi de 652 mil euros, o que representa um acréscimo de 213 mil euros (+48,7%) face ao ano anterior.

Universal Seguros

A Universal Seguros define-se como uma seguradora generalista para o mercado angolano, que disponibiliza através de uma rede multicanal uma vasta gama de produtos e soluções para particulares e empresas. De destacar ainda a sua vocação para apoiar a internacionalização das empresas lusófonas e para complementar o negócio bancário do grupo em Angola.

A Universal Seguros é líder reconhecida na inovação da oferta de seguros em Angola. Tem, atualmente, mais de 55.000 clientes, do segmento de particulares e empresas e serve uma comunidade de 100.000 pessoas seguras. A forma inovadora como desenvolve o seu negócio através dos diferentes canais de distribuição, tem sido o principal pilar do desenvolvimento comercial. A Universal Seguros opera via duas agências próprias, canal bancário, corretores, agentes exclusivos, acordos com distribuidores, grandes clientes e canal telefónico.

A Universal Seguros tem tido um crescimento contínuo dos prémios e do resultado técnico e registou no final do ano prémios no valor equivalente a 62 milhões de euros (crescimento de 20%) e um resultado líquido de exploração equivalente a 2,4 milhões de euros.

A carteira da Universal Seguros resulta essencialmente do negócio do segmento Não Vida, tendo o ano de 2015 sido marcado pelo crescimento do ramo Doença (88%) e do ramo de Incêndio e Outros Danos (23%).

O rácio combinado Não Vida líquido de resseguro situou-se em 88,5%, sendo de destacar o decréscimo de 6p.p. face ao período homólogo registado no rácio de despesas.

A Universal Seguros conta com 135 colaboradores e mantém baixos níveis de rotatividade e absentismo, privilegiando o desenvolvimento de competências através da formação em sala e no local de trabalho.

A Universal Seguros continuará a privilegiar a inovação como fator diferenciador do seu posicionamento no mercado segurador angolano. Nesse sentido, no ano de 2016, a Universal irá continuar a investir no desenvolvimento da rede de agentes exclusivos; na expansão para as províncias de Benguela, Lubango, Huambo e Malange (através de lojas de agentes); na dinamização contínua da rede de distribuição existente; no desenvolvimento da rede de distribuição bancária; no desenvolvimento de redes inovadoras de distribuição; no desenvolvimento de canais de distribuição dedicados à comunidade chinesa, a par com o contínuo desenvolvimento dos seus colaboradores.

Para dotar a Universal Seguros com uma sólida estrutura de capitais próprios, adequada à estratégia de crescimento do negócio que é prosseguida pela empresa e às responsabilidades que são assumidas, foi concretizado em 2015 o aumento previsto do capital social no montante de 1.019.200.000 kwanzas.

Garantia Seguros

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA, é líder no mercado segurador cabo-verdiano e, desde há 6 anos, tem sido sempre distinguida como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

Está direcionada para a exploração dos ramos vida e não vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais. Assume uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, o que permite responder de forma mais eficaz às exigências do mercado.

Pretende continuar a ser a marca de confiança e referência dos cabo-verdianos, onde quer que estejam. A Garantia é certificada como tendo uma Gestão Orientada pela Qualidade e para a melhoria contínua do serviço que presta aos clientes, nos termos da norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

Em termos gerais, salientam-se no exercício de 2015 os seguintes indicadores:

- Quota de mercado no 3º trimestre de 58% (57% no período homólogo);
- Aumento de 5% no volume total de prémios de seguro direto: 66% nos seguros Vida e 3% nos seguros Não Vida;
- Redução dos custos com sinistros;
- Rácio combinado de não vida, líquido de resseguro situou-se em 84%
- Taxa de cobertura da margem de solvência: 366%
- Resultado Líquido de 967 mil euros

Em 2016, a Garantia pretende, essencialmente, o aumento das receitas, a redução dos custos e o reforço do modelo de gestão assente no sistema de gestão da qualidade e melhoria contínua, a concretizar através das seguintes ações:

- Desenvolver, robustecer e dinamizar a oferta com a criação de novos produtos (seguro de saúde) e/ou revisão dos existentes com coberturas mais flexíveis e adaptadas à realidade;
- Continuar a dinamização da venda dos seguros Plano Poupança Reforma;
- Reforçar a política comercial, através de melhorias na comunicação com os clientes e na qualidade de serviço prestado (aumento das visitas e diminuição do prazo de resposta);
- Alargar a rede de distribuição própria (novas agências e lojas de mediadores exclusivos) e implementar um sistema de objetivos e incentivos comerciais;
- Desenvolver o cross-selling empresas/particulares, a bancassurance, Correios, ONG's, canais eletrónicos e abordagem multicanal (particulares empresas);
- Aumentar a eficiência na gestão de sinistros, através do aumento da capacidade negocial junto dos fornecedores e da manutenção de elevada seletividade e rigor na subscrição das apólices;
- Concluir a implementação de ferramentas de *workflow* e digitalização de documentos em todas as agências;
- Implementar o SAP;
- Implementar o sistema de gestão orçamental.

Fidelidade Macau

A Fidelidade decidiu em 2015 reforçar a sua presença em Macau através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, SA, iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal não vida da Fidelidade neste território, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau tem como objetivo a exploração do segmento Não Vida em Macau, assegurando a disponibilização de uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas, específica para as necessidades deste mercado.

O modelo de distribuição é baseado na venda direta; na rede de agentes e corretores e na operação de Banca-Seguros desenvolvida em parceria com o BNU Macau.

Desde o início da operação em 1 de outubro e até ao final de 2015, a Fidelidade Macau atingiu um volume de prémios de 3 milhões de euros e um resultado líquido de exploração de 680 mil euros.

Beneficiando da nova estrutura societária, a estratégia para 2016 será enfocada no reforço do desenvolvimento do negócio através das diferentes redes de distribuição, na eficiência operacional e na qualidade de serviço prestada aos clientes e parceiros, bem como no fortalecimento da cooperação comercial com o banco BNU em Macau.

Fidelidade Services

A Fidelidade Services tem como objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras e a prestação de serviços de manutenção de veículos.

O resultado líquido ascendeu ao montante de 1,1 milhões de euros no exercício de 2015, influenciado, nomeadamente, pelo decréscimo de 33,7% nos ganhos imputados da subsidiária fixando-se estes nos 712 mil euros, e pelo comportamento positivo na rubrica venda de serviços prestados (+4,0%, refletindo a vitória no concurso público para a gestão de sinistros do Gabinete Português de Carta Verde), fixando-se nos 927 mil euros.

Em 2016 a Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A., irá dinamizar comercialmente as linhas de negócio existentes, com especial enfoque nas relativas à Representação e Assistência a Seguradoras Estrangeiras e à Gestão de Sinistros no Âmbito da Carta Verde e da 4ª Diretiva Europeia.

Cares Multiassistance

A CARES Multiassistance tem por objeto social a prestação de serviços de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respetivos recheios, na qual é líder de mercado.

O ano de 2015 caracterizou-se por uma diminuição do volume de negócios de 8%, situando-se este em 11,2 milhões de euros. Esta redução deve-se à reduzida frequência no que se refere a sinistros patrimoniais, que originou um abrandamento no crescimento verificado no histórico da Sociedade.

A nível operacional, manteve-se o plano de eficiência na gestão de processos de reparação direta, através da consolidação das unidades próprias já existentes (Lisboa, Porto e Coimbra) e, à abertura da unidade de reparação de Caldas da Rainha. Manteve-se o reforço da rede técnica ao nível da gestão de sinistros em Risco Eléctrico.

A nível comercial manteve-se a prioridade no aumento dos níveis de qualidade e eficiência com todos os Clientes, com especial foco na melhoria contínua dos fluxos processuais, salientando-se a melhoria dos indicadores de atividade com todos os clientes especialmente ao nível do NPS (Net Promoter Score).

No decorrer do ano manteve-se como linha estratégica uma forte preocupação no investimento dos recursos humanos da empresa conforme o seu plano de formação. De igual forma, manteve-se uma política de investimento nos recursos tecnológicos da empresa e nos domínios da informática e das comunicações.

O resultado líquido do exercício foi de 1,4 milhões de euros, representando uma diminuição de 34% relativamente ao ano anterior.

Para 2016 as principais linhas estratégicas visam a consolidação do volume de negócios, o foco nas políticas de qualidade com clientes, o crescimento do portfólio atual de clientes do mercado segurador e a eficiência e produtividade com a operação técnica.

CETRA

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. tem como principal objeto de atividade o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Esta Sociedade adotou em 2015 a denominação comercial de Fidelidade Car Service (FCS).

Em 2015, o volume de negócios ascendeu a um montante de 4,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 31% em comparação com o ano anterior, proveniente das 4.967 reparações, que efetuou durante o exercício em apreço, ficando 36% acima do número de reparações efetuadas no ano transato, o que se traduz numa redução do custo médio de reparação de 6,7%. Este aumento de atividade resulta da implementação do projeto de expansão da rede própria de oficinas.

Conforme previsto, em 2015 a FCS adotou um novo modelo de gestão operacional, tendo para o efeito celebrado um contrato de prestação de serviços para subcontratação de trabalhos de chapa, de pintura e de lavagens com a empresa CLSL, tendo igualmente investido em duas novas unidades, Porto e Queluz.

Assim, em 2015 a Cetra alcançou um resultado líquido de 90 mil euros.

Para 2016, a FCS prevê alargar a sua atividade, reorganizando as instalações dos Olivais, melhorando a oferta em serviços rápidos de carroçaria, até final do 1º semestre. O principal objetivo continuará a ser prestar um serviço de alta qualidade e estabelecer uma relação mais próxima e proativa com os seus clientes. Por último, não menos importante, também está prevista a redução do prazo e custo médio de reparação e do custo com orçamentação e peritagens.

Safemode

A EAPS, operando sob a marca Safemode, desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no trabalho, de Medicina no Trabalho e Medidas de Autoproteção, tendo alcançado um volume de negócios de 1,7 milhões de euros e um resultado líquido de 27 mil euros.

Na qualidade de empresa pertencente à Fidelidade, deu continuidade aos serviços de suporte técnico prestados à atividade desenvolvida pela seguradora, contribuindo de forma substantiva para o reforço da competitividade dos produtos oferecidos por aquela entidade, bem como para a fidelização da sua carteira de clientes.

Na restante atividade, não relacionada com a seguradora, e apesar da situação de crise económica existente, a Safemode conseguiu dilatar, face a 2014, a posição deste segmento, que passou a representar 46% da faturação total.

Em 2015, a empresa manteve todas as creditações e certificações, atribuídas pelos organismos competentes. Este ano fica também marcado pelo início da operação de Medicina no Trabalho.

Quanto às principais linhas de orientação estratégica para o próximo ano, a EAPS pretende apostar no crescimento e desenvolvimento das áreas de negócio da empresa que apresentam maior potencial, nomeadamente a Medicina no Trabalho e a HST, os Equipamentos e Sistemas de Segurança e o *Software* de Gestão.

Fidelidade Imobiliário

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International têm como objeto principal a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

No âmbito da prestação de serviços, cabe a gestão dos ativos imobiliários da Fidelidade - Companhia Seguros, compostos por imóveis afetos à exploração e imóveis de investimento, bem como a participação em fundos imobiliários e participações societárias de natureza imobiliária.

Em 2015, a Fidelidade Property Europe apresentou um resultado líquido do exercício de 7,3 milhões de euros, um acréscimo de 6 milhões de euros face a 2014. Por seu lado, a Fidelidade Property International alcançou um resultado negativo em -7,8 milhões de euros face a 66 mil euros em 2014, ano em que iniciou a sua atividade no segundo semestre.

GEP

A GEP – Gestão de Peritagens, S. A. é a empresa responsável pelas peritagens das seguradoras da Fidelidade.

Em 2015 a GEP manteve o investimento na formação técnica e comportamental dos seus colaboradores e prestadores de serviços, o que lhe permitiu desenvolver a sua atividade dentro dos elevados parâmetros de rigor, da transparência e da independência técnica, o que constitui um claro fator de diferenciação relativamente às habituais práticas do mercado segurador.

Em paralelo, e com o foco na melhoria contínua dos seus serviços e na satisfação dos seus clientes, as seguradoras da Fidelidade e, indiretamente, os mediadores e clientes destas, a Gep tem apostado em várias certificações, das quais se destacam a certificação pela norma ISO no referencial 9001 desde 2008, a certificação dos peritos de automóvel pelo Centro de Zaragoza desde 2008, e da certificação dos peritos patrimoniais, em danos em edificações pelo CICCOPN - Centro de Formação da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, desde 2010.

Durante o ano de 2015, a GEP efetuou um total de 220.195 peritagens e averiguações contra as 223.122 concretizadas no ano anterior, o que se traduz num decréscimo de 1,3% na sua atividade. Esta variação negativa resulta do decréscimo de 32,3% na atividade da peritagem patrimonial, resultantes do decréscimo de pedido de serviços e da diminuição da severidade das condições climatéricas. Por outro lado, verificou-se um acréscimo de serviços na peritagem automóvel e averiguação de sinistros de 6,5% e 12,8% respetivamente.

O exercício de 2015 caracterizou-se pela continuada evolução dos principais indicadores técnicos e operacionais que contribuem para o desempenho das seguradoras da Fidelidade relativamente ao serviço prestado aos seus segurados e para a redução sustentada dos custos de sinistros, tendo a GEP alcançado um resultado líquido de 97 mil euros.

Foram ainda desenvolvidas e melhoradas as ferramentas que constituem mais um marco na criação de valor, das quais destacamos o GepExpert – ferramenta de gestão de peritagens automóveis –, o GePoP – ferramenta de cálculo de reparação de danos em edificações – e ainda o SCAPA – sistema de controlo automático de peritagens automóveis.

No ano 2016, para além da imprescindível continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores, a Gep irá procurar investir na internacionalização dos seus serviços, nomeadamente nos mercados emergentes de África, tendo como objetivo principal a prestação de serviços às seguradoras do grupo que aí operam.

Luz Saúde

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando os seus serviços através de 20 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), duas clínicas de cuidados continuados, sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

Em 2015, a Luz Saúde assegurou 1.179 camas tendo registado um bom desempenho operacional e financeiro impulsionado pelo crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados e de algumas sinergias com o negócio segurador da Fidelidade.

Relativamente a novos investimentos, há a salientar a aquisição de terrenos para expansão do Hospital da Luz e do Hospital da Luz – Clínica de Oeiras.

Em 2015, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 5,5% face ao período homólogo, alcançando um valor de 423,6 milhões de euros.

O EBITDA consolidado atingiu os 60,7 milhões de euros, tendo-se apurado um resultado líquido atribuível aos acionistas de 21,8 milhões de euros, um aumento de 20,3% face ao período homólogo.

Em 2016, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, com o objetivo de continuar a melhorar a utilização da capacidade instalada e, em consequência, a rentabilidade global.

A Luz Saúde pretende igualmente continuar a reforçar a sua posição na região Norte de Portugal, tendo já, no início de 2016, sido concretizada a aquisição do Hospital Privado de Guimarães (atualmente Hospital Luz Saúde Guimarães) e da clínica Clihotel de Gaia, que possibilitaram o alargamento da oferta em cerca de 200 camas.

5.7. Gestão de Riscos Financeiros e Contabilidade de Cobertura

As empresas integradas na Longrun realizam operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, as respetivas empresas preparam a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

O Grupo Longrun começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

6. Notas Finais

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Entidade Reguladora da Saúde;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados na comercialização dos nossos produtos;
- Os colaboradores de todas as empresas integradas na Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 2 de maio de 2016

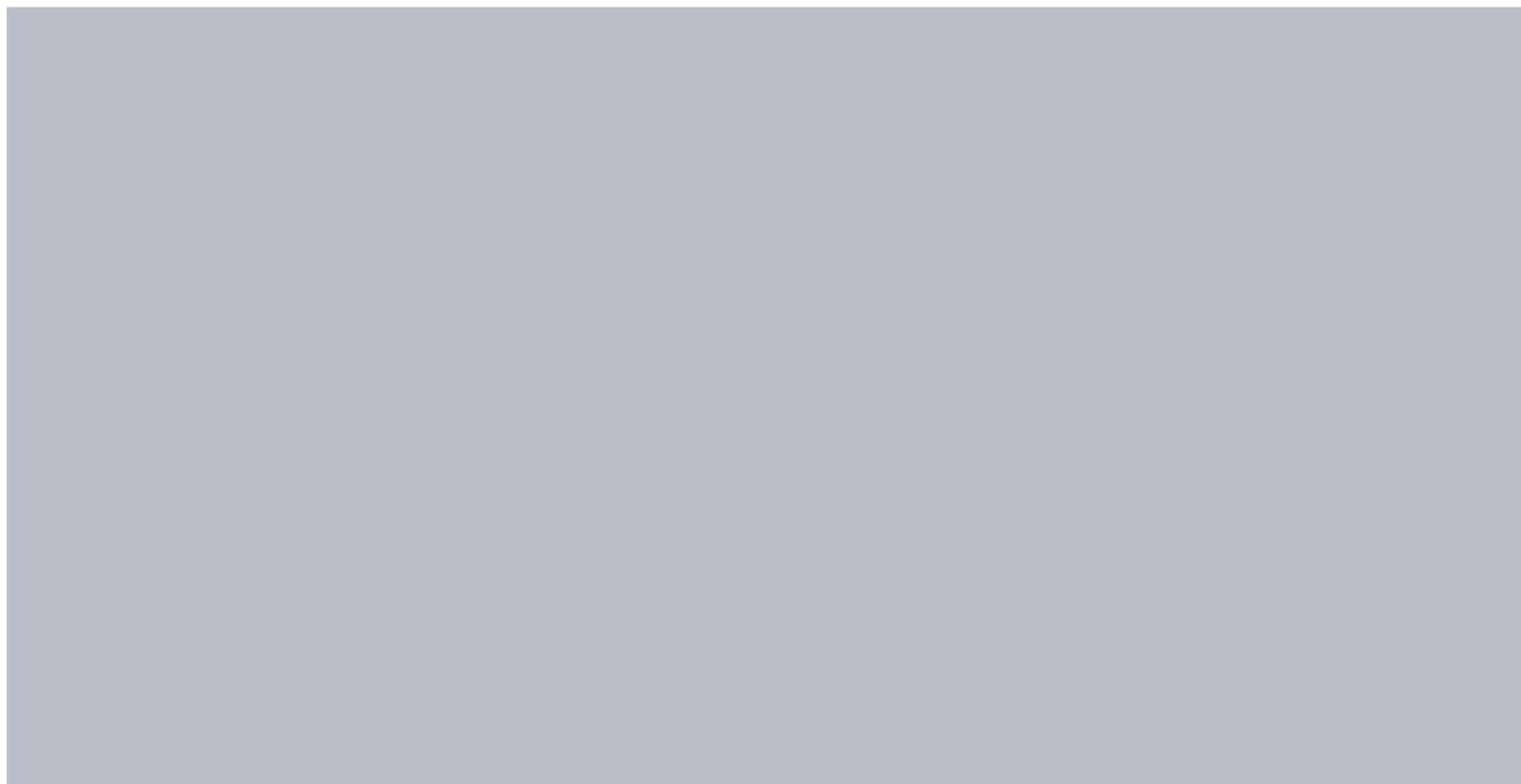
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guoqi Ding - Presidente

Xuetang Qin - Vogal

02

Demonstrações
Financeiras
Consolidadas



Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

ATIVO	Notas	2015		2014 (Reexpresso)	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	2 092 255 173	-	2 092 255 173	391 453 759
Investimentos em associadas e empreend. conjuntos	5 e 11	70 101 641	-	70 101 641	124 421 079
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	957 920	-	957 920	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	888 551 392	-	888 551 392	863 556 675
Derivados de cobertura	7 e 11	1 285 939	-	1 285 939	-
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	8 659 317 011	-	8 659 317 011	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	11	686 960 936	-	686 960 936	1 316 624 152
Depósitos junto de empresas cedentes	9	948 511	-	948 511	968 804
Outros depósitos	9	666 319 298	-	666 319 298	1 309 484 279
Empréstimos concedidos	9	19 089 659	-	19 089 659	5 770 870
Outros	9	603 468	-	603 468	400 199
Terrenos e edifícios	11	1 551 297 625	(63 106 398)	1 488 191 227	1 033 267 172
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	433 796 898	(63 106 398)	370 690 500	382 933 903
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1 117 500 727	-	1 117 500 727	650 333 269
Outros ativos tangíveis	11 e 12	261 004 469	(219 646 546)	41 357 923	49 621 939
Inventários	13	8 798 500	(3 343)	8 795 157	8 539 626
Goodwill	14	428 745 379	-	428 745 379	432 007 319
Outros ativos intangíveis	15	70 298 371	(49 982 531)	20 315 840	21 482 951
Provisões técnicas de resseguro cedido		163 357 497	-	163 357 497	148 380 946
Provisão para prêmios não adquiridos	16	29 351 516	-	29 351 516	30 686 225
Provisão matemática do ramo vida	16	12 439 196	-	12 439 196	10 463 963
Provisão para sinistros	16	121 566 785	-	121 566 785	106 960 168
Provisão para participação nos resultados	16	-	-	-	270 590
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	14 038 385	-	14 038 385	10 491 420
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		334 339 314	(59 537 345)	274 801 969	249 645 690
Contas a receber por operações de seguro direto	17	179 573 727	(24 863 571)	154 710 156	126 299 804
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	22 445 350	(8 996 572)	13 448 778	9 755 829
Contas a receber por outras operações	17	132 320 237	(25 677 202)	106 643 035	113 590 057
Ativos por impostos		274 247 293	-	274 247 293	189 613 437
Ativos por impostos correntes	18	1 895 135	-	1 895 135	919 026
Ativos por impostos diferidos	18	272 352 158	-	272 352 158	188 694 411
Acréscimos e diferimentos	19	73 185 552	-	73 185 552	59 914 448
TOTAL ATIVO		15 578 742 397	(392 276 163)	15 186 466 234	14 223 627 102

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014 (Reexpresso)
PASSIVO			
Provisões técnicas		3 850 782 693	3 920 908 999
Provisão para prémios não adquiridos	20	276 022 906	268 388 595
Provisão matemática do ramo vida	20	1 632 994 332	1 667 380 282
Provisão para sinistros		1 758 685 590	1 764 190 481
De vida	20	124 623 114	123 816 191
De acidentes de trabalho	20	788 880 289	786 160 945
De outros ramos	20	845 182 187	854 213 345
Provisão para participação nos resultados	20	68 765 439	109 188 316
Provisão para compromissos de taxa	20	5 626 534	7 454 750
Provisão para estabilização de carteira	20	25 272 158	24 502 158
Provisão para desvios de sinistralidade	20	22 471 715	20 994 212
Provisão para riscos em curso	20	60 944 019	58 810 205
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21	8 075 643 230	7 692 230 036
Outros passivos financeiros		416 474 783	399 481 904
Derivados de cobertura	7 e 22	4 406 362	-
Depósitos recebidos de resseguradores	22	37 699 297	37 952 197
Passivos financeiros de Negociação	22	18 448 784	8 610 084
Empréstimos	22	334 622 872	324 439 415
Outros	22	21 297 468	28 480 208
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	257 321	947 105
Outros credores por operações de seguros e outras operações		203 471 066	168 049 059
Contas a pagar por operações de seguro direto	23	93 201 791	76 670 307
Contas a pagar por outras operações de resseguro	23	40 948 731	33 860 027
Contas a pagar por outras operações	23	69 320 544	57 518 725
Passivos por impostos		213 372 962	231 088 824
Passivos por impostos correntes	18	66 244 419	61 539 841
Passivos por impostos diferidos	18	147 128 543	169 548 983
Acréscimos e diferimentos	24	160 673 895	115 927 687
Outras provisões	25	188 589 286	212 323 620
TOTAL PASSIVO		13 109 265 236	12 740 957 234
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital	26	1 598 750 000	1 037 800 000
Reservas de reavaliação		248 256 978	536 958 395
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	27	91 557 470	436 855 512
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27	72 992 202	69 933 131
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	27	(216 027)	-
De diferenças de câmbio	27	83 923 333	30 169 752
Reserva por impostos diferidos	27	(45 241 702)	(121 034 222)
Outras reservas	27	(243 162 394)	(402 037 930)
Resultados transitados	27	(14 178 243)	(8 667 166)
Resultado do exercício	27	254 770 311	123 696 919
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 799 244 950	1 166 765 996
Interesses Minoritários	28	277 956 048	315 903 872
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		2 077 200 998	1 482 669 868
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		15 186 466 234	14 223 627 102

Lisboa, 2 de maio de 2016

O Contabilista Certificado

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoGuoqi DING
PresidenteXuetang QIN
Vogal

Demonstração de Resultados Consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2015			Total	2014 (Reexpresso)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		282 018 686	1 018 891 828	-	1 300 910 514	838 722 785
Prémios brutos emitidos	29	297 318 069	1 175 933 641	-	1 473 251 710	885 297 217
Prémios de resseguro cedido	29	(15 018 945)	(145 767 036)	-	(160 785 981)	(82 588 676)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	20 e 29	(281 321)	(9 786 470)	-	(10 067 791)	55 718 260
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	16 e 29	882	(1 488 307)	-	(1 487 425)	(19 704 016)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30	2 306 164	-	-	2 306 164	1 381 360
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(281 317 511)	(739 201 536)	-	(1 020 519 047)	(678 491 812)
Montantes pagos		(282 273 264)	(753 925 604)	-	(1 036 198 868)	(686 692 733)
Montantes brutos	31 e 32	(288 199 797)	(800 895 605)	-	(1 089 095 402)	(736 246 808)
Parte dos resseguradores	31	5 926 533	46 970 001	-	52 896 534	49 554 075
Provisão para sinistros (variação)		955 752	14 724 069	-	15 679 821	8 200 921
Montante bruto	31	(784 533)	2 342 460	-	1 557 927	40 004 583
Parte dos resseguradores	31	1 740 285	12 381 609	-	14 121 894	(31 803 662)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	31	1 058 216	(3 600 050)	-	(2 541 834)	(18 431 204)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		47 467 573	-	-	47 467 573	60 688 306
Montante bruto	20 e 31	45 479 789	-	-	45 479 789	62 617 753
Parte dos resseguradores	31	1 987 784	-	-	1 987 784	(1 929 447)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	31	(41 525 982)	19 374	-	(41 506 609)	(28 831 746)
Custos e gastos de exploração líquidos		(93 290 482)	(288 224 793)	-	(381 515 275)	(235 504 035)
Custos de aquisição	32	(75 852 255)	(232 089 319)	-	(307 941 573)	(181 146 425)
Custos de aquisição diferidos (variação)	20	(10 232)	271 787	-	261 555	(5 384 244)
Gastos administrativos	32	(19 945 954)	(77 623 782)	-	(97 569 736)	(67 293 787)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	32	2 517 958	21 216 521	-	23 734 479	18 320 421
Rendimentos		320 958 972	66 148 422	41 471 832	428 579 226	227 149 668
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	35	294 092 428	46 489 714	6 731 015	347 313 158	185 699 186
Outros	35	26 866 544	19 658 708	34 740 817	81 266 068	41 450 482
Gastos financeiros		(6 508 838)	(6 751 780)	(12 841 298)	(26 101 916)	(23 984 765)
Outros	32 e 36	(6 508 838)	(6 751 780)	(12 841 298)	(26 101 916)	(23 984 765)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		113 391 824	48 644 427	3 432 339	165 468 590	117 673 505
De ativos disponíveis para venda	37	300 943 465	48 644 427	4 746 554	354 334 446	243 197 909
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	21 e 37	(187 551 641)	-	-	(187 551 641)	(125 524 404)
De outros	37	-	-	(1 314 215)	(1 314 215)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(28 325 603)	11 108 303	173 834	(17 043 465)	(14 709 816)
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	38	(36 108 192)	(1 204 048)	(2 723)	(37 314 963)	(2 316 273)
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	38	5 421 565	11 238 578	176 558	16 836 700	(12 393 543)
De outros	38	2 361 024	1 073 774	-	3 434 798	-
Diferenças de câmbio	39	45 520 139	8 363 088	(9 559 113)	44 324 114	15 254 618

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2015			Total	2014 (Reexpresso)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	40	-	20 078 585	30 661 691	50 740 276	9 633 263
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(173 861 631)	(43 156 484)	32 232 432	(184 785 684)	(53 956 313)
De ativos disponíveis para venda	41	(173 861 631)	(42 052 385)	(7 619 491)	(223 533 507)	(12 029 004)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	41	-	-	496 540	496 540	(2 589 054)
De outros	41	-	(1 104 100)	39 355 383	38 251 284	(39 338 255)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	42	532 686	2 009 531	-	2 542 216	2 331 085
Outros rendimentos/gastos	43	-	-	22 484 907	22 484 907	3 121 961
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	-	-	8 668 157
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	44	-	-	1 914 116	1 914 116	684 946
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS		188 424 211	94 328 915	109 970 741	392 723 867	231 399 963
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(129 882 068)	(129 882 068)	(64 590 161)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	38 270 069	38 270 069	(9 592 173)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		188 424 211	94 328 915	18 358 742	301 111 868	157 217 629
Interesses minoritários	28	-	-	(46 341 558)	(46 341 558)	(33 520 710)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	188 424 211	94 328 915	(27 982 816)	254 770 311	123 696 919

Lisboa, 2 de maio de 2016

O Contabilista Certificado

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoGuoqi DING
PresidenteXuetang QIN
Vogal

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado nos Exercícios de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas
Saldos em 1 de maio de 2014	1 037 850 000	487 278 666	(126 571 606)	-	(360 707 060)
Entradas no perímetro de consolidação	-	54 899 042	(9 896 325)	-	(45 002 717)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(6 129 847)	17 315 384	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	912 735	(1 150 767)	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2 201)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(730 908)	-	(359 511)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	-	3 506 812
Outros	-	-	-	95 985	428 561
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1 037 850 000	536 958 395	(121 034 222)	95 985	(402 133 915)
Aplicação do resultado	-	-	-	16 161 674	135 103 776
Prestações suplementares	560 950 000	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(311 313 222)	73 886 299	-	-
Conversão demonstrações financeiras	-	19 552 734	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	3 060 989	114 686	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(1 918)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1 791 535	-	(4 925 528)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(2 561 403)	12 513 774
Outros	-	-	148 960	2 434 283	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1 598 800 000	248 256 978	(45 241 702)	13 845 216	(257 007 610)

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-Total	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 1 de maio de 2014	-	-	1 037 850 000	269 412 182	1 307 262 182
Entradas no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	11 185 537	-	11 185 537
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	(238 032)	-	(238 032)
Alienação de imóveis de uso próprio	2 201	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(1 090 419)	-	(1 090 419)
Reconhecimento de interesses minoritários	(7 677 994)	-	(4 171 182)	46 491 690	42 320 508
Outros	(991 373)	-	(466 827)	-	(466 827)
Resultado líquido do exercício	-	123 696 919	123 696 919	-	123 696 919
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(8 667 166)	123 696 919	1 166 765 996	315 903 872	1 482 669 868
Aplicação do resultado	(27 568 531)	(123 696 919)	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	560 950 000	-	560 950 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(237 426 923)	-	(237 426 923)
Conversão demonstrações financeiras	-	-	19 552 734	-	19 552 734
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	3 175 675	-	3 175 675
Alienação de imóveis de uso próprio	1 918	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(3 133 993)	-	(3 133 993)
Reconhecimento de interesses minoritários	24 314 875	(46 341 946)	(12 074 700)	(37 947 824)	(50 022 524)
Outros	(2 259 339)	-	323 904	-	323 904
Resultado líquido do exercício	-	301 112 257	301 112 257	-	301 112 257
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(14 178 243)	254 770 311	1 799 244 950	277 956 048	2 077 200 998

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

	2015	2014
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	254 770 311	123 696 919
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros:		
Valor bruto	(414 223 536)	(71 893 451)
Participação dos segurados - vida com participação	68 709 466	36 034 547
Diferenças cambiais		
Valor bruto	34 535 558	24 675 577
Participação dos segurados - vida com participação	(334 710)	96 923
Imposto diferido	67 500 140	14 819 621
Imposto corrente - produtos vida com participação nos resultados	6 386 159	2 495 763
Variação em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras	19 552 734	4 956 557
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio:		
Valor bruto	3 060 989	912 735
Imposto diferido	114 686	(1 150 767)
Desvios atuariais		
Valor bruto	(4 925 528)	(359 511)
Imposto corrente	1 440 504	(477 892)
Imposto diferido	351 031	(253 016)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(217 832 507)	9 857 086
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	36 937 804	133 554 005

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Reexpresso)

(Valores em Euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1 312 465 729	802 708 541
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(940 433 435)	(625 297 809)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(155 076 134)	(72 364 933)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(49 944 516)	(29 357 928)
Pagamentos a fornecedores	(118 984 602)	(78 189 100)
Pagamentos a empregados	(170 415 512)	(91 047 921)
Contribuições para fundos de pensões	(17 785 176)	(11 654 803)
Outros	(9 419 092)	(2 740 645)
	(149 592 738)	(107 944 597)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(12 091 483)	20 508 519
Devedores por outras operações	17 300 576	(32 341 614)
Outros ativos	(974 529)	6 997 716
	4 234 564	(4 835 379)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	196 279 938	391 418 440
Depósitos recebidos de resseguradores	(670 169)	(9 029 127)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	23 620 288	(5 924 788)
Credores por outras operações	11 801 819	(361 513 785)
Outros passivos	(15 836 127)	(4 412 077)
	215 195 649	10 538 663
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	69 837 475	(102 241 313)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(101 518 002)	(59 086 834)
Caixa líquida das atividades operacionais	(31 680 527)	(161 328 147)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	291 401 514	39 588 225
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 399 515 464	4 324 736 358
Empréstimos e contas a receber	5 376 137 728	7 913 457 517
Propriedades de investimento	5 203 180	165 232
Ativos tangíveis e intangíveis	2 810 670	43 743
Rendimentos de ativos financeiros	372 174 690	284 999 429
Outros recebimentos	39 674 587	6 013 267
	11 486 917 833	12 569 003 771
Pagamentos resultantes da aquisição ou contratação de:		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(332 807 468)	(188 577 488)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4 838 350 234)	(3 759 313 993)
Empréstimos e contas a receber	(4 660 583 424)	(7 739 154 703)
Propriedades de investimento	(14 221 460)	(15 927 451)
Ativos tangíveis e intangíveis	(33 358 638)	(28 040 698)
Outros	(461 718 616)	(13 413 489)
	(10 341 039 840)	(11 744 427 820)
Concentrações de atividades empresariais:		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	134 970 776	-
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(117 730 308)	(648 357 695)
Caixa líquida das atividades de investimento	1 163 118 461	176 218 256

(Continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Outros empréstimos obtidos	10 145 696	12 318 419
Outros juros suportados	(1 732 216)	(50 567)
Prestações suplementares	560 950 000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	569 363 480	12 267 852
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	1 700 801 414	27 157 961
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	391 453 759	-
Entrada no perímetro de consolidação	-	364 295 798
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2 092 255 173	391 453 759

03

Anexo às
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Universal Seguros, S.A. (“Universal”), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de Filiais em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Em 2014, decorreu o processo de privatização do capital social da Fidelidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, no âmbito do qual a Longrun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., 96.800.000 ações representativas de 80% do capital social e direitos de voto da Fidelidade, em resultado da operação de venda direta em que se tornou o acionista de referência da Fidelidade (venda direta de referência ou VDR).

Ainda no âmbito do processo de privatização, foi concretizada a oferta pública de venda (OPV) de um lote de ações, representativas de 5% do capital social, reservado a trabalhadores, OPV esta no quadro da qual foram adquiridas, por trabalhadores, 16.860 ações representativas de 0,0139% do capital social.

Em 8 de janeiro de 2015 e em cumprimento do estabelecido na cláusula 2.2. do Acordo de Venda Direta de Referência foi concluído o processo de aquisição pela Longrun das ações reservadas a trabalhadores por estes não adquiridas, tendo, assim, a Longrun passado a deter 102.833.140 ações representativas de 84,9861% do capital social e dos direitos de voto.

Em cumprimento do deliberado na Assembleia Geral de 31 de março de 2015, foi concluído, em 22 de dezembro de 2015, o processo de aquisição de ações próprias detidas por trabalhadores, tendo em virtude desta operação a estrutura acionista da companhia passado a ser a seguinte:

Acionista	% de Capital	N.º de ações
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	84,9861%	102.833.140
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	15,0000%	18.150.000
Trabalhadores	0,0029%	3.560
Ações Próprias	0,0110%	13.300
TOTAL	100%	121.000.000

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de maio de 2016.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação e Princípios de Consolidação

2.1.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2015 o Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.20. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

Nas notas explicativas do movimento ocorrido no exercício de 2014, nas diversas rubricas do Ativo, Passivo e Capital próprio, o respetivo saldo inicial corresponde aos saldos a 1 de maio de 2014 das contas consolidadas da Fidelidade, Cares e Multicare.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam, negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registrados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade disponíveis para a venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativos; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial). A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivativos de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivativos que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivativos de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;

- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

O Grupo não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Locação financeira

Locações Operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.12. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (*Corporate Income Tax*) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2014 e 2015 é respetivamente de 24,5% e 22,5%, é acrescida a respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre o lucro tributável que exceda esse valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do respetivo Código do IRC e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e iv) em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2015 passará a ser de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do CCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005, benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões" (Nota 25).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, e publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas aos trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados, bem como aos colaboradores que não aderiram ao atual CCT.

As contribuições do Grupo para o plano de contribuição definida são efetuadas de acordo com o previsto no CCT, sendo registradas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de “Gastos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prêmio de permanência, decorrentes do n.º 2 da cláusula 41ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prêmios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prêmios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prêmios não adquiridos corresponde ao valor dos prêmios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prêmio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prêmios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prêmios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prêmios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;

- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2014 e 2015, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

	INE 2010_2012 por género
Tábua de mortalidade	
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos/grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelas entidades do Grupo desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima, são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo “Vida” em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rentabilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.17. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em “Outras contas a pagar ou a receber”, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (alínea 3.2.8).

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências séniores, os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente a permissão da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.18. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do *goodwill*

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.20. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2015 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	634/2014	17-06-2014
IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013)	1361/2014	01-07-2014
IFRS 13 - Mensuração ao Justo valor (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013)	1361/2014	01-07-2014
IAS 40 - Propriedades de Investimentos (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013)	1361/2014	01-07-2014

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
Emenda à norma IAS 19 - Benefícios dos Empregados - Contribuições de Empregados	29/2015	01-02-2015
IFRS 2 - Pagamentos com base em Ações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IFRS 8 - Segmentos Operacionais (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IAS 16 - Ativos fixos tangíveis e IAS 38 - Ativos intangíveis (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016

(Continuação)

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IAS 19 - Benefícios de Empregados (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 11 - Acordos Conjuntos - Contabilização de Aquisições de Interesses em Acordos Conjuntos (Emendas às Normas)	2173/2015	01-01-2016
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis - Métodos de Depreciação Aceitáveis (Emendas às Normas)	2231/2015	01-01-2016
IAS 27 - Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas às Normas)	2441/2015	01-01-2016

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	01-01-2018
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes	01-01-2017
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	01-01-2016
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	01-01-2016

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das principais empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14 217 045 038	12 446 347 244	1 770 697 794	207 862 217	2 226 166 634
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	130 656 784	73 412 739	57 244 045	8 370 408	202 213 318
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60 430 268	34 825 110	25 605 158	7 868 906	47 985 840
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	74 226 582	48 895 604	25 330 978	228 225	40 713 189
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 490 601	5 438 915	10 051 686	651 804	972 281
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (b)	55,89%	24 847 676	15 057 978	9 789 698	966 867	8 091 863
Universal Seguros, S.A. (c)	70,00%	92 261 904	79 465 846	12 796 058	2 443 785	54 586 023
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	67 177 199	48 090 710	19 086 489	679 711	2 202 858
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	375 036 950	15 933 385	359 103 566	7 278 154	14 513 141
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	351 964 581	457 133	351 507 448	(7 845 080)	4 168 172
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (d)	99,09%	135 212 129	26 840 302	108 371 827	5 783 522	8 827 478
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (d)	100,00%	14 898 182	117 457	14 780 725	(283 643)	532 335
Higashi Shinagawa Two TMK (e)	96,46%	241 487 804	131 060 523	110 427 280	15 798 418	24 218 799
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	322 038 204	24 163 333	297 874 871	5 550 271	4 168 172
FPI (UK) 1 LIMITED (f)	100,00%	329 825 721	110 162 033	219 663 688	1 656 438	5 614 923
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (g)	100,00%	78 922 398	47 473 050	31 449 348	1 668 905	5 247 030
GK Kita Aoyoma Support 2 (e)	100,00%	26 871 274	2 493 373	24 377 902	(47 956)	-
FPI US 1 LLC (h)	100,00%	80 183 261	36 885 883	43 297 378	(1 381 689)	-
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,43%	572 986 216	337 545 619	235 440 597	19 616 035	424 189 572

(continuação)

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6 462 932	1 659 913	4 803 019	78 058	4 476 839
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	737 197	542 404	194 793	27 249	1 762 316
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 581 339	41 428	10 539 911	(7 350 750)	-
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	136 671 034	108 658 737	28 012 297	24 087 061	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	6 349	(6 349)	(3 142)	-
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3 275 779	2 895 650	380 129	96 909	18 832 956
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	80,00%	13 684	12 093	1 591	1 196	14 691
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	80,00%	23 117	20 996	2 121	1 730	26 437
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	2 547 340	307 756	2 239 584	876 340	1 918 528
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	2 572 708	1 248 359	1 324 349	1 395 909	1 395 909

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de Balanço e Ganhos e Perdas

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/147,83150 Kwanzas para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro / 133,18254 Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(d) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(e) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro / 131,07000 Iene Japonês para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro / 133,63083 Iene Japonês para as rubricas de Ganhos e Perdas.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/0,734 Libra para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro / 0,724 Libra para as rubricas de Ganhos e Perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/1,4897 Dólar Australiano para as rubricas de Balanço e de uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/1,4836 Dólar Australiano para as rubricas de Ganhos e Perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/1,08870 Dólar Americanos para as rubricas de Balanço e de uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/1,10455 Dólares americanos para as rubricas de Ganhos e Perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/8,4376 Dólar de Hong Kong para as rubricas de Balanço e de uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/8,56221 Dólar de Hong Kong para as rubricas de Ganhos e Perdas.

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	13 422 383 005	12 164 979 452	1 257 403 553	159 108 030	1 760 599 143
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	127 431 220	77 129 833	50 301 387	4 796 525	198 532 707
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	56 160 796	36 961 854	19 198 942	6 002 621	44 220 822
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	74 680 937	47 636 519	27 044 418	539 822	40 468 429
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 663 986	5 215 925	10 448 061	438 394	820 164
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (b)	55,89%	25 046 309	15 744 759	9 301 550	1 549 873	9 050 642
Universal Seguros, S.A. (c)	70,00%	55 019 300	50 647 254	4 372 045	1 278 139	34 454 979
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,22%	512 988 012	330 274 581	182 713 431	17 787 096	402 191 524
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	81 695 430	15 228 665	66 466 765	1 325 165	5 581 160
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	59 467 534	21 652	59 445 882	66 461	96 218
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest (d)	82,18%	134 329 512	31 741 207	102 588 305	9 517 264	14 759 262
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (d)	100,00%	15 265 808	201 439	15 064 369	447 313	773 538
Higashi Shinagawa Two TMK (e)	96,46%	199 715 998	109 772 131	89 943 867	31 649 094	272 451
GK Kita Aoyoma Support 2 (e)	100,00%	27 260 204	6 479	27 253 725	(6 483)	-
FPI (UK) 1 LIMITED (f)	100,00%	1	1	1	-	-
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (g)	100,00%	3 911 256	3 815 031	96 225	-	96 224
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5 310 893	937 146	4 373 747	43 330	3 424 406
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	973 896	786 976	186 920	38 752	2 318 446
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	23 780 625	16 422	23 764 203	(282 869)	-
FID I (HK) LIMITED (h)	100,00%	108 088 869	104 890 602	3 198 267	3 198 267	-
FID II (HK) LIMITED (h)	100,00%	14 458 993	14 461 824	(2 831)	(2 832)	-
FID III (HK) LIMITED (h)	100,00%	-	2 832	(2 832)	(2 832)	-
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3 130 978	2 831 373	299 606	35 283	19 196 080
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	4 216 188	228 029	3 988 159	937 374	1 737 780
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	3 248 126	1 424 687	1 823 439	1 642 248	13 168 886

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de Balanço e Ganhos e Perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/125,11 Kwanzas para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro /129.988 Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(d) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(e) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/145,23 Iene Japonês para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/0,7789 Libra para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/1,4829 Dólar Australiano para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/9,417 Dólar de Hong Kong para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2015 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

As empresas filiais e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ("Império Bonança") na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. ("Fidelidade Mundial"), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 13 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.** (ex Cares - Companhia de Seguros, S.A.), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 16 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES - Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.** (OK Telesseguros), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 2º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 13 de janeiro de 1983 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Universal Seguros, S.A.**, com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP, ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau, foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade – Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.** com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexas.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 19 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI US 1 LLC**, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, County New Castle, estado de Delaware, Estados Unidos da América, e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede na cidade de Milão, Itália, e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1 Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office, 3-1-1 Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A.**, Sociedade Aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de “Sociedade Gestora de Participações Sociais”, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, e é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.** (Fidelidade Car Service), com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, n.º 1 - B, foi constituída em 1988 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a Sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.** (Safemode), com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, n.º 15, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação da Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A., passando a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A..

A **Cares Multiassistance, S.A.**, com sede na Travessa do Pereira à Graça, n.º 16 A, atelier D, em Lisboa, foi constituída em 8 de novembro de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionados, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID II (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong, constituídos em 04 de novembro de 2014. No decorrer do exercício de 2015 a entidade FID II (HKD) LIMITED foi alienada.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 20 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 20 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2015, foram os seguintes:

Durante o 1º trimestre de 2015 o Grupo continuou a exercer o direito de compra potestativa de ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 98,22% em 31 de dezembro de 2014 para 98,429% no final do ano.

Em 17 de julho de 2015, foi concretizada a operação de alienação da totalidade do capital detido pelo Grupo na FID II (HK) LIMITED.

Em 23 de julho de 2015 foram constituídas as empresas Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. e Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda. com um capital social de 20.000 Meticais cada uma, que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 418,15 Euros. A Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda., é detida pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. com uma participação de 80%, no valor de 16.000 Meticais e pela Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. com uma participação de 20%, no valor de 4.000 Meticais. A Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda., é detida pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. com uma participação de 80%, no valor de 16.000 Meticais e pela E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. com uma participação de 20%, no valor de 4.000 Meticais.

Em 2 de julho de 2015, a Fidelidade – Property Europe, S.A. constituiu a FPE (IT) Società per Azioni, em que foram emitidas 292.324.600 ações, sendo a participação de 95,76% do capital social pelo montante de 279.924.600 Euros.

Em 12 de outubro de 2015, foi constituída a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. com um capital social de 160.000.000 Patacas onde a Fidelidade detém uma participação de 99,9875%, no valor de 159.980.000 Patacas, que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 17.889.051 Euros. A Fidelidade – -Assistência e Serviços, Lda. detém uma participação de 0,00625%, no valor de 10.000 Patacas que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 1.118,21 Euros e a Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. detém uma participação de 0,00625%, no valor de 10.000 Patacas que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 1.118,21 Euros. Esta Sociedade foi constituída por transformação da anterior sucursal de Macau não vida da Fidelidade.

Em 20 de novembro de 2015, a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. subscreveu o aumento de capital da Universal Seguros, S.A. passando a deter 158 ações representativas de 68,6956% do capital social. No aumento de capital a Fidelidade subscreveu 91 novas ações no valor de 713.440.000 Kwanzas que convertidos em Euros ao câmbio de 31 de dezembro de 2015 valem 10.967.358 Euros. As sociedades, Multicare – Seguros de Saúde, S.A., Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. e E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. não subscreveram o aumento de capital, diminuindo a sua participação para 0,4345% cada.

Em dezembro de 2015, foi realizada pela Fidelidade – Property International, S.A. uma redução no capital social da Higashi Shinagawa Two TMK, no valor de 2.614.027 Euros.

Em 2015, a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 285.314.784 Euros.

Em 2015, a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property International, S.A. prestações suplementares no montante de 299.906.645 Euros.

Em 2015, foi realizada pela Fidelidade – Property International, S.A. uma redução no capital social da GK Kita Aoyoma Support 2, no valor de 2.434.360 Euros.

Em 2015 foram realizadas pela Fidelidade – Property International, S.A. prestações suplementares por forma a construir um reforço dos capitais próprios da FPI (AU) 1 PTY LIMITED no montante de 7.785.145 Euros.

Em 2015 foram realizadas pela Fidelidade – Property International, S.A. prestações suplementares por forma a construir um reforço dos capitais próprios da FPI (UK) 1 LIMITED no montante de 224.522.238 Euros.

Em dezembro, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à subsidiária Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. uma prestação suplementar de capital no montante de 444.000 Euros.

Em dezembro de 2015, a sociedade FID I (HK) LIMITED procedeu à alienação da participação sobre a sociedade Nanxiang Holding Limited.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	1 577 201	4 056 020
Delegações	2 132 094	2 100 016
	3 709 295	6 156 036
Depósitos à ordem:		
Em moeda nacional	1 733 898 958	341 040 865
Em moeda estrangeira	354 646 920	44 256 858
	2 088 545 878	385 297 723
	2 092 255 173	391 453 759

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:				
Associadas				
ACE - Investment Fund PL (a)	-	-	50,00%	14 562 472
Nanxiang Holding Limited (a)	-	-	20,00%	108 088 875
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	29 400	10,00%	14 400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:				
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	1 646 055	33,67%	1 514 260
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	-	25,00%	-
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	266 664	37,50%	241 072
		1 912 719		1 755 332
Empreendimentos conjuntos				
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	68 159 522	-	-
		70 101 641		124 421 079

(a) Associadas registadas ao custo dado não estarem disponíveis os dados financeiros de dezembro de 2014.

(b) Valores de junho de 2015 e 2014, respetivamente (período contabilístico de junho de 2014 a junho de 2015 e junho de 2013 a junho de 2014).

A Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresenta capitais próprios negativos. Consequentemente, a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 23).

Os dados financeiros das empresas associadas valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	772 164	271 186	500 978	45 302	991 123
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas						
Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	6 904 447	2 015 566	4 888 881	2 175 660	8 763 249
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	88 518 416	-	88 519 152	(272)	-
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	1 123 971	1 422 266	(298 296)	(224 567)	43 917
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2015 (período contabilístico junho/14 a junho/15).

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1 125 641	682 963	442 678	17 805	929 107
HME – Gestão Hospitalar, S.A.	50,00%	2 744 058	12 739 652	(9 995 593)	(205 154)	-
Outros setores						
ACE – Investment Fund PL						
Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	6 515 983	2 018 530	4 497 453	1 784 232	8 411 393
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	2 250 342	2 324 071	(73 729)	(166 226)	-
ACE – GP	50,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nanxiang Holding Limited	20,00%	1 772 163	1 195 047	577 116	32 729	107 573
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	94 617 609	92 400 147	2 217 462	1 930 497	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2014 (período contabilístico junho/13 a junho/14).

As empresas associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras; b) Promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

A **HME - Gestão Hospitalar, S.A.**, situa-se na freguesia de Évora (Sé e São Pedro) e tem como objetivo a prestação de serviços hospitalares.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A Sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **Nanxiang Holding Limited** é um veículo especial de investimento constituído em 7 de janeiro de 2014, com sede em Osiris International Cayman Limited, Suite #4-210, Governors Square, 23 Lime Tree Bay Avenue, PO Box 32311, Grand Cayman KY1-1209, Cayman Islands. Em dezembro de 2015, a sociedade FID I (HK) LIMITED, procedeu à alienação da participação sobre a sociedade Nanxiang Holding Limited.

A **HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social exclusivo o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do "Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures".

A **Madison 30 31 JV LLC** é um empreendimento conjunto constituído em 1 de janeiro de 2015, com sede em 352 Park Avenue South, New York 10010, Estados Unidos da América.

O **ACE – Investment Fund PL**, foi alienado na sequência da alienação da sociedade FID II (HK) LIMITED, detentora do seu capital.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014
	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através resultados	Total	Ao justo valor através de resultados
Investimentos relativos a contratos <i>Unit-linked</i>	-	487 476 907	487 476 907	627 586 250
Instrumentos de dívida				
- De outros emissores:				
Obrigações e outros títulos:				
De emissores nacionais	-	1 360 017	1 360 017	1 359 626
De emissores estrangeiros	-	399 714 468	399 714 468	231 010 411
	-	401 074 485	401 074 485	232 370 037
Outros instrumentos financeiros				
- Unidades de participação				
De emissores nacionais	-	-	-	3 600 388
	-	-	-	3 600 388
Instrumentos derivados com justo valor positivo				
- Futuros sobre divisas	957 920	-	957 920	-
	957 920	888 551 392	889 509 312	863 556 675

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	62 366 922	70 440 511
De dívida pública		
De emissores nacionais	375 369 102	487 733 597
De emissores estrangeiros	13 285 588	13 356 718
De outros emissores		
De emissores nacionais	868 840	2 868 909
De emissores estrangeiros	14 658 379	33 364 513
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	14 797 953	15 786 691
De emissores estrangeiros	8 466 661	5 921 824
Contas a receber	(430)	15
Transações a liquidar	(2 336 108)	(1 886 528)
	487 476 907	627 586 250
Outros ativos:		
Depósitos à ordem	85 574 732	84 080 963
Total (Nota 21)	573 051 639	711 667 212

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 400.582.503 Euros e 231.850.442 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

O total dos investimentos afetos aos contratos *Unit-linked* apresenta em 31 de dezembro de 2015 e 2014 uma diferença de 2.216 Euros e 2.925 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 21), que corresponde ao justo valor negativo dos swaps que se encontra registado na rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota 22) e que estão afetos a *Unit-linked*.

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 52.244.943 Euros e de 6.486.467 Euros, respetivamente.

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(Valores em Euros)

	2015							
	Montante Nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de Negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 22)	Ativo	Passivo (Nota 22)	
Swaps								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	181 083 333	221 751 488	-	(7 625 988)	-	(250 706)	(7 876 694)
Futuros								
Futuros sobre Divisas	1 339 625 000	1 160 375 000	2 500 000 000	957 920	(10 822 796)	1 285 939	(4 155 656)	(12 734 593)
	1 380 293 155	1 341 458 333	2 721 751 488	957 920	(18 448 784)	1 285 939	(4 406 362)	(20 611 287)

(Valores em Euros)

	2014	
	Montante Nominal	Valor Contabilístico
	Derivados de Negociação	Passivos Detidos para Negociação (Nota 22)
Swaps		
Swaps de taxa de juro	40 668 155	(8 609 482)
	40 668 155	(8 609 482)

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 22).

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD cotados na CME (Chicago Mercantile Exchange) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015				2014	
	<= 3 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 5 anos	Total	> 5 anos	Total
Swaps						
Swaps de taxa de Juro	-	1 083 333	220 668 155	221 751 488	40 668 155	40 668 155
Futuros						
Futuros sobre Divisas	2 500 000 000	-	-	2 500 000 000	-	-
	2 500 000 000	1 083 333	220 668 155	2 721 751 488	40 668 155	40 668 155

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(7 625 988)	40 668 155	(8 609 482)
Outras instituições	181 083 333	(250 706)	-	-
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	2 500 000 000	(12 734 593)	-	-
	2 721 751 488	(20 611 287)	40 668 155	(8 609 482)

No exercício de 2015, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura:

(Valores em Euros)

	2015		
	Ganhos	Perdas	Liquido
Futuros sobre Divisas	1 582 464	(28 630 626)	(27 048 162)
Ativos cobertos	68 692 875	(38 209 915)	30 482 960
	70 275 339	(66 840 541)	3 434 798

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	3 002 432 766	73 627 701	3 076 060 467	-	3 076 060 467	-	144 669 449	3 220 729 916
De emissores estrangeiros	233 888 759	6 417 311	240 306 070	-	240 306 070	(706 561)	3 202 962	242 802 471
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 395 786	24 673	3 420 459	-	3 420 459	-	438 734	3 859 193
De organismos financeiros internacionais	12 323 655	116 078	12 439 733	-	12 439 733	-	5 139 687	17 579 420
De outros emissores								
De emissores nacionais	274 301 096	3 613 351	277 914 447	(52 929 367)	224 985 080	-	4 487 803	229 472 883
De emissores estrangeiros	1 787 066 795	32 443 452	1 819 510 247	(65 856 752)	1 753 653 495	21 032 007	(178 137 779)	1 596 547 723
De empresas do Grupo	1 232 076 648	61 829 558	1 293 906 206	-	1 293 906 206	-	(47 434 314)	1 246 471 892
	6 545 485 505	178 072 124	6 723 557 629	(118 786 119)	6 604 771 510	20 325 446	(67 633 458)	6 557 463 498
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	269 743 922	-	269 743 922	(14 907 436)	254 836 486	-	(3 473 958)	251 362 528
De emissores estrangeiros	1 473 403 249	733 396	1 474 136 645	(134 762 184)	1 339 374 461	88 292 102	110 499 971	1 538 166 534
	1 743 147 171	733 396	1 743 880 567	(149 669 620)	1 594 210 947	88 292 102	107 026 013	1 789 529 062
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	11	27 445	-	27 445	-	(10 770)	16 675
Unidades de participação								
De residentes	288 868 110	-	288 868 110	(55 219 720)	233 648 390	-	49 857 517	283 505 907
De não residentes	31 180 848	-	31 180 848	(7 736 857)	23 443 991	(18)	5 427 244	28 871 217
Outros	(106 091)	36 743	(69 348)	-	(69 348)	-	-	(69 348)
	319 970 301	36 754	320 007 055	(62 956 577)	257 050 478	(18)	55 273 991	312 324 451
	8 608 602 977	178 842 274	8 787 445 251	(331 412 316)	8 456 032 935	108 617 530	94 666 546	8 659 317 011

(Valores em Euros)

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 053 387 309	72 408 965	2 125 796 274	-	2 125 796 274	-	159 440 205	2 285 236 479
De emissores estrangeiros	1 699 798 327	46 899 945	1 746 698 272	-	1 746 698 272	-	123 975 240	1 870 673 512
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 394 910	24 741	3 419 651	-	3 419 651	-	489 148	3 908 799
De organismos financeiros internacionais	13 292 054	143 848	13 435 902	-	13 435 902	-	5 670 824	19 106 726
De outros emissores								
De emissores nacionais	477 423 228	10 331 591	487 754 819	(47 929 367)	439 825 452	-	7 756 901	447 582 353
De emissores estrangeiros	1 357 671 028	31 702 354	1 389 373 382	(49 346)	1 389 324 036	-	55 119 208	1 444 443 244
De empresas do Grupo	1 676 422 178	44 391 379	1 720 813 557	-	1 720 813 557	-	4 963 813	1 725 777 370
	7 281 389 034	205 902 823	7 487 291 857	(47 978 713)	7 439 313 144	-	357 415 339	7 796 728 483
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	116 937 583	-	116 937 583	(13 140 742)	103 796 841	-	(3 822 110)	99 974 731
De emissores estrangeiros	996 478 770	-	996 478 770	(42 191 820)	954 286 950	25 114 164	117 344 743	1 096 745 857
	1 113 416 353	-	1 113 416 353	(55 332 562)	1 058 083 791	25 114 164	113 522 633	1 196 720 588
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	30	27 464	-	27 464	-	(10 770)	16 694
Unidades de participação								
De residentes	331 969 477	-	331 969 477	(63 911 279)	268 058 198	-	32 658 372	300 716 570
De não residentes	33 063 012	-	33 063 012	(7 715 085)	25 347 927	2 107	5 088 480	30 438 514
Outros	(14 782)	422	(14 360)	-	(14 360)	-	-	(14 360)
	365 045 141	452	365 045 593	(71 626 364)	293 419 229	2 107	37 736 082	331 157 418
	8 759 850 528	205 903 275	8 965 753 803	(174 937 639)	8 790 816 164	25 116 271	508 674 054	9 324 606 489

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	948 511	-	948 511	968 804	-	968 804
Outros depósitos:						
Depósitos a prazo	601 660 072	-	601 660 072	1 309 484 279	-	1 309 484 279
Contas margem	64 659 226	-	64 659 226	-	-	-
	666 319 298	-	666 319 298	1 309 484 279	-	1 309 484 279
Empréstimos concedidos:						
Empréstimos hipotecários	354 625	(29 803)	324 822	559 075	(29 803)	529 272
Empréstimos sobre apólices	981 339	-	981 339	1 458 001	-	1 458 001
Títulos de dívida	15 354 910	(108 729)	15 246 181	1 258 042	(108 729)	1 149 313
Outros	3 837 400	(1 300 083)	2 537 317	5 084 806	(2 450 522)	2 634 284
	20 528 274	(1 438 615)	19 089 659	8 359 924	(2 589 054)	5 770 870
Outros	603 468	-	603 468	400 199	-	400 199
	688 399 551	(1 438 615)	686 960 936	1 319 213 206	(2 589 054)	1 316 624 152

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e edifícios" foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 1 de maio de 2014:			
Valor Bruto	155 751 260	446 019 225	601 770 485
Amortizações e imparidade acumuladas	(36 704 822)	-	(36 704 822)
	119 046 438	446 019 225	565 065 663
Entradas / (saídas) do perímetro	249 409 124	178 337 809	427 746 933
Adições:			
Por aquisições realizadas no exercício	16 742 134	13 290 581	30 032 715
Por dispêndios subsequentes	-	2 636 869	2 636 869
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	9 631 239	9 631 239
Por contrapartida de capitais próprios	912 735	-	912 735
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	1 357 001	-	1 357 001
Amortizações do exercício	(4 083 669)	-	(4 083 669)
Alienações e abates líquidos	(3 210)	(165 232)	(168 442)
Outros movimentos	(446 650)	582 778	136 128
Saldos em 31 de dezembro de 2014:			
Valor Bruto	431 763 877	650 333 269	1 082 097 146
Amortizações e imparidade acumuladas	(48 829 974)	-	(48 829 974)
	382 933 903	650 333 269	1 033 267 172
Entradas / (saídas) do perímetro	35 859	-	35 859
Adições:			
Por aquisições realizadas no exercício	13 416 617	396 282 669	409 699 286
Por dispêndios subsequentes	768 984	7 544 867	8 313 851
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	36 352 441	36 352 441
Por contrapartida de capitais próprios	3 060 989	-	3 060 989
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	(1 270 285)	-	(1 270 285)
Amortizações do exercício	(16 645 963)	-	(16 645 963)
Diferenças de câmbio	-	20 282 321	20 282 321

(continuação)

(Valores em Euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Transferências	(12 085 711)	12 081 701	(4 010)
Alienações e abates líquidos	(394 929)	(5 203 180)	(5 598 109)
Outros movimentos	871 036	(173 361)	697 675
Saldos em 31 de dezembro de 2015:			
Valor Bruto	433 796 898	1 117 500 727	1 551 297 625
Amortizações e imparidade acumuladas	(63 106 398)	-	(63 106 398)
	370 690 500	1 117 500 727	1 488 191 227

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 - Justo valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio", desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b. Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;
- c. Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 72.992.202 Euros e a 69.933.131 Euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2015, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	(Valores em Euros)
	2015
2015	81 486 375
2014	264 054 509
Em curso (sem avaliação)	25 149 616
	370 690 500

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial, a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2015					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	118 999 851	14 506 948	1 124 679 665	138 917 894	695 150 815	2 092 255 173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 646 054	-	68 455 587	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	642 969	314 951	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 192 224	22 396 973	788 998 889	65 287 322	675 984	888 551 392
Derivados	-	-	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 390 954 509	124 024 032	5 614 699 679	1 302 345 348	227 293 443	8 659 317 011
Empréstimos concedidos e contas a receber	325 212 640	13 843 636	247 830 738	73 491 003	26 582 919	686 960 936
Terrenos e edifícios	132 853	-	-	349 723 817	1 138 334 557	1 488 191 227
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	41 357 923	41 357 923
	1 846 492 077	175 414 558	7 779 455 915	1 929 765 384	2 197 851 228	13 928 979 162

(Valores em Euros)

	2014					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	74 874 579	2 120 396	147 881 839	43 902 812	122 674 133	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 634 575	547 381	705 222 918	138 330 728	7 821 073	863 556 675
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 063 236 369	153 511 638	6 686 791 818	1 205 770 425	215 296 239	9 324 606 489
Empréstimos concedidos e contas a receber	623 783 961	36 042 525	475 624 547	157 241 873	23 931 246	1 316 624 152
Terrenos e edifícios	-	60 068	-	512 293 457	520 913 647	1 033 267 172
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	49 621 939	49 621 939
	1 773 529 484	192 282 008	8 015 521 122	2 057 539 295	1 064 679 356	13 103 551 265

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015										
	Saldos iniciais			Adições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	27 027 401	(25 582 261)	31 798	485 654	36 678	(724 151)	(39 779)	-	26 978 080	(25 742 741)	1 235 339
Máquinas e ferramentas	13 738 092	(12 820 780)	-	427 896	2 924	(461 089)	(8 367)	(10 184)	8 477 976	(7 609 485)	868 491
Equipamento informático	21 658 241	(19 275 105)	1 719	2 860 413	69	(2 753 278)	20 081	(37 274)	17 213 388	(14 738 524)	2 474 865
Instalações interiores	24 481 079	(19 378 342)	-	468 989	(328 775)	(1 162 292)	(61 746)	(41 554)	23 171 262	(19 193 902)	3 977 360
Material de transporte	2 675 156	(1 322 491)	1 790	666 261	(69)	(417 320)	(31 165)	(29 650)	3 010 800	(1 468 289)	1 542 511
Equipamento hospitalar	127 178 500	(99 064 186)	61 610	4 367 042	(81 835)	(9 792 579)	-	(23 622)	130 505 040	(107 860 110)	22 644 930
Outro equipamento	36 746 845	(29 877 636)	11 968	1 631 079	(966 749)	(2 010 253)	(3 734)	(4 676)	37 261 792	(31 734 948)	5 526 844
Património artístico	1 611 998	-	-	4 155	-	-	-	-	1 616 153	-	1 616 153
Equipamento em locação financeira	9 570 187	(9 541 311)	-	-	-	(6 379)	-	-	7 290 447	(7 267 950)	22 497
Outros ativos tangíveis	6 046 327	(4 249 774)	24 876	863 872	292 098	(321 426)	-	(1 255 624)	5 430 946	(4 030 597)	1 400 349
Adiantamento por conta de tangíveis	-	-	-	-	1 048 585	-	-	(1 000 000)	48 585	-	48 585
	270 733 826	(221 111 887)	133 761	11 775 360	2 926	(17 648 769)	(124 711)	(2 402 583)	261 004 469	(219 646 546)	41 357 923

(Valores em Euros)

	2014										
	Saldos iniciais			Adições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	20 863 432	(20 225 413)	948 608	332 506	-	(441 857)	(29 346)	(2 790)	27 027 401	(25 582 261)	1 436 429
Máquinas e ferramentas	13 805 943	(12 635 111)	-	128 143	-	(378 817)	(2 846)	-	13 738 092	(12 820 780)	917 312
Equipamento informático	15 787 660	(13 717 925)	693 934	1 231 197	-	(1 549 942)	(61 788)	-	21 658 241	(19 275 105)	2 391 847
Instalações interiores	23 771 467	(18 798 440)	-	712 234	-	(597 764)	15 240	-	24 481 079	(19 378 342)	5 102 737
Material de transporte	1 159 020	(812 408)	12 814	1 087 615	-	(172 474)	93 740	(15 642)	2 675 156	(1 322 491)	1 352 665
Equipamento hospitalar	6 542	(6 012)	30 407 075	1 328 256	88 118	(3 940 957)	254 840	(23 548)	127 178 500	(99 064 186)	28 111 666
Outro equipamento	5 145 244	(2 911 462)	3 397 406	415 839	689 911	370 601	(238 330)	-	36 746 845	(29 877 636)	6 869 209
Património artístico	1 604 300	-	-	7 698	-	-	-	-	1 611 998	-	1 611 998
Equipamento em locação financeira	9 536 187	(9 522 623)	-	34 000	-	(18 688)	-	-	9 570 187	(9 541 311)	28 876
Outros ativos tangíveis	59 359	(146 923)	1 045 239	1 398 322	(81 834)	(283 348)	(192 938)	(1 324)	6 046 327	(4 249 774)	1 799 201
	91 739 154	(78 776 317)	36 505 076	6 675 810	696 195	(7 013 246)	(161 429)	(43 304)	270 733 826	(221 111 887)	49 621 939

As entradas no perímetro de consolidação referem-se, em 2015 à aquisição da sociedade HME – Gestão Hospitalar, S.A. pela Luz Saúde S.A. e em 2014 à aquisição da Luz Saúde, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros Cabo Verde, S.A..

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Mercadorias Hospitalares	8 141 670	7 752 149
Imóveis	435 049	539 648
Outras mercadorias	11 457	8 604
Produtos e trabalhos em curso	44 344	64 940
Salvados	11 695	12 353
Outros inventários	154 285	165 439
	8 798 500	8 543 133
Imparidade de mercadorias (Nota 41)	(3 343)	(3 507)
	8 795 157	8 539 626

14. Goodwill

O goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65 531 707	-	65 531 707	68 919 220	-	68 919 220
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1 663 226	-	1 663 226	1 663 226	-	1 663 226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2 281 095	-	2 281 095	2 281 095	-	2 281 095
Luz Saúde, S.A.	359 254 032	-	359 254 032	359 143 778	-	359 143 778
GK Kita Aoyoma Support 2	15 319	-	15 319	-	-	-
	428 745 379	-	428 745 379	432 007 319	-	432 007 319
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove- Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957 001	(957 001)	-	957 001	(957 001)	-
	957 001	(957 001)	-	957 001	(957 001)	-
	429 702 380	(957 001)	428 745 379	432 964 320	(957 001)	432 007 319

Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(Valores em Euros)

Aquisição de 80,00% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	68 919 220
Aquisição de 80,00% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2 281 095
Aquisição de 80,00% da Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1 663 226
Aquisição de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	359 143 778
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2014	432 007 319
Aquisição de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3 387 513)
Alteração do custo de aquisição da GK Kita Aoyoma Support 2	15 319
Aquisição de 0,21% da Luz Saúde, S.A.	110 254
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2015	428 745 379

A determinação do *goodwill* das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Goodwill (reconhecido na rubrica "Goodwill")	
Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980 832 887
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	911 913 667
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	68 919 220
Compra de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(3 387 513)
Goodwill a 31 de dezembro de 2015	65 531 707
Compra de 80% da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	39 387 901
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	37 106 806
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	2 281 095
Compra de 80% da Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	17 400 523
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	15 737 297
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	1 663 226
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457 827 530
Capital Próprio e ajustes de justo valor da empresa adquirida (98,21%)	98 683 752
Goodwill a 31 de dezembro de 2014	359 143 778
Compra de 0,21% da Luz Saúde, S.A.	110 254
Goodwill a 31 de dezembro de 2015	359 254 032
Alteração do custo de aquisição da GK Kita Aoyoma Support 2	15 319
Goodwill a 31 de dezembro de 2015	428 745 379

O *goodwill* adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 - "Imparidade de ativos". Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015									
	Saldos iniciais			Aquisições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Diferenças de câmbio	Saldos finais	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto						Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	166 334 890	(150 672 194)	2 812 807	2 542 724	(8 505 398)	(9 662)	(10 984)	62 202 558	(49 710 375)	12 492 183
Outros ativos intangíveis	268 796	(202 461)	-	-	(2 885)	-	-	335 606	(272 156)	63 450
Ativos intangíveis em curso	5 753 920	-	4 549 011	(2 542 724)	-	-	-	7 760 207	-	7 760 207
	172 357 606	(150 874 655)	7 361 818	-	(8 508 282)	(9 662)	(10 984)	70 298 371	(49 982 531)	20 315 840

(Valores em Euros)

	2014										
	Saldos iniciais			Aquisições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Diferenças de câmbio	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	153 211 850	(138 615 602)	212 194	1 109 486	5 285 635	(5 505 223)	(474)	(35 170)	166 334 890	(150 672 194)	15 662 696
Outros ativos intangíveis	182 246	(176 598)	67 057	-	-	(6 370)	-	-	268 796	(202 461)	66 335
Ativos intangíveis em curso	6 676 067	-	850 220	3 513 268	(5 285 635)	-	-	-	5 753 920	-	5 753 920
	160 070 163	(138 792 200)	1 129 471	4 622 754	-	(5 511 593)	(474)	(35 170)	172 357 606	(150 874 655)	21 482 951

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Ativos intangíveis em curso”, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 21.373.297 Euros e de 14.325.183 Euros, respetivamente.

No exercício de 2015 o Grupo procedeu à descontinuação de aplicações informáticas e respetivo abate, que resultaram numa diminuição da rubrica de “Outros ativos intangíveis” no valor de 109.317.286 Euros

16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	122 501	29 229 015	29 351 516	121 619	30 564 606	30 686 225
Provisão matemática	12 439 196	-	12 439 196	10 463 963	-	10 463 963
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	7 882 623	106 071 652	113 954 275	7 359 607	93 372 114	100 731 721
Sinistros não declarados (IBNR)	2 517 579	5 094 931	7 612 510	1 438 026	4 790 421	6 228 447
	10 400 202	111 166 583	121 566 785	8 797 633	98 162 535	106 960 168
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	39 692	230 898	270 590
	22 961 899	140 395 598	163 357 497	19 422 907	128 958 039	148 380 946

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida:	122 501	-	122 501	121 619	-	121 619
Seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	10 181	(1 070)	9 111	405	-	405
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 752 246	(1 780 912)	1 971 334	2 789 101	(1 266 897)	1 522 204
Doença	795 613	(38 203)	757 410	353 431	(35 631)	317 800
Incêndio e outros danos	24 004 137	(3 897 501)	20 106 636	25 786 983	(4 162 092)	21 624 891
Automóvel	590 432	(16 192)	574 240	598 617	(563 864)	34 753
Marítimo, aéreo e transportes	310 545	(30 858)	279 687	1 936 503	(207 551)	1 728 952
Responsabilidade civil geral	2 124 123	(181 938)	1 942 185	2 316 288	(207 369)	2 108 919
Crédito e cauções	110 487	(4 106)	106 381	187 167	(5 568)	181 599
Proteção jurídica	3 346	(84)	3 262	807	(84)	723
Assistência	78 593	(1 396)	77 197	20 887	(1 396)	19 491
Diversos	4 870 287	(1 468 715)	3 401 572	3 895 742	(870 873)	3 024 869
	36 649 990	(7 420 975)	29 229 015	37 885 931	(7 321 325)	30 564 606
	36 772 491	(7 420 975)	29 351 516	38 007 550	(7 321 325)	30 686 225

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos:	121 619	882	-	122 501
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	405	10 181	(405)	10 181
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 789 101	961 680	1 465	3 752 246
Doença	353 431	521 954	(79 772)	795 613
Incêndio e outros danos	25 786 983	(1 634 870)	(147 976)	24 004 137
Automóvel	598 617	(537 658)	529 473	590 432
Marítimo, aéreo e transportes	1 936 503	(1 625 544)	(414)	310 545
Responsabilidade civil geral	2 316 288	(149 238)	(42 927)	2 124 123
Crédito e cauções	187 167	(76 684)	4	110 487
Proteção jurídica	807	2 892	(353)	3 346
Assistência	20 887	64 435	(6 729)	78 593
Diversos	3 895 742	974 545	-	4 870 287
	37 885 931	(1 488 307)	252 366	36 649 990
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	-	(1 018)	(52)	(1 070)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 266 897)	(514 660)	645	(1 780 912)
Doença	(35 631)	(24 058)	21 486	(38 203)
Incêndio e outros danos	(4 162 092)	113 246	151 345	(3 897 501)
Automóvel	(563 864)	512 995	34 677	(16 192)
Marítimo, aéreo e transportes	(207 551)	171 632	5 061	(30 858)
Responsabilidade civil geral	(207 369)	517	24 914	(181 938)
Crédito e cauções	(5 568)	1 466	(4)	(4 106)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	-	-	(1 396)
Diversos	(870 873)	(597 842)	-	(1 468 715)
	(7 321 325)	(337 722)	238 072	(7 420 975)
	30 686 225	(1 825 147)	490 438	29 351 516

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos:	-	121 619	-	121 619
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	4 730	(4 325)	-	405
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 798 075	10 659	(19 633)	2 789 101
Doença	840 375	(643 500)	156 556	353 431
Incêndio e outros danos	41 117 267	(14 906 450)	(423 834)	25 786 983
Automóvel	2 547 436	(2 409 199)	460 380	598 617
Marítimo, aéreo e transportes	3 142 151	(1 209 899)	4 251	1 936 503
Responsabilidade civil geral	3 683 042	(1 368 442)	1 688	2 316 288
Crédito e cauções	204 409	(17 227)	(15)	187 167
Proteção jurídica	391	403	13	807
Assistência	10 978	3 488	6 421	20 887
Diversos	3 176 881	718 857	4	3 895 742
	57 525 735	(19 825 635)	185 831	37 885 931
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(2 054)	2 054	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 324 190)	57 474	(181)	(1 266 897)
Doença	(80 187)	46 278	(1 722)	(35 631)
Incêndio e outros danos	(5 296 036)	1 152 737	(18 793)	(4 162 092)
Automóvel	(296 889)	(237 373)	(29 602)	(563 864)
Marítimo, aéreo e transportes	(268 708)	61 509	(352)	(207 551)
Responsabilidade civil geral	(236 591)	32 103	(2 881)	(207 369)
Crédito e cauções	(5 412)	(155)	(1)	(5 568)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	-	-	(1 396)
Diversos	(679 815)	(191 054)	(4)	(870 873)
	(8 191 362)	923 573	(53 536)	(7 321 325)
	49 334 373	(18 780 443)	132 295	30 686 225

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	7 882 623	2 517 579	10 400 202	7 359 607	1 438 026	8 797 633
Seguros não vida:	106 071 652	5 094 931	111 166 583	93 372 114	4 790 421	98 162 535
Acidentes de trabalho	944 656	37 218	981 874	934 544	920	935 464
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 857 559	67 373	7 924 932	7 194 075	36 248	7 230 323
Doença	1 038 942	49 165	1 088 107	506 022	52 123	558 145
Incêndio e outros danos	55 773 622	3 762 798	59 536 420	42 828 819	3 454 856	46 283 675
Automóvel	7 311 215	3 589	7 314 804	6 459 596	1 210	6 460 806
Marítimo, aéreo e transportes	5 825 545	190 765	6 016 311	8 375 967	237 901	8 613 868
Responsabilidade civil geral	22 043 573	111 883	22 155 456	21 778 548	42 240	21 820 788
Crédito e cauções	396	27 441	27 837	472	27 441	27 913
Outros	5 276 144	844 697	6 120 841	5 294 071	937 482	6 231 553
	113 954 275	7 612 510	121 566 785	100 731 721	6 228 447	106 960 168

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	8 797 633	8 219 258	(6 616 689)	-	10 400 202
Seguros não vida:	98 162 535	63 287 380	(50 905 771)	622 439	111 166 583
Acidentes de trabalho	935 464	1 893 402	(1 729 730)	(117 262)	981 874
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 230 323	1 319 731	(617 569)	(7 553)	7 924 932
Doença	558 145	3 085 629	(2 492 755)	(62 912)	1 088 107
Incêndio e outros danos	46 283 675	41 905 451	(28 360 547)	(292 159)	59 536 420
Automóvel	6 460 806	2 411 494	(2 074 512)	517 016	7 314 804
Marítimo, aéreo e transportes	8 613 868	1 070 192	(4 243 519)	575 770	6 016 311
Responsabilidade civil geral	21 820 788	1 939 586	(1 614 457)	9 539	22 155 456
Crédito e cauções	27 913	1 232	(1 308)	-	27 837
Diversos	6 231 553	9 660 662	(9 771 374)	-	6 120 841
	106 960 168	71 506 638	(57 522 460)	622 439	121 566 785

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	11 249 521	1 830 735	(4 282 623)	-	8 797 633
Seguros não vida:	126 861 064	16 357 827	(45 271 451)	215 095	98 162 535
Acidentes de trabalho	666 598	438 267	(179 683)	10 282	935 464
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 357 467	224 596	(344 250)	(7 490)	7 230 323
Doença	530 073	543 676	(633 193)	117 589	558 145
Incêndio e outros danos	62 916 419	14 734 323	(31 411 665)	44 598	46 283 675
Automóvel	15 803 919	(3 580 508)	(5 810 814)	48 209	6 460 806
Marítimo, aéreo e transportes	8 897 647	2 335 976	(2 620 506)	751	8 613 868
Responsabilidade civil geral	22 744 127	427 307	(1 351 802)	1 156	21 820 788
Crédito e cauções	23 186	150 341	(145 614)	-	27 913
Diversos	7 921 628	1 083 849	(2 773 924)	-	6 231 553
	138 110 585	18 188 562	(49 554 074)	215 095	106 960 168

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Contas a receber por operações de seguro direto:		
Recibos por cobrar	81 710 818	83 065 576
Reembolsos de sinistros	18 403 133	19 929 348
Mediadores	54 169 138	33 796 027
Cosseguradores	14 457 905	14 611 270
Outros:		
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	8 022 707	12 996 745
Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)	2 159 507	2 234 402
Outros	650 519	1 732 136
	179 573 727	168 365 504
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 41)	(14 320 357)	(13 272 359)
(Ajustamentos IFAP - Nota 41)	(424 635)	(650 826)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(10 118 579)	(28 142 515)
	154 710 156	126 299 804
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	21 816 848	20 657 411
Contas correntes de ressegurados	628 502	913 884
	22 445 350	21 571 295
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(8 996 572)	(11 815 466)
	13 448 778	9 755 829
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do Grupo	6 916	7 083
Empresas associadas	772 152	817 657
Restantes acionistas	2 155 747	1 522 898
Pessoal	1 625 280	1 294 093
Fundos de pensões	46 395	32 913
Clientes - contas correntes	97 462 971	91 233 913

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	4 596 206	8 509 412
Devedores por valores em depósito	258 469	-
Arrendamentos imobiliários	2 695 334	3 118 230
Transações a liquidar	-	17 894 321
Adiantamentos a fornecedores	1 010 803	4 765 069
Outros	21 689 964	25 469 558
	132 320 237	154 665 147
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(25 677 202)	(41 075 090)
	106 643 035	113 590 057
	274 801 969	249 645 690

Nos exercícios de 2015 e 2014 o valor na rubrica "Clientes – contas correntes" inclui os montantes de 91.579.431 Euros e 88.521.171 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2007 a 2015.

18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Ativos por impostos correntes		
Outros	1 895 135	919 026
	1 895 135	919 026
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(29 668 271)	(27 117 680)
Imposto do selo	(8 864 053)	(8 206 772)
Fundo de Garantia Automóvel	(2 254 321)	(2 283 164)
Fundo de Acidentes de Trabalho	(4 736 344)	(4 205 335)
Taxa para a Autoridade Nacional para Proteção Civil	(1 858 028)	(1 717 059)
Taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)	(1 806 395)	(1 961 098)
Instituto Nacional de Emergência Médica	(2 570 322)	(2 029 706)
Segurança Social	(6 030 445)	(5 358 548)
Retenções	(7 261 386)	(7 147 394)
Outros	(1 194 854)	(1 513 086)
	(66 244 419)	(61 539 841)
Ativos por impostos diferidos	272 352 158	188 694 411
Passivos por impostos diferidos	(147 128 543)	(169 548 983)
	125 223 615	19 145 428
Total	60 874 332	(41 475 388)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(129 882 067)	(64 590 161)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	7 823 362	2 627 944
Retenções na fonte	5 966 602	8 664 025
Pagamentos por conta	84 809 422	63 400 838
Outros	1 614 410	(37 220 325)
	(29 668 271)	(27 117 680)

Em 2015 e 2014 a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da Derrama Municipal, do valor da tributação autónoma e da Derrama Estadual apurada nos termos da lei.

Em 2015 e 2014, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(112 337 469)	67 500 140	-	(44 837 329)
Terrenos e edifícios:				
- De uso próprio	(519 604)	114 688	524 841	119 925
- De rendimento	25 973 930	-	(6 663 177)	19 310 753
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	100 440 012	(351 031)	43 389 534	143 478 516
Benefícios dos trabalhadores	10 851 649	-	1 476 609	12 328 258
Prejuízos Fiscais reportáveis	(283 080)	-	1 420 353	1 137 273
Outros	(4 980 011)	544 322	(1 878 091)	(6 313 780)
	19 145 428	67 808 118	38 270 069	125 223 615

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldos iniciais	Entrada no perímetro de consolidação	Variação em		Saldos finais
			Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(127 157 090)	-	14 819 621	-	(112 337 469)
Terrenos e edifícios:					
- De uso próprio	17 503 790	(26 957 641)	15 578 342	(6 644 095)	(519 604)
- De rendimento	40 579 212	(11 827 246)	-	(2 778 036)	25 973 930
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	87 958 637	13 496 054	(253 016)	(761 663)	100 440 012
Benefícios dos trabalhadores	11 683 366	-	-	(831 717)	10 851 649
Prejuízos Fiscais reportáveis	1 179 718	99 736	-	(1 562 534)	(283 080)
Outros	(895 782)	(7 070 101)	-	2 985 872	(4 980 011)
	30 851 851	(32 259 197)	30 144 947	(9 592 173)	19 145 428

No exercício de 2015 a taxa de imposto diferido ascende a 29,5% (no exercício de 2014 a taxa de imposto diferido correspondia a 27,5%), exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21%.

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Impostos correntes		
Do exercício	103 149 629	50 994 371
Derrama estadual	25 221 055	13 847 134
Tributação Autónoma	1 496 211	767 597
	129 866 895	65 609 102
Outros (Sucursais)	15 173	(1 018 941)
	129 882 068	64 590 161
Impostos diferidos	(38 270 069)	9 592 173
Total de impostos em resultados	91 611 999	74 182 334
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	329 723 867	231 399 963
Carga fiscal	27,78%	32,06%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		329 723 867		231 399 963
Imposto apurado com base na taxa nominal	30,18%	99 494 283	31,13%	72 044 546
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,99%)	(3 252 145)	(1,28%)	(2 952 056)
Mais e menos-valias fiscais				
e imparidades não dedutíveis	(0,38%)	(1 239 190)	-	-
Mais e menos-valias contabilísticas	(16,39%)	(54 040 070)	-	-
Reposição de provisões não dedutíveis	(0,01%)	(18 209)	-	-
Variações patrimoniais negativas	(0,41%)	(1 340 424)	-	-
Restituição de impostos	(0,01%)	(34 074)	-	-
Excesso de estimativa impostos	(0,41%)	(1 339 621)	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	(0,55%)	(1 270 966)
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Realizações sociais não dedutíveis	0,01%	21 414	-	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	3,00%	9 895 415	0,60%	1 397 510
Mais e menos-valias potenciais de imóveis	2,17%	7 152 873	-	-
Mais e menos-valias fiscais	11,91%	39 280 542	0,02%	41 834
Imparidades não dedutíveis	1,19%	3 931 506	-	-
Gastos de benefício de cessação de emprego	0,30%	984 013	-	-
Outras	0,94%	3 105 926	0,14%	313 450
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,44%)	(1 463 763)	(0,10%)	(235 975)
Outros	(0,05%)	(176 986)	(0,08%)	(178 095)
Tributação autónoma	0,45%	1 496 211	0,33%	767 597
Ativos e passivos por impostos				
diferidos - Efeito de alteração de taxa	(3,29%)	(10 845 701)	1,84%	4 254 488
	27,78%	91 611 999	32,06%	74 182 334

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2015 e 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período (sendo o prazo de reporte de cinco anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2013 e 2012, de quatro anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2011 e de seis anos para o exercício de 2009).

19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Acréscimos de rendimentos	51 240 539	40 511 218
Gastos diferidos:		
Comissões de emissão de produtos financeiros	12 502 337	9 763 550
Seguros	2 125 874	1 024 920
Rendas e alugueres	2 253 684	2 335 701
Assistência equipamento informático	1 326 443	1 348 491
Publicidade	438 495	346 450
Quotizações APS	323 483	305 517
Licenças de <i>software</i>	884 708	963 563
Outros	2 089 989	3 315 038
	73 185 552	59 914 448

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui a estimativa das profit comissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 3.658.000 Euros e 5.594.467 Euros, relativas aos exercícios de 2015 e 2014, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

20. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 796 858	274 226 048	276 022 906	1 515 796	266 872 799	268 388 595
Provisão matemática do ramo vida	1 632 994 332	-	1 632 994 332	1 667 380 282	-	1 667 380 282
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	98 652 055	1 548 736 795	1 647 388 850	97 964 418	1 554 492 551	1 652 456 969
Sinistros não declarados (IBNR)	25 971 059	85 325 681	111 296 740	25 851 773	85 881 739	111 733 512
	124 623 114	1 634 062 476	1 758 685 590	123 816 191	1 640 374 290	1 764 190 481
Provisão para participação nos resultados	68 763 675	1 764	68 765 439	109 128 835	59 481	109 188 316
Provisão para compromissos de taxa	5 626 534	-	5 626 534	7 454 750	-	7 454 750
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	25 272 158	24 502 158	-	24 502 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	22 471 715	22 471 715	-	20 994 212	20 994 212
Provisão para riscos em curso	-	60 944 019	60 944 019	-	58 810 205	58 810 205
	99 662 367	83 417 498	183 079 865	141 085 743	79 863 898	220 949 641
	1 859 076 671	1 991 706 022	3 850 782 693	1 933 798 012	1 987 110 987	3 920 908 999

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros de vida:	1 796 858	-	1 796 858	1 515 796	-	1 515 796
Seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	13 576 921	(2 254 113)	11 322 808	13 345 392	(2 304 492)	11 040 900
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 675 687	(1 316 971)	6 358 716	7 036 245	(1 366 041)	5 670 204
Doença	29 838 229	(6 054 164)	23 784 065	25 921 896	(5 643 993)	20 277 903
Incêndio e outros danos	91 305 491	(15 890 424)	75 415 067	91 907 877	(15 660 706)	76 247 171
Automóvel	158 667 833	(30 153 372)	128 514 461	154 767 285	(30 127 098)	124 640 187
Marítimo, aéreo e transportes	2 087 376	(343 297)	1 744 079	2 870 575	(306 893)	2 563 682
Responsabilidade civil geral	9 490 617	(1 443 513)	8 047 104	9 542 956	(1 509 460)	8 033 496
Crédito e cauções	236 469	(16 990)	219 479	345 451	(23 398)	322 053
Proteção jurídica	2 449 571	(503 137)	1 946 434	2 446 658	(498 322)	1 948 336
Assistência	12 644 660	(2 610 774)	10 033 886	11 441 416	(2 339 498)	9 101 918
Diversos	8 449 692	(1 609 743)	6 839 949	8 697 796	(1 670 847)	7 026 949
	336 422 546	(62 196 498)	274 226 048	328 323 547	(61 450 748)	266 872 799
	338 219 404	(62 196 498)	276 022 906	329 839 343	(61 450 748)	268 388 595

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de vida:	1 515 796	281 321	(259)	1 796 858
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	13 345 392	185 576	45 953	13 576 921
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 036 245	643 009	(3 567)	7 675 687
Doença	25 921 896	4 789 174	(872 841)	29 838 229
Incêndio e outros danos	91 907 877	(235 138)	(367 248)	91 305 491
Automóvel	154 767 285	4 391 467	(490 919)	158 667 833
Marítimo, aéreo e transportes	2 870 575	(778 980)	(4 219)	2 087 376
Responsabilidade civil geral	9 542 956	(14 035)	(38 304)	9 490 617
Crédito e cauções	345 451	(108 163)	(819)	236 469
Proteção jurídica	2 446 658	5 115	(2 202)	2 449 571
Assistência	11 441 416	1 156 550	46 694	12 644 660
Diversos	8 697 796	(248 105)	1	8 449 692
	328 323 547	9 786 470	(1 687 471)	336 422 546
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	(2 304 492)	53 779	(3 400)	(2 254 113)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 366 041)	49 580	(510)	(1 316 971)
Doença	(5 643 993)	(469 906)	59 735	(6 054 164)
Incêndio e outros danos	(15 660 706)	(243 904)	14 186	(15 890 424)
Automóvel	(30 127 098)	334 220	(360 494)	(30 153 372)
Marítimo, aéreo e transportes	(306 893)	(36 750)	346	(343 297)
Responsabilidade civil geral	(1 509 460)	62 464	3 483	(1 443 513)
Crédito e cauções	(23 398)	6 421	(13)	(16 990)
Proteção jurídica	(498 322)	(5 164)	349	(503 137)
Assistência	(2 339 498)	(271 344)	68	(2 610 774)
Diversos	(1 670 847)	248 817	(187 713)	(1 609 743)
	(61 450 748)	(271 787)	(473 963)	(62 196 498)
	268 388 595	9 796 004	(2 161 693)	276 022 906

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de vida:	5 612 182	(4 096 386)	-	1 515 796
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	21 301 786	(7 955 781)	(613)	13 345 392
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 994 161	(961 694)	3 778	7 036 245
Doença	48 587 757	(22 864 727)	198 866	25 921 896
Incêndio e outros danos	108 332 199	(16 648 824)	224 502	91 907 877
Automóvel	154 024 541	160 055	582 689	154 767 285
Marítimo, aéreo e transportes	4 030 500	(1 170 686)	10 761	2 870 575
Responsabilidade civil geral	12 718 021	(3 213 964)	38 899	9 542 956
Crédito e cauções	396 892	(49 280)	(2 161)	345 451
Proteção jurídica	2 466 673	(18 576)	(1 439)	2 446 658
Assistência	11 608 853	(173 593)	6 156	11 441 416
Diversos	7 422 599	1 275 196	1	8 697 796
	378 883 982	(51 621 874)	1 061 439	328 323 547
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	(3 570 405)	1 274 602	(8 689)	(2 304 492)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 571 853)	206 049	(237)	(1 366 041)
Doença	(8 685 128)	3 048 680	(7 545)	(5 643 993)
Incêndio e outros danos	(16 740 508)	1 091 637	(11 835)	(15 660 706)
Automóvel	(29 068 130)	(400 023)	(658 945)	(30 127 098)
Marítimo, aéreo e transportes	(451 070)	144 384	(207)	(306 893)
Responsabilidade civil geral	(1 902 964)	395 386	(1 882)	(1 509 460)
Crédito e cauções	(43 766)	20 368	-	(23 398)
Proteção jurídica	(501 398)	3 103	(27)	(498 322)
Assistência	(1 971 546)	(367 933)	(19)	(2 339 498)
Diversos	(1 285 442)	(757)	(384 648)	(1 670 847)
	(65 792 210)	5 415 496	(1 074 034)	(61 450 748)
	318 703 954	(50 302 764)	(12 595)	268 388 595

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida	98 652 055	25 971 059	124 623 114	97 964 418	25 851 773	123 816 191
Seguros não vida:	1 548 736 795	85 325 681	1 634 062 476	1 554 492 551	85 881 739	1 640 374 290
Acidentes de trabalho:	776 751 895	12 128 394	788 880 289	773 425 661	12 735 284	786 160 945
Provisão matemática	565 149 550	934 466	566 084 016	558 239 892	1 014 861	559 254 753
Provisão para assistência vitalícia	160 826 545	7 911 113	168 737 658	160 168 426	7 949 314	168 117 740
Provisão para assistência temporária	50 775 800	3 282 815	54 058 615	55 017 343	3 771 109	58 788 452
Outros seguros:	771 984 900	73 197 287	845 182 187	781 066 890	73 146 455	854 213 345
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22 226 900	475 506	22 702 406	15 041 798	428 765	15 470 563
Doença	49 719 967	4 604 924	54 324 891	43 838 673	3 914 959	47 753 632
Incêndio e outros danos	114 995 406	13 406 427	128 401 833	107 931 979	13 515 666	121 447 645
Automóvel	450 003 508	45 573 615	495 577 123	471 160 977	46 079 521	517 240 498
Marítimo, aéreo e transportes	11 088 308	1 076 856	12 165 164	13 442 332	975 988	14 418 320
Responsabilidade civil geral	103 345 420	5 300 845	108 646 265	106 472 259	5 036 413	111 508 672
Crédito e cauções	827 284	74 844	902 128	781 303	76 572	857 875
Proteção jurídica	5 509 915	948 321	6 458 236	6 107 565	1 171 135	7 278 700
Assistência	7 812 939	62 887	7 875 826	9 465 955	76 483	9 542 438
Diversos	6 455 253	1 673 062	8 128 315	6 824 049	1 870 953	8 695 002
	1 647 388 850	111 296 740	1 758 685 590	1 652 456 969	111 733 512	1 764 190 481

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida	123 816 191	285 667 316	(284 860 393)	-	124 623 114
Seguros não vida:	1 640 374 290	759 515 278	(764 609 820)	(1 217 272)	1 634 062 476
Acidentes de trabalho	786 160 945	117 579 758	(113 790 207)	(1 070 207)	788 880 289
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 470 563	15 008 754	(7 776 344)	(567)	22 702 406
Doença	47 753 632	181 557 090	(174 504 715)	(481 116)	54 324 891
Incêndio e outros danos	121 447 645	99 299 028	(92 229 387)	(115 453)	128 401 833
Automóvel	517 240 498	290 014 552	(312 136 573)	458 646	495 577 123
Marítimo, aéreo e transportes	14 418 320	3 664 332	(5 912 602)	(4 886)	12 165 164
Responsabilidade civil geral	111 508 672	7 938 006	(10 796 724)	(3 689)	108 646 265
Crédito e cauções	857 875	311 430	(267 177)	-	902 128
Proteção jurídica	7 278 700	(267 030)	(553 434)	-	6 458 236
Assistência	9 542 438	29 338 302	(31 004 914)	-	7 875 826
Diversos	8 695 002	15 071 056	(15 637 743)	-	8 128 315
	1 764 190 481	1 045 182 594	(1 049 470 213)	(1 217 272)	1 758 685 590

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida	109 408 485	234 945 212	(220 537 302)	(204)	123 816 191
Seguros não vida:	1 692 927 391	461 746 188	(515 709 506)	1 410 217	1 640 374 290
Acidentes de trabalho	784 634 288	85 314 507	(84 731 873)	944 023	786 160 945
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 893 883	5 522 845	(5 945 175)	(990)	15 470 563
Doença	43 607 799	109 703 046	(106 017 319)	460 106	47 753 632
Incêndio e outros danos	137 688 263	65 421 080	(81 712 393)	50 695	121 447 645
Automóvel	554 969 798	156 094 905	(193 780 105)	(44 100)	517 240 498
Marítimo, aéreo e transportes	13 826 808	4 817 352	(4 227 983)	2 143	14 418 320
Responsabilidade civil geral	114 405 845	5 824 570	(8 720 083)	(1 660)	111 508 672
Crédito e cauções	607 753	467 151	(217 029)	-	857 875
Proteção jurídica	7 279 238	1 200 191	(1 200 729)	-	7 278 700
Assistência	9 383 438	22 554 680	(22 395 680)	-	9 542 438
Diversos	10 630 278	4 825 861	(6 761 137)	-	8 695 002
	1 802 335 876	696 691 400	(736 246 808)	1 410 013	1 764 190 481

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Seguros não vida:		
Acidentes de trabalho	25 114 103	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	368 105	252 441
Doença	3 682 055	3 480 006
Incêndio e outros danos	3 291 533	5 174 504
Automóvel	21 311 698	19 452 738
Marítimo, aéreo e transportes	39 286	4 909
Responsabilidade civil geral	1 036 256	577 070
Crédito e cauções	55 297	3 082
Proteção jurídica	-	306
Assistência	6 009 257	6 587 924
Diversos	36 429	-
	60 944 019	58 810 205

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	23 277 225	1 836 878	25 114 103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	252 441	115 664	368 105
Doença	3 480 006	202 049	3 682 055
Incêndio e outros danos	5 174 504	(1 882 971)	3 291 533
Automóvel	19 452 738	1 858 960	21 311 698
Marítimo, aéreo e transportes	4 909	34 377	39 286
Responsabilidade civil geral	577 070	459 186	1 036 256
Crédito e cauções	3 082	52 215	55 297
Proteção jurídica	306	(306)	-
Assistência	6 587 924	(578 667)	6 009 257
Diversos	-	36 429	36 429
	58 810 205	2 133 814	60 944 019

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	19 639 695	3 637 530	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	24 534	227 907	252 441
Doença	942 084	2 537 922	3 480 006
Incêndio e outros danos	5 048 331	126 173	5 174 504
Automóvel	14 299 928	5 152 810	19 452 738
Marítimo, aéreo e transportes	14 439	(9 530)	4 909
Responsabilidade civil geral	127 633	449 437	577 070
Crédito e cauções	138 667	(135 585)	3 082
Proteção jurídica	-	306	306
Assistência	1 237 037	5 350 887	6 587 924
Diversos	-	-	-
	41 472 348	17 337 857	58 810 205

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	54 341 483	(3 544)	54 337 939	15 182 138	69 520 077
Vida Risco Grupo	156 392 984	-	156 392 984	15 702 383	172 095 367
Vida Capitalização Individual	22 236 205	(51 388)	22 184 817	31 283	22 216 100
Vida Capitalização Grupo	2 860 953	-	2 860 953	-	2 860 953
	235 831 625	(54 932)	235 776 693	30 915 804	266 692 497
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	293 471 531	(15 358)	293 456 173	13 839 322	307 295 495
Vida Capitalização Grupo	283 509 699	-	283 509 699	6 528 762	290 038 461
Vida PPR Individual	820 287 800	(36 033)	820 251 767	17 479 787	837 731 554
	1 397 269 030	(51 391)	1 397 217 639	37 847 871	1 435 065 510
	1 633 100 655	(106 323)	1 632 994 332	68 763 675	1 701 758 007

(Valores em Euros)

	2014				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 771 268	(2 961)	45 768 307	14 912 243	60 680 550
Vida Risco Grupo	162 168 143	-	162 168 143	16 134 452	178 302 595
Vida Capitalização Individual	17 354 865	(47 830)	17 307 035	21 882	17 328 917
Vida Capitalização Grupo	2 727 555	-	2 727 555	-	2 727 555
	228 021 831	(50 791)	227 971 040	31 068 577	259 039 617
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	318 563 386	(19 881)	318 543 505	26 149 839	344 693 344
Vida Capitalização Grupo	271 343 465	-	271 343 465	6 398 546	277 742 011
Vida PPR Individual	849 568 155	(45 883)	849 522 272	45 511 873	895 034 145
	1 439 475 006	(65 764)	1 439 409 242	78 060 258	1 517 469 500
	1 667 496 837	(116 555)	1 667 380 282	109 128 835	1 776 509 117

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	227 971 040	7 289 121	-	(4 142)	-	520 674	235 776 693
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 439 409 242	(52 768 910)	-	14 374	418 385	10 144 548	1 397 217 639
	1 667 380 282	(45 479 789)	-	10 232	418 385	10 665 222	1 632 994 332
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	31 068 577	8 279 453	(5 056 722)	-	-	(3 375 504)	30 915 804
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	78 060 258	33 250 200	(63 318 034)	-	-	(10 144 553)	37 847 871
	109 128 835	41 529 653	(68 374 756)	-	-	(13 520 057)	68 763 675
	1 776 509 117	(3 950 136)	(68 374 756)	10 232	418 385	(2 854 835)	1 701 758 007

(Valores em Euros)

	2014						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	226 905 691	861 698	-	(44 539)	-	248 190	227 971 040
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 501 704 505	(63 479 451)	-	13 287	677 164	493 737	1 439 409 242
	1 728 610 196	(62 617 753)	-	(31 252)	677 164	741 927	1 667 380 282
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	31 456 297	7 341 859	(4 523 467)	-	-	(3 206 112)	31 068 577
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	84 607 429	21 488 597	(31 608 003)	-	-	3 572 235	78 060 258
	116 063 726	28 830 457	(36 131 470)	-	-	366 123	109 128 835
	1 844 673 922	(33 787 297)	(36 131 470)	(31 252)	677 164	1 108 050	1 776 509 117

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.16. f).

21. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos <i>Unit-linked</i>						
<i>Unit-linked</i> Capitalização Ind.	668 648 640	3 464 808	(135 466 571)	7 653 211	-	544 300 087
<i>Unit-linked</i> Capitalização grupo	668 782	-	-	52 463	-	721 245
<i>Unit-linked</i> PPR	42 346 865	236 479	(14 809 034)	304 589	(50 810)	28 028 089
	711 664 287	3 701 286	(150 275 605)	8 010 263	(50 810)	573 049 422
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
<i>Unit-linked</i> Capitalização Ind.	3 728 227 571	1 040 758 751	(353 146 812)	101 718 984	(367 575)	4 517 190 918
<i>Unit-linked</i> Capitalização grupo	3 246 908 900	1 453 579 399	(1 806 341 999)	85 808 786	-	2 979 955 087
<i>Unit-linked</i> PPR	5 429 278	-	(5 347)	23 871	-	5 447 802
	6 980 565 749	2 494 338 150	(2 159 494 158)	187 551 641	(367 575)	7 502 593 807
	7 692 230 036	2 498 039 437	(2 309 769 763)	195 561 904	(418 385)	8 075 643 229

(Valores em Euros)

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos <i>Unit-linked</i>						
<i>Unit-linked</i> Capitalização Ind.	973 934 811	2 428 259	(321 985 302)	14 270 870	-	668 648 638
<i>Unit-linked</i> Capitalização grupo	773 708	-	(52 463)	(52 463)	-	668 782
<i>Unit-linked</i> PPR	42 990 085	171 085	(1 077 877)	357 975	(94 398)	42 346 870
	1 017 698 604	2 599 344	(323 115 642)	14 576 382	(94 398)	711 664 290
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 957 951 197	873 832 971	(165 040 966)	62 067 133	(582 766)	3 728 227 569
Vida Taxa Fixa individual	3 193 448 689	1 064 843 938	(1 074 801 968)	63 418 241	-	3 246 908 900
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 463 375	-	(1 073 128)	39 030	-	5 429 277
	6 157 863 261	1 938 676 909	(1 240 916 062)	125 524 404	(582 766)	6 980 565 746
	7 175 561 865	1 941 276 253	(1 564 031 704)	140 100 786	(677 164)	7 692 230 036

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado. Uma parte significativa destas responsabilidades encontra-se coberta através de investimentos em títulos da dívida pública portuguesa, registados como ativos disponíveis para venda (Nota 8), os quais foram adquiridos com taxas de rentabilidade efetivas superiores às taxas garantidas aos segurados. As mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda são reconhecidas em reservas de reavaliação.

22. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	4 406 362	-
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4 994 028	4 286 850
Não Vida	32 705 269	33 665 347
	37 699 297	37 952 197
Outros:		
Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)		
Swaps Taxa de Juro	7 625 988	8 610 084
Futuros	10 822 796	-
	18 448 784	8 610 084
Empréstimos obtidos		
Em instituições financeiras de crédito	158 612 609	164 751 507
Loações financeiras	21 297 468	28 479 606
Papel comercial - Luz Saúde, S.A.	176 010 263	159 688 510
	355 920 340	352 919 623
	374 369 124	361 529 707
	416 474 783	399 481 904

A rubrica "Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito" em 31 de dezembro de 2015 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,27%.

23. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Mediadores	49 069 763	37 489 646
Tomadores de seguro	31 711 659	25 516 620
Cosseguradoras	12 420 369	13 664 041
	93 201 791	76 670 307
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	38 549 446	31 645 347
Contas correntes de ressegurados	2 399 285	2 214 680
	40 948 731	33 860 027
Contas a pagar por outras operações:		
Fornecedores de ativos tangíveis	936 596	1 098 068
Fornecedores conta corrente	40 027 251	36 926 802
Pessoal	43 808	80 194
Consultores, assessores e intermediários	1 172 646	1 078 931
Fundos de pensões	387 227	384 093
Contas de regularização interna	2 148 676	1 716 561
Clientes conta corrente	9 066 361	5 503 828
Credores diversos	15 537 979	9 013 687
	69 320 544	57 518 725
	203 471 066	168 049 059

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica “Credores diversos” inclui responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência desta participada apresentar capitais próprios negativos.

24. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	30 583 523	6 391 263
Empréstimos	-	37 761
Outros	376 456	658 506
	30 959 979	7 087 530
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	283 720	479 824
Férias e subsídio de férias a pagar	31 062 729	29 835 487
Seguros	423 310	733 027
Remunerações variáveis, incluindo encargos	8 042 839	9 959 884
Prémios de desempenho da empresa	10 981 409	6 367 689
Prémio de permanência	775 254	1 164 137
Outros custos com pessoal	1 107 948	1 192 176
Provisão para prémios de angariação	1 136 460	1 274 199
Comissões a pagar	35 379 128	20 762 212
Pagamentos diferidos - Marketing	4 972 178	3 766 104
Imposto municipal de imóveis	1 671 779	1 574 886
Auditoria	550 068	807 614
Publicidade	466 796	167 536
Eletricidade	297 278	253 705
Honorários médicos/enfermagem	13 470 634	14 209 051
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	5 135 381	4 215 830
Outros	13 957 005	12 076 796
	129 713 916	108 840 157
	160 673 895	115 927 687

25.Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	Saldos finais
Outras provisões:						
Provisões para impostos	19 236 567	5 966 316	-	-	-	25 202 883
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):						
Benefícios de saúde	22 021 108	-	(646 509)	(1 530)	818 320	22 191 389
Encargos com pensões	2 915 114	-	(13 356)	(2 364)	147 763	3 047 156
Provisão para o FAT	45 236 302	1 800 000	-	-	-	47 036 302
Provisão para reestruturação	52 338 451	25 100 000	(16 914 149)	-	-	60 524 302
Outras	70 576 078	-	(39 196 728)	(792 097)	-	30 587 253
	212 323 620	32 866 316	(56 770 742)	(795 991)	966 083	188 589 286

(Valores em Euros)

	2014						
	Saldos iniciais	Entrada no perímetro de consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	Saldos finais
Outras provisões:							
Provisões para impostos	11 730 819	4 048 442	3 457 306	-	-	-	19 236 567
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):							
Benefícios de saúde	22 776 379	-	-	(17 698)	-	(737 573)	22 021 108
Encargos com pensões	2 403 909	-	168 054	-	(34 911)	378 062	2 915 114
Provisão para o FAT	44 382 902	-	853 400	-	-	-	45 236 302
Provisão para reestruturação	24 854 764	-	27 483 687	-	-	-	52 338 451
Outras	34 599 647	23 458 208	16 436 800	(3 474 367)	(444 210)	-	70 576 078
	140 748 420	27 506 650	48 399 247	(3 492 065)	(479 121)	(359 511)	212 323 620

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.

Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2015 e 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.483.687 Euros. Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.338.451 Euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2016 e 2019, mantendo as mesmas condições de dispensabilidade divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25.100.000 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16.914.149 Euros. Em 31 de dezembro para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60.524.302 Euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras provisões – Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2015, as utilizações das rubricas “Provisão para reestruturação” e “Outras” ascenderam a 6.516.620 Euros e em 2014, os reforços das mesmas rubricas ascenderam a 27.055.032 Euros, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Outras provisões – benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Outras provisões – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 34).

26. Capital

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro, integralmente realizado.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações acessórias, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Os resultados de 2014 foram aplicados conforme indicado:

(Valores em Euros)	
	2014
Aplicação do resultado distribuível:	
Reserva Legal	16 161 674
Reservas Livres	135 103 776
Resultados transitados	(27 568 531)
	123 696 919

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)		
	2015	2014
Resultado Líquido do exercício	254 770 311	123 696 919
Número de ações (no final do exercício)	50 000	50 000
Resultado por Ação (em Euros)	5 095,41	2 473,94

27. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 8)	94 666 546	508 674 054
Montante atribuível aos segurados	(5 042 089)	(73 751 555)
	89 624 457	434 922 499
- De outros ativos financeiros	1 933 013	1 933 013
	91 557 470	436 855 512
- Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 11)	72 992 202	69 933 131
- De instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(216 027)	-
	164 333 645	506 788 643
Diferenças cambiais		
Valias brutas (Nota 8)	84 161 120	30 072 829
Montante atribuível aos segurados	(237 787)	96 923
	248 256 978	536 958 395
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(44 819 315)	(112 319 455)
- De terrenos e edifícios de uso próprio	(9 311 455)	(9 426 142)
- Desvios atuariais:		
Pensões de reforma	14 339 868	12 899 366
Benefícios de saúde	2 374 751	2 023 719
- Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(7 825 551)	(14 211 710)
	(45 241 702)	(121 034 222)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Outras reservas:		
- Reserva legal	13 845 216	95 985
- Desvios atuariais:		
Pensões de reforma	(46 452 307)	(42 345 099)
Benefícios de saúde	(4 253 198)	(3 434 877)
- Outras reservas	(206 302 105)	(356 353 939)
	(243 162 394)	(402 037 930)
Resultados transitados	(14 178 243)	(8 667 166)
Resultado do exercício	254 770 311	123 696 919
	200 444 950	128 915 996

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

O resultado consolidado dos exercícios de 2015 e 2014 foi determinado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	(171 325)	3 040
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	207 862 216	159 108 029
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	228 225	539 822
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	7 868 906	6 002 621
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	8 370 408	4 796 525
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	651 804	438 394

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Universal Seguros, S.A.	2 443 785	1 278 139
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	679 711	-
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	966 867	472 192
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	7 278 154	1 325 165
Fidelidade - Property International, S.A.	(7 845 080)	66 461
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInveste	5 783 522	9 517 264
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	(283 643)	447 313
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (método da equivalência patrimonial)	(56 142)	(40 376)
FPI (UK) 1 LIMITED	1 656 438	-
FPI US 1 LLC	(1 381 689)	-
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	1 668 905	-
FPE (IT) Società per Azioni	5 550 271	-
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	(209)	-
GK Kita Aoyoma Support 2	(47 956)	(6 483)
Higashi Shinagawa Two TMK	15 798 418	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	19 803 197	3 547 100
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	96 909	35 283
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	27 249	38 752
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	78 058	12 591
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	1 130 877	915 827
Cares Multiassistance, S.A.	1 395 909	1 796 080
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	1 196	-
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	1 730	-
FCM Beteiligungs GmbH	(7 350 750)	(279 669)
FID I (HK) LIMITED	24 087 062	3 198 267
FID II (HK) LIMITED	1 213 528	(2 832)
FID III (HK) LIMITED	(3 142)	100 655
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	732 545	600 751

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Eliminação de dividendos	(5 153 890)	(5 719 067)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 28)	(46 341 558)	(33 520 710)
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	21 881 305	454 483
Ajustamentos em imobiliário	(88 404)	(47 057)
Correção de resultados de anos anteriores	(824 656)	(136 092)
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	(11 623 114)	(3 297 317)
Outros	(1 315 326)	7 516 441
Resultados de pré-aquisição (1 de maio 2014)	-	(35 464 673)
	254 770 311	123 696 919

28. Interesses Minoritários

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Sub-perímetro Fidelidade Assistance		
Cares Multiassistance, S.A.	852 210	1 096 763
Sub-perímetro Fidelidade		
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	4 317 795	4 102 496
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInveste	1 243 892	18 530 274
Universal Seguros, S.A.	3 950 088	1 399 054
FCM Beteiligungs GmbH	5 164 557	11 644 553
Luz Saúde, S.A.	3 575 449	3 681 841
Higashi Shinagawa Two TMK	2 874 922	2 294 613
FPE (IT) Società per Azioni	12 635 435	-
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	424	-
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	1 193	-
	33 763 755	41 652 831

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Perímetro Longrun		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	226 684 742	258 798 999
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	5 525 455	4 593 859
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	11 448 809	10 060 277
Ajustamentos entre subperímetros	(318 923)	(298 857)
	243 340 083	273 154 278
	277 956 048	315 903 872

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2015 e 2014 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Sub-perímetro Fidelidade Assistance		
Cares Multiassistance, S.A.	(683 995)	(866 899)
Sub-perímetro Fidelidade		
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	(426 442)	(208 263)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInveste	(897 217)	(1 719 080)
Universal Seguros, S.A.	(773 503)	(409 004)
FCM Beteiligungs GmbH	3 475 114	137 038
Luz Saúde, S.A.	(457 459)	(101 775)
Higashi Shinagawa Two TMK	(506 239)	-
FPE (IT) Società per Azioni	(235 435)	-
Fidelidade Assistência e Serviços, Lda	(346)	-
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	(42)	-
	178 431	(2 301 084)
Perímetro Longrun		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(42 984 365)	(29 470 938)
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	(1 224 136)	(683 152)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(1 674 082)	(760 707)
Ajustamentos entre sub-perímetros	46 589	562 070
	(45 835 994)	(30 352 727)
	(46 341 558)	(33 520 710)

29. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos:						
Ramo vida:	297 318 069	(15 018 945)	282 299 124	196 047 973	(5 859 672)	190 188 301
Contrato Seguro Sem Participação nos Resultados	163 307 552	(13 612 421)	149 695 131	100 304 123	(5 497 636)	94 806 487
Contrato Seguro Com Participação nos Resultados	41 084 870	(1 406 524)	39 678 346	33 282 970	(362 036)	32 920 934
Contrato Investimento Participação Discricionária nos Resultados	92 925 647	-	92 925 647	62 460 880	-	62 460 880
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	143 538 096	(3 567 939)	139 970 157	77 353 782	(766 625)	76 587 157
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	27 240 284	(7 633 619)	19 606 665	16 655 142	(5 528 980)	11 126 162
Doença	233 752 370	(6 467 682)	227 284 688	117 194 321	(3 555 308)	113 639 013
Incêndio e outros danos	245 272 094	(94 365 488)	150 906 606	143 489 391	(48 635 387)	94 854 004
Automóvel	409 380 024	(2 639 857)	406 740 167	265 626 897	1 295 832	266 922 729
Marítimo, aéreo e transportes	18 316 668	(10 610 830)	7 705 838	11 231 256	(7 530 813)	3 700 443
Responsabilidade civil geral	34 110 735	(10 611 503)	23 499 232	17 462 208	(4 693 476)	12 768 732
Crédito e cauções	838 070	(445 813)	392 257	445 627	(244 628)	200 999
Proteção jurídica	5 780 947	(1 109)	5 779 838	3 900 710	(717)	3 899 993
Assistência	30 001 887	(65 958)	29 935 929	18 363 047	(1 560 451)	16 802 596
Diversos	27 702 466	(9 357 238)	18 345 228	17 526 863	(5 508 451)	12 018 412
	1 175 933 641	(145 767 036)	1 030 166 605	689 249 244	(76 729 004)	612 520 240
	1 473 251 710	(160 785 981)	1 312 465 729	885 297 217	(82 588 676)	802 708 541
Varição da provisão para prémios não adquiridos:						
Ramo vida:	(281 321)	882	(280 439)	4 096 386	121 619	4 218 005
Contrato Seguro Sem Participação nos Resultados	(362 643)	3 223	(359 420)	946 884	49 771	996 655
Contrato Seguro Com Participação nos Resultados	40 435	(2 341)	38 094	3 148 317	71 848	3 220 165
Contrato Investimento Participação Discricionária nos Resultados	40 887	-	40 887	1 185	-	1 185
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	(185 576)	10 181	(175 395)	7 955 781	(4 325)	7 951 456
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(643 009)	961 680	318 671	961 694	10 659	972 353
Doença	(4 789 174)	521 954	(4 267 220)	22 864 727	(643 500)	22 221 227
Incêndio e outros danos	235 138	(1 634 870)	(1 399 732)	16 648 824	(14 906 450)	1 742 374
Automóvel	(4 391 467)	(537 658)	(4 929 125)	(160 055)	(2 409 199)	(2 569 254)
Marítimo, aéreo e transportes	778 980	(1 625 544)	(846 564)	1 170 686	(1 209 899)	(39 213)
Responsabilidade civil geral	14 035	(149 238)	(135 203)	3 213 964	(1 368 442)	1 845 522

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Crédito e cauções	108 163	(76 684)	31 479	49 280	(17 227)	32 053
Proteção jurídica	(5 115)	2 892	(2 223)	18 576	403	18 979
Assistência	(1 156 550)	64 435	(1 092 115)	173 593	3 488	177 081
Diversos	248 105	974 545	1 222 650	(1 275 196)	718 857	(556 339)
	(9 786 470)	(1 488 307)	(11 274 777)	51 621 874	(19 825 635)	31 796 239
	(10 067 791)	(1 487 425)	(11 555 216)	55 718 260	(19 704 016)	36 014 244
Prémios adquiridos:						
Ramo vida:	297 036 748	(15 018 063)	282 018 685	200 144 359	(5 738 053)	194 406 306
Contrato Seguro Sem Participação nos Resultados	162 944 909	(13 609 198)	149 335 711	101 251 007	(5 447 865)	95 803 142
Contrato Seguro Com Participação nos Resultados	41 125 305	(1 408 865)	39 716 440	36 431 287	(290 188)	36 141 099
Contrato Investimento Participação Discricionária nos Resultados	92 966 534	-	92 966 534	62 462 065	-	62 462 065
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	143 352 520	(3 557 758)	139 794 762	85 309 563	(770 950)	84 538 613
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	26 597 275	(6 671 939)	19 925 336	17 616 836	(5 518 321)	12 098 515
Doença	228 963 196	(5 945 728)	223 017 468	140 059 048	(4 198 808)	135 860 240
Incêndio e outros danos	245 507 232	(96 000 358)	149 506 874	160 138 215	(63 541 837)	96 596 378
Automóvel	404 988 557	(3 177 515)	401 811 042	265 466 842	(1 113 367)	264 353 475
Marítimo, aéreo e transportes	19 095 648	(12 236 374)	6 859 274	12 401 942	(8 740 712)	3 661 230
Responsabilidade civil geral	34 124 770	(10 760 741)	23 364 029	20 676 172	(6 061 918)	14 614 254
Crédito e cauções	946 233	(522 497)	423 736	494 907	(261 855)	233 052
Proteção jurídica	5 775 832	1 783	5 777 615	3 919 286	(314)	3 918 972
Assistência	28 845 337	(1 523)	28 843 814	18 536 640	(1 556 963)	16 979 677
Diversos	27 950 571	(8 382 693)	19 567 878	16 251 667	(4 789 594)	11 462 073
	1 166 147 171	(147 255 343)	1 018 891 828	740 871 118	(96 554 639)	644 316 479
	1 463 183 919	(162 273 406)	1 300 910 513	941 015 477	(102 292 692)	838 722 785

Nos exercícios de 2015 e 2014, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Prémios brutos emitidos de seguro direto	297 254 833	195 983 643
Relativos a contratos individuais	101 359 123	73 470 711
Relativos a contratos de grupo	195 895 710	122 512 932
	297 254 833	195 983 643
Periódicos	226 478 377	153 184 912
Não periódicos	70 776 456	42 798 731
	297 254 833	195 983 643
De contratos sem participação nos resultados	163 449 753	100 203 552
De contratos com participação nos resultados	133 805 080	95 780 091
	297 254 833	195 983 643
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	63 236	64 330
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	297 318 069	196 047 973
Saldo de resseguro	(2 845 503)	(693 314)

30. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2015 e 2014 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 2.306.164 Euros e a 1.381.360 Euros, respetivamente.

31. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo Vida:						
Seguro direto e resseguro aceite	288 199 797	784 533	288 984 330	220 537 302	14 415 069	234 952 371
Resseguro cedido	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)
	282 273 264	(955 752)	281 317 512	216 254 679	16 866 957	233 121 636
Ramo Não-Vida:						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	142 509 975	4 893 339	147 403 314	84 731 873	2 086 691	86 818 564
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9 191 653	7 423 159	16 614 812	5 945 175	441 273	6 386 448
Doença	176 506 405	7 180 678	183 687 083	106 017 319	3 932 766	109 950 085
Incêndio e outros danos	103 001 512	8 202 416	111 203 928	81 712 393	(18 163 687)	63 548 706
Automóvel	301 145 689	(21 921 067)	279 224 622	193 780 105	(39 346 279)	154 433 826
Marítimo, aéreo e transportes	6 280 353	(2 243 795)	4 036 558	4 227 983	696 797	4 924 780
Responsabilidade civil geral	10 025 424	(2 852 357)	7 173 067	8 720 083	(2 326 756)	6 393 327
Crédito e cauções	685 515	23 167	708 682	217 029	54 556	271 585
Proteção jurídica	1 438 621	(820 464)	618 157	1 200 729	(538)	1 200 191
Assistência	33 606 003	(1 666 415)	31 939 588	22 395 680	143 434	22 539 114
Diversos	16 504 455	(561 121)	15 943 334	6 761 137	(1 937 909)	4 823 228
	800 895 605	(2 342 460)	798 553 145	515 709 506	(54 419 652)	461 289 854
Resseguro Cedido						
Acidentes de trabalho	(1 416 671)	(163 672)	(1 580 343)	(179 683)	76 532	(103 151)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(594 827)	(702 163)	(1 296 990)	(344 250)	114 484	(229 766)
Doença	(2 490 908)	(592 873)	(3 083 781)	(633 193)	(23 491)	(656 684)
Incêndio e outros danos	(25 626 807)	(13 544 905)	(39 171 712)	(31 411 665)	17 079 667	(14 331 998)
Automóvel	(1 782 660)	(336 982)	(2 119 642)	(5 810 814)	9 839 895	4 029 081
Marítimo, aéreo e transportes	(4 185 791)	3 173 327	(1 012 464)	(2 620 506)	(315 713)	(2 936 219)
Responsabilidade civil geral	(1 171 112)	(325 128)	(1 496 240)	(1 351 802)	895 052	(456 750)
Crédito e cauções	33 457	76	33 533	(145 614)	(4 728)	(150 342)
Assistência	(91)	(1 599)	(1 690)	-	-	-
Diversos	(9 734 591)	112 310	(9 622 281)	(2 773 925)	1 690 076	(1 083 849)
	(46 970 001)	(12 381 609)	(59 351 610)	(45 271 452)	29 351 774	(15 919 678)
	753 925 604	(14 724 069)	739 201 535	470 438 054	(25 067 878)	445 370 176
	1 036 198 868	(15 679 821)	1 020 519 047	686 692 733	(8 200 921)	678 491 812

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
De contratos de seguro	103 702 890	747 474	104 450 364	770 000	7 289 121	8 279 453	120 788 938
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184 496 657	37 059	184 533 716	(1 828 216)	(52 768 910)	33 250 200	163 186 790
	288 199 547	784 533	288 984 080	(1 058 216)	(45 479 789)	41 529 653	283 975 728
Resseguro Cedido:							
De contratos de seguro	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)	-	(1 987 784)	(3 671)	(9 658 273)
	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)	-	(1 987 784)	(3 671)	(9 658 273)
Líquido							
De contratos de seguro	97 776 357	(992 811)	96 783 546	770 000	5 301 337	8 275 782	111 130 665
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184 496 657	37 059	184 533 716	(1 828 216)	(52 768 910)	33 250 200	163 186 790
	282 273 014	(955 752)	281 317 262	(1 058 216)	(47 467 573)	41 525 982	274 317 455

(Valores em Euros)

	2014						
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
De contratos de seguro	67 887 325	13 977 231	81 864 556	605 032	861 698	7 341 859	90 673 145
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	152 649 977	437 838	153 087 815	(543 842)	(63 479 451)	21 488 597	110 553 119
	220 537 302	14 415 069	234 952 371	61 190	(62 617 753)	28 830 456	201 226 264
Resseguro Cedido:							
De contratos de seguro	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)	-	1 929 447	(39 693)	59 019
	(4 282 623)	2 451 888	(1 830 735)	-	1 929 447	(39 693)	59 019
Líquido							
- De contratos de seguro	63 604 702	16 429 119	80 033 821	605 032	2 791 145	7 302 166	90 732 164
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	152 649 977	437 838	153 087 815	(543 842)	(63 479 451)	21 488 597	110 553 119
	216 254 679	16 866 957	233 121 636	61 190	(60 688 306)	28 790 763	201 285 283

Nos exercícios de 2015 e 2014, a variação das outras provisões técnicas inclui custos com a dotação da provisão para estabilização de carteira, nos montantes de 770.000 Euros e de 956.384 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica inclui ainda a reversão de 1.828.216 Euros e a dotação de 949.202 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

32. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	2015	2014
Custos com pessoal (Nota 33)	287 030 180	137 524 633
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	7 438 402	2 887 997
Combustível	2 577 546	1 215 667
Água	1 114 932	368 147
Impressos	480 150	371 314
Material de escritório	898 501	471 477
Conservação e reparação	14 899 429	5 729 272
Rendas e alugueres	25 314 462	13 568 708
Despesas de representação	1 651 815	1 038 856
Comunicação	11 092 788	6 615 382
Deslocações e Estadas	5 859 072	3 574 987
Seguros	2 322 126	854 425
Gastos com trabalho independente	62 170 850	17 455 168
Publicidade e propaganda	14 270 110	8 590 083
Contencioso e Notariado	773 793	239 726
Vigilância e segurança	3 673 953	1 628 938
Trabalhos especializados	67 864 233	41 025 387
Quotizações	1 123 963	847 793
Limpeza, higiene e conforto	2 310 986	1 436 807
Gastos com cobrança de prémios	2 231 022	3 653 742

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Licenças de <i>software</i>	4 981 022	3 218 037
Subcontratos	94 057 996	24 686 546
Outros	11 549 626	4 236 032
	338 656 777	143 714 491
Impostos e taxas	16 322 994	10 118 338
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	42 803 014	16 608 508
Outras provisões	(17 387 806)	17 852 150
Comissões	8 593 916	4 327 402
Juros suportados	8 148 917	3 409 346
	684 167 992	333 554 868

O aumento das diversas rubricas nos gastos de exploração é explicado pelo contributo da Luz Saúde, S.A., que entrou no perímetro de consolidação em outubro de 2014, com uma contribuição neste exercício de apenas 3 meses, enquanto que no exercício de 2015 já estão incorporados 12 meses de gastos.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações e dotações de "Outras provisões" (Nota 25), nos montantes de 6.516.620 Euros e 27.055.032 Euros, respetivamente.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	(1 030 884)	3 548 842	2 517 958
Relativos aos ramos não vida	19 686 157	1 530 364	21 216 521
	18 655 273	5 079 206	23 734 479

(Valores em Euros)

	2014		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	5 099 477	43 974	5 143 451
Relativos aos ramos não vida	12 912 939	264 031	13 176 970
	18 012 416	308 005	18 320 421

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	28 555 224	108 343 917	-	136 899 141
- Comissões de mediação	46 999 110	122 832 823	-	169 831 933
- Outros	297 921	912 579	-	1 210 500
	75 852 255	232 089 319	-	307 941 574
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	19 878 561	68 714 549	-	88 593 110
- Remunerações de mediação	66 937	8 865 980	-	8 932 917
- Outros	456	43 253	-	43 709
	19 945 954	77 623 782	-	97 569 736
Gastos financeiros (Nota 36):				
- Custos imputados	4 112 743	6 279 064	12 841 298	23 233 105
- Outros	2 396 095	472 716	-	2 868 811
	6 508 838	6 751 780	12 841 298	26 101 916
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	6 293 307	113 528 214	-	119 821 521
- Custos técnicos	281 906 490	687 367 391	-	969 273 881
	288 199 797	800 895 605	-	1 089 095 402
Outros custos (Nota 43)	-	-	315 621 115	315 621 115
Total dos custos de exploração imputados	58 839 835	296 865 744	328 462 413	684 167 992

(Valores em Euros)

	2014			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	19 518 789	76 237 418	-	95 756 207
- Comissões de mediação	13 177 691	71 318 587	-	84 496 278
- Outros	106 276	787 664	-	893 940
	32 802 756	148 343 669	-	181 146 425
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	13 718 297	47 998 941	-	61 717 238
- Remunerações de mediação	27 506	5 517 073	-	5 544 579
- Outros	277	31 693	-	31 970
	13 746 080	53 547 707	-	67 293 787
Gastos financeiros (Nota 36):				
- Custos imputados	12 048 187	7 034 660	627 479	19 710 326
- Outros	4 274 439	-	-	4 274 439
	16 322 626	7 034 660	627 479	23 984 765
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	4 982 113	60 762 337	-	65 744 450
- Custos técnicos	215 555 189	454 947 169	-	670 502 358
	220 537 302	515 709 506	-	736 246 808
Outros custos (Nota 43)	-	-	90 626 647	90 626 647
Total dos custos de exploração imputados	50 267 386	192 033 356	91 254 126	333 554 868

33. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Remunerações:		
Órgãos sociais	7 650 455	4 177 164
Pessoal	200 612 972	96 611 065
Encargos sobre remunerações	43 506 488	21 280 376
Benefício pós-emprego:		
Benefício definido	10 937 541	3 765 208
Contribuição definida	1 311 408	896 602
Benefícios de cessação de emprego	7 585 099	1 453 508
Seguros obrigatórios	2 547 688	1 561 079
Gastos de ação social	10 405 965	5 934 363
Outros gastos com pessoal	2 472 564	1 845 268
	287 030 180	137 524 633

Nos exercícios de 2015 e 2014, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Benefícios pós-emprego:		
Plano de benefício definido (Nota 34)	10 328 073	3 682 699
Plano individual de reforma	1 341 721	900 812
Cedência de pessoal	(28 295)	(2 584)
Outros encargos	607 450	80 883
	12 248 949	4 661 810

Em 2015 e 2014, a rubrica "Gastos com pessoal - benefícios pós-emprego - cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo Longrun Portugal, SGPS, S.A. que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo CGD.

Em 2015 e 2014, o número de trabalhadores ao serviço, por categorias, é o seguinte:

	2015	2014
Dirigentes	125	110
Gestores	491	453
Técnicos	3 634	3 237
Operacionais	3 818	3 942
Apoio	613	638
	8 681	8 380

Nos exercícios de 2015 e 2014, o Grupo registou um reforço da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 134.610 Euros e de 200.246 Euros, respetivamente, sendo a responsabilidade acumulada a 31 de dezembro de 2015 de 921.522 Euros.

34. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
(Valores em Euros)		
Ativo		
Plano de benefício definido	14 038 385	10 491 420
Passivo		
Plano de contribuição definida	(257 321)	(947 105)
	13 781 064	9 544 315

Relativamente ao exercício de 2015, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.504.727 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 101.894 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2015 que foram pagos em janeiro de 2016.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por este CCT, têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelo contrato coletivo para a atividade seguradora assinado em 23 de dezembro de 2011, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.^a, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificou-se:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVIII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2015	2014
Método atuarial	<i>Projected</i> <i>Unit Credit</i>	<i>Projected</i> <i>Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
. Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Tábua de invalidez	0,00%	n/a
Taxa de desconto	2,25%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2015 e 2014 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2015		2014	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	0,91%	2,00%	0,16%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,00%	0,75%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por						
serviços passados:						
Ativos	6 301 565	40 199	6 341 764	6 088 826	36 895	6 125 721
Reformados e pré-reformados	181 856 040	219 826	182 075 866	187 345 661	252 152	187 597 813
	188 157 605	260 025	188 417 630	193 434 487	289 047	193 723 534
Fundos de pensões autónomos	151 192 161	618 875	151 811 036	149 530 103	632 540	150 162 643
Provisões matemáticas	50 644 979	-	50 644 979	54 111 027	-	54 111 027
	201 837 140	618 875	202 456 015	203 641 130	632 540	204 273 670
Diferencial	13 679 535	358 850	14 038 385	10 206 643	343 493	10 550 136
Nível de financiamento	107,27%	238,01%	107,45%	105,28%	218,84%	105,45%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe, S.A.	18 anos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de beneficiários era o seguinte:

	2015	2014
Ativos	1 109	1 225
Reformados e pré-reformados	2 090	2 091
Rendeiros	589	621
	3 788	3 937

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 1 de maio de 2014	202 175 040	642 023	202 817 063
Contribuições	11 654 803	-	11 654 803
Variação nas provisões matemáticas	(2 137 780)	-	(2 137 780)
Pensões pagas	(12 026 474)	(28 042)	(12 054 516)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(491 041)	-	(491 041)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4 466 583	18 559	4 485 142
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 130	632 540	204 273 670
Contribuições	17 785 176	-	17 785 176
Variação nas provisões matemáticas	(3 466 049)	-	(3 466 049)
Pensões pagas	(18 322 837)	(30 207)	(18 353 044)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(864 972)	-	(864 972)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3 064 692	16 542	3 081 234
Saldos em 31 de dezembro de 2015	201 837 140	618 875	202 456 015

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(Valores em Euros)

	2015								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	40 783 467	47 139	40 830 606	-	-	-	40 783 467	47 139	40 830 606
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	4 295 171	-	4 295 171	-	-	-	4 295 171	-	4 295 171
	4 295 171	-	4 295 171	-	-	-	4 295 171	-	4 295 171
Fundos de investimento									
Ações Nacionais	597 855	-	597 855	-	-	-	597 855	-	597 855
Ações Europeias	2 614 508	55 282	2 669 790	-	-	-	2 614 508	55 282	2 669 790
Imóveis	12 682 271	28 213	12 710 484	2 299 684	15 345	2 315 029	14 981 955	43 558	15 025 513
Obrigações									
De dívida pública	19 573 182	106 589	19 679 771	-	-	-	19 573 182	106 589	19 679 771
De outros emissores	67 738 200	208 722	67 946 922	-	-	-	67 738 200	208 722	67 946 922
Hedge funds	576 716	5 715	582 431	-	-	-	576 716	5 715	582 431
	103 782 732	404 521	104 187 253	2 299 684	15 345	2 315 029	106 082 416	419 866	106 502 282
Outros	31 107	151 870	182 977	-	-	-	31 107	151 870	182 977
	148 892 477	603 530	149 496 007	2 299 684	15 345	2 315 029	151 192 161	618 875	151 811 036

(Valores em Euros)

	2014								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	98 892	40 010 963	-	-	-	39 912 071	98 892	40 010 963
Instrumentos de capital	1 071 421	-	1 071 421	-	-	-	1 071 421	-	1 071 421
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	20 126 366	-	20 126 366	-	-	-	20 126 366	-	20 126 366
De outros emissores	52 467 191	-	52 467 191	-	-	-	52 467 191	-	52 467 191
	72 593 557	-	72 593 557	-	-	-	72 593 557	-	72 593 557
Imóveis	-	-	-	10 814 101	-	10 814 101	10 814 101	-	10 814 101
Fundos de investimento									
Ações Europeias	1 686 372	58 631	1 745 003	-	-	-	1 686 372	58 631	1 745 003
Imóveis	3 932 217	28 084	3 960 301	-	14 177	14 177	3 932 217	42 261	3 974 478
Obrigações									
De dívida pública	13 874 597	105 728	13 980 325	-	-	-	13 874 597	105 728	13 980 325
De outros emissores	4 039 072	175 789	4 214 861	-	-	-	4 039 072	175 789	4 214 861
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695	-	-	-	1 606 695	-	1 606 695
	25 138 953	368 232	25 507 185	-	14 177	14 177	25 138 953	382 409	25 521 362
Outros	-	151 434	151 434	-	(195)	(195)	-	151 239	151 239
	138 716 002	618 558	139 334 560	10 814 101	13 982	10 828 083	149 530 103	632 540	150 162 643

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	31 906 566	47 139	31 953 705	39 912 071	98 892	40 010 963
Instrumentos de dívida	-	-	-	10 744 926	-	10 744 926
Fundos de investimento						
Ações nacionais	597 855	-	597 855	-	-	-
Imóveis	2 299 684	15 345	2 315 029	2 082 715	14 175	2 096 890
Obrigações						
De outros emissores	12 767 171	140 464	12 907 635	-	112 392	112 392
Tesouraria	-	-	-	1 606 695	-	1 606 695
	15 664 710	155 809	15 820 519	3 689 410	126 567	3 815 977
	47 571 275	202 948	47 774 223	54 346 407	225 459	54 571 866

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 1									
de maio de 2014	208 057 366	334 142	208 391 508	202 175 040	642 023	202 817 063	(5 882 326)	307 881	(5 574 445)
Impacto da alteração									
da idade da reforma	(8 512 881)	284	(8 512 597)	-	-	-	8 512 881	(284)	8 512 597
Custo do serviço corrente	62 764	591	63 355	-	-	-	(62 764)	(591)	(63 355)
Juro líquido									
de benefício definido	2 798 963	7 279	2 806 242	3 216 128	15 002	3 231 130	417 165	7 723	424 888
Custo do exercício	2 861 727	7 870	2 869 597	3 216 128	15 002	3 231 130	354 401	7 132	361 533
Acréscimos									
de responsabilidades									
por pré-reformas	3 553 192	-	3 553 192	-	-	-	(3 553 192)	-	(3 553 192)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(491 040)	-	(491 040)	(491 040)	-	(491 040)
Variações com impacto									
em resultados (Nota 33)	6 414 919	7 870	6 422 789	2 725 088	15 002	2 740 090	(3 689 831)	7 132	(3 682 699)
Retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	1 250 454	3 559	1 254 013	1 250 454	3 559	1 254 013
Ganhos e perdas atuariais:									
resultantes de alterações nos pressupostos									
financeiros	1 793 248	21 585	1 814 833	-	-	-	(1 793 248)	(21 585)	(1 814 833)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(153 911)	(47 398)	(201 309)	-	-	-	153 911	47 398	201 309
Variações com impacto									
em capitais próprios	1 639 337	(25 813)	1 613 524	1 250 454	3 559	1 254 013	(388 883)	29 372	(359 511)
Contribuições para o plano:									
efetuadas pela Companhia	-	-	-	11 654 802	-	11 654 802	11 654 802	-	11 654 802
Variação das provisões									
matemáticas	(2 137 780)	-	(2 137 780)	(2 137 780)	-	(2 137 780)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano:									
pensões pagas	(12 026 474)	(27 436)	(12 053 910)	(12 026 474)	(28 044)	(12 054 518)	-	(608)	(608)

(continuação)

(Valores em Euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31									
de dezembro de 2014	193 434 487	289 047	193 723 534	203 641 130	632 540	204 273 670	10 206 643	343 493	10 550 136
Custo do serviço corrente	107 997	1 136	109 133	-	-	-	(107 997)	(1 136)	(109 133)
Juro líquido									
de benefício definido	3 254 051	7 185	3 261 236	3 509 216	16 176	3 525 392	255 165	8 991	264 156
Custo do exercício	3 362 048	8 321	3 370 369	3 509 216	16 176	3 525 392	147 168	7 855	155 023
Acréscimos									
de responsabilidades									
por pré-reformas	9 618 124	-	9 618 124	-	-	-	(9 618 124)	-	(9 618 124)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(864 972)	-	(864 972)	(864 972)	-	(864 972)
Variações com impacto									
em resultados (Nota 33)	12 980 172	8 321	12 988 493	2 644 244	16 176	2 660 420	(10 335 928)	7 855	(10 328 073)
Ganhos e perdas atuariais:									
retorno dos ativos									
do plano, não incluído									
no rendimento dos juros	-	-	-	(444 525)	367	(444 158)	(444 525)	367	(444 158)
resultantes de alterações									
nos pressupostos									
financeiros	3 033 125	5 435	3 038 560	-	-	-	(3 033 125)	(5 435)	(3 038 560)
resultantes de diferenças									
entre os pressupostos									
e os valores realizados	498 706	(12 568)	486 138	-	-	-	(498 706)	12 568	(486 138)
Variações com impacto									
em capitais próprios	3 531 831	(7 133)	3 524 698	(444 525)	367	(444 158)	(3 976 356)	7 500	(3 968 856)
Contribuições para o plano:									
efetuadas pela Companhia	-	-	-	17 785 176	-	17 785 176	17 785 176	-	17 785 176
Variação das provisões									
matemáticas	(3 466 048)	-	(3 466 048)	(3 466 048)	-	(3 466 048)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano:									
pensões pagas	(18 322 837)	(30 210)	(18 353 047)	(18 322 837)	(30 208)	(18 353 045)	-	2	2
Situação em 31									
de dezembro de 2015	188 157 605	260 025	188 417 630	201 837 140	618 875	202 456 015	13 679 535	358 850	14 038 385

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas responsabilidades ascendem a 22.191.389 Euros e a 22.021.108 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 25). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 referentes a este benefício ascenderam a 958.227 Euros e (133.395) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2015, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2015	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	2,25%	2,75%	1,75%	2,25%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de Reforma	0	0	0	0

(Valores em Euros)

Responsabilidades em 31-12-2015		2015	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	58 268 423	55 975 470	60 732 769	63 421 036
	Antecipação	15 858 790	15 144 318	16 629 700	17 014 141
	Invalidez	14 461 614	13 583 596	15 433 260	15 122 364
Pensionistas	Viuvez	4 075 743	3 903 053	4 262 911	4 095 264
	Orfandade	151 541	139 571	165 287	152 472
Pré-Reformados	Pensão até INR	29 522 211	29 152 149	29 901 780	29 620 389
	Encargos até INR	5 063 126	4 995 158	5 132 883	5 081 467
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3 537 850	3 381 827	3 709 040	3 777 593
	> Plano Complementar	271 764	251 654	294 134	278 434
Ativos	Plano CCT	2 816 901	2 598 438	3 068 465	3 015 116
	Plano Complementar	3 484 663	3 051 364	3 991 947	3 692 348
Totais		137 512 626	132 176 598	143 322 176	145 270 624

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 50.644.979 Euros.

35. Rendimentos

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015				2014			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:								
Terrenos e edifícios	-	-	803	803	-	-	3 211	3 211
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	73 033	-	-	73 033	14 049	-	-	14 049
Ativos financeiros disponíveis para venda	44 841 108	7 068 334	-	51 909 442	26 022 094	6 784 320	-	32 806 414
Empréstimos concedidos e contas a receber	6 536 175	-	-	6 536 175	2 178 057	-	-	2 178 057
Depósitos à ordem em instituições de crédito	74 933	-	-	74 933	11 264	-	-	11 264
	51 525 249	7 068 334	803	58 594 386	28 225 464	6 784 320	3 211	35 012 995
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:								
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 393 936)	-	-	(1 393 936)	(439 241)	-	-	(439 241)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	28 004 652	181 991	-	28 186 643	19 784 202	110 397	-	19 894 599
Ativos financeiros disponíveis para venda	206 931 597	24 235 683	-	231 167 280	106 050 475	1 109 750	-	107 160 225
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 225 264	-	-	4 225 264	4 069 722	-	-	4 069 722
Depósitos à ordem em instituições de crédito	179 335	-	-	179 335	132 198	-	-	132 198
	237 946 912	24 417 674	-	262 364 586	129 597 356	1 220 147	-	130 817 503
	289 472 161	31 486 008	803	320 958 972	157 822 820	8 004 467	3 211	165 830 498

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015				2014			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:								
Terrenos e edifícios	-	-	18 172 208	18 172 208	-	-	12 221 827	12 221 827
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	1 445 450	41 049	-	1 486 499	475 236	6 850	-	482 086
Ativos financeiros disponíveis para venda	31 976 697	11 039 749	-	43 016 446	17 766 670	4 270 246	-	22 036 916
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 462 927	-	-	3 462 927	1 491 197	-	-	1 491 197
Depósitos à ordem em instituições de crédito	10 342	-	-	10 342	129 920	-	-	129 920
	36 895 416	11 080 798	18 172 208	66 148 422	19 863 023	4 277 096	12 221 827	36 361 946
Investimentos não afetos:								
Terrenos e edifícios	-	-	34 638 972	34 638 972	-	-	9 252 416	9 252 416
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 128)	-	-	(1 128)	(39 728)	-	-	(39 728)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	56 160	46 813	-	102 973	56 078	5 207	-	61 285
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 289 970	1 117 647	-	5 407 617	13 903 425	1 211 474	-	15 114 899
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 319 824	-	-	1 319 824	483 862	-	-	483 862
Depósitos à ordem em instituições de crédito	3 574	-	-	3 574	84 490	-	-	84 490
	5 668 400	1 164 460	34 638 972	41 471 832	14 488 127	1 216 681	9 252 416	24 957 224
	332 035 977	43 731 266	52 811 983	428 579 226	192 173 970	13 498 244	21 477 454	227 149 668

36. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015				2014			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 32):								
Custos imputados	4 112 743	6 279 064	12 841 298	23 233 105	12 048 187	7 034 660	627 479	19 710 326
Outros gastos de investimentos	2 396 095	472 716	-	2 868 811	4 274 439	-	-	4 274 439
	6 508 838	6 751 780	12 841 298	26 101 916	16 322 626	7 034 660	627 479	23 984 765

37. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303	49 161 385	(1 499 244)	47 662 141
	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303	49 161 385	(1 499 244)	47 662 141
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	344 052 783	(109 071 621)	234 981 162	122 781 676	(285 218)	122 496 458
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	108 274	(187 659 915)	(187 551 641)	378	(125 524 782)	(125 524 404)
	344 161 057	(296 731 536)	47 429 521	122 782 054	(125 810 000)	(3 027 946)
	413 263 096	(299 871 272)	113 391 824	171 943 439	(127 309 244)	44 634 195
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	57 250 550	(8 606 123)	48 644 427	72 499 215	(1 232 239)	71 266 976
	57 250 550	(8 606 123)	48 644 427	72 499 215	(1 232 239)	71 266 976

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos não afetos:						
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(1 314 215)	(1 314 215)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 882 743	(136 189)	4 746 554	1 824 734	(52 400)	1 772 334
	4 882 743	(1 450 404)	3 432 339	1 824 734	(52 400)	1 772 334
	475 396 389	(309 927 799)	165 468 590	246 267 388	(128 593 883)	117 673 505

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(17 931)	(17 931)	-	(2 736)	(2 736)
	-	(17 931)	(17 931)	-	(2 736)	(2 736)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590	757 171	(2 877 702)	(2 120 531)
	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590	757 171	(2 877 702)	(2 120 531)
	6 460 844	(4 738 185)	1 722 659	757 171	(2 880 438)	(2 123 267)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9 514 553	(78 366)	9 436 187	-	(9 619)	(9 619)
	9 514 553	(78 366)	9 436 187	-	(9 619)	(9 619)
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 967	(26 148)	(24 181)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	147 350	(834)	146 516	-	(128)	(128)
	147 350	(834)	146 516	1 967	(26 276)	(24 309)
	16 122 747	(4 817 385)	11 305 362	759 138	(2 916 333)	(2 157 195)

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(396 363)	(396 363)	571 770	-	571 770
Outros	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)	-	-	-
	10 802 510	(17 676 966)	(6 874 456)	571 770	-	571 770
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)	751 600	(2 981 482)	(2 229 882)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	21 824 451	(17 729 182)	4 095 269	1 447 220	(14 135 975)	(12 688 755)
Outros	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151	-	-	-
	269 346 258	(292 520 064)	(23 173 806)	2 198 820	(17 117 457)	(14 918 637)
	280 148 768	(310 197 030)	(30 048 262)	2 770 590	(17 117 457)	(14 346 867)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	2 911 693	(4 115 742)	(1 204 049)	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3 195 098	(1 392 707)	1 802 391	2 461 585	(690 245)	1 771 340
Outros	69 340 003	(68 266 228)	1 073 775	-	-	-
	75 446 794	(73 774 677)	1 672 117	2 461 585	(690 245)	1 771 340
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	1 630	(4 353)	(2 723)	22 651 703	(22 713 913)	(62 210)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	218 995	(188 953)	30 042	120 228	(35 112)	85 116
	220 625	(193 306)	27 319	22 771 931	(22 749 025)	22 906
	355 816 187	(384 165 013)	(28 348 826)	28 004 106	(40 556 727)	(12 552 621)

(Valores em Euros)

Total	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(414 294)	(414 294)	571 770	(2 736)	569 034
Outros	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)	-	-	-
	10 802 510	(17 694 897)	(6 892 387)	571 770	(2 736)	569 034
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)	751 600	(2 981 482)	(2 229 882)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	28 285 295	(22 449 436)	5 835 859	2 204 391	(17 013 677)	(14 809 286)
Outros	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151	-	-	-
	275 807 102	(297 240 318)	(21 433 216)	2 955 991	(19 995 159)	(17 039 168)
	286 609 612	(314 935 215)	(28 325 603)	3 527 761	(19 997 895)	(16 470 134)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	2 911 693	(4 115 742)	(1 204 049)	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	12 709 651	(1 471 073)	11 238 578	2 461 585	(699 864)	1 761 721
Outros	69 340 003	(68 266 228)	1 073 775	-	-	-
	84 961 347	(73 853 043)	11 108 304	2 461 585	(699 864)	1 761 721
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	1 630	(4 353)	(2 723)	22 653 670	(22 740 061)	(86 391)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	366 345	(189 787)	176 558	120 228	(35 240)	84 988
	367 975	(194 140)	173 835	22 773 898	(22 775 301)	(1 403)
	371 938 934	(388 982 398)	(17 043 464)	28 763 244	(43 473 060)	(14 709 816)

39. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(255 290)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 112 499	354 308
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 262 421	2 359 578
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1 244 251	364 293
Outros	629	1 916
	9 364 510	3 080 095
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	12 784 221	1 960 607
Ativos financeiros disponíveis para venda	19 367 695	391 287
Depósitos à ordem em instituições de crédito	3 048 332	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	955 274	1 780 430
Outros	107	16
	36 155 629	4 132 340
	45 520 139	7 212 435
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	2 738 194	6 999 808
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 198 551	795 648
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(155 176)	(1 023 112)
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 580 987	1 596 824
Outros	532	194
	8 363 088	8 369 362

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Investimentos não afetos:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	146 797	72 779
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1 737 982)	2 194
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(7 967 969)	(402 687)
Outros	41	535
	(9 559 113)	(327 179)
	44 324 114	15 254 618

40. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 496	-	3 496	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	1 474 910	-	1 474 910	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	2 024	-	2 024
	1 478 406	-	1 478 406	2 024	-	2 024
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	590 000	-	590 000	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	12 319 429	-	12 319 429	-	-	-
	12 909 429	-	12 909 429	-	-	-
	14 387 835	-	14 387 835	2 024	-	2 024

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de rendimento	34 358 007	(15 757 828)	18 600 179	8 475 430	(6 681 804)	1 793 626
	34 358 007	(15 757 828)	18 600 179	8 475 430	(6 681 804)	1 793 626
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	25 801 335	(8 049 073)	17 752 262	10 426 201	(2 588 588)	7 837 613
	25 801 335	(8 049 073)	17 752 262	10 426 201	(2 588 588)	7 837 613
	60 159 342	(23 806 901)	36 352 441	18 901 631	(9 270 392)	9 631 239

(Valores em Euros)

Total	2015			2014		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:						
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	2 024	-	2 024
	-	-	-	2 024	-	2 024
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio	3 496	-	3 496	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	35 832 917	(15 757 828)	20 075 089	8 475 430	(6 681 804)	1 793 626
	35 836 413	(15 757 828)	20 078 585	8 475 430	(6 681 804)	1 793 626
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	26 391 335	(8 049 073)	18 342 262	10 426 201	(2 588 588)	7 837 613
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	12 319 429	-	12 319 429	-	-	-
	38 710 764	(8 049 073)	30 661 691	10 426 201	(2 588 588)	7 837 613
	74 547 177	(23 806 901)	50 740 276	18 903 655	(9 270 392)	9 633 263

41. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8):					
Instrumentos de dívida	47 978 713	70 808 429	(1 023)	-	118 786 119
Instrumentos de capital	55 332 562	148 643 747	-	(54 306 689)	149 669 620
Outros Instrumentos	71 626 364	4 082 354	-	(12 752 141)	62 956 577
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	2 589 054	-	(496 540)	(653 899)	1 438 615
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11 834 376	2 680 675	(1 410 390)	(1 974 893)	11 129 768
Imparidade de Inventários (Nota 13)	3 507	-	(164)	-	3 343
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 17)	13 272 359	1 660 898	-	(612 900)	14 320 357
Ajustamentos- IFAP (Nota 17)	650 826	-	(226 191)	-	424 635
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	81 033 071	-	(34 439 491)	(1 801 227)	44 792 353
	284 320 832	227 876 103	(36 573 799)	(72 101 749)	403 521 387

(Valores em Euros)

	2014					
	Saldos iniciais	Entradas no Perímetro de Consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8):						
Instrumentos de dívida	47 976 065	-	2 648	-	-	47 978 713
Instrumentos de capital	87 936 467	-	5 676 123	-	(38 280 028)	55 332 562
Outros Instrumentos	89 917 221	-	6 350 233	-	(24 641 090)	71 626 364
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	-	-	2 589 054	-	-	2 589 054
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	13 809 861	2 068 839	-	(1 357 001)	(2 687 323)	11 834 376
Imparidade de Inventários (Nota 13)	3 507	-	-	-	-	3 507
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 17)	17 306 355	-	-	(1 370 020)	(2 663 976)	13 272 359
Ajustamentos- IFAP (Nota 17)	4 529 028	-	-	(3 878 202)	-	650 826
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	55 411 478	10 366 831	18 888 446	-	(3 633 684)	81 033 071
	316 889 982	12 435 670	33 506 504	(6 605 223)	(71 906 101)	284 320 832

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui custos por dotações de "Provisões para reestruturação" (Nota 25), nos montantes de 6.516.620 Euros e de 27.055.032 Euros, respetivamente.

42. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida:						
Comissões de gestão de cosseguro	15 513	(19 710)	(4 197)	12 894	(11 536)	1 358
Comissões de gestão de fundos de pensões	534 654	-	534 654	276 440	-	276 440
Outros	13 183	(10 954)	2 229	16 771	(12 291)	4 480
	563 350	(30 664)	532 686	306 105	(23 827)	282 278
Relativos aos ramos não vida:						
Comissões de gestão de cosseguro	837 706	(432 272)	405 434	571 057	(75 903)	495 154
Outros	2 029 269	(425 172)	1 604 097	1 554 826	(1 173)	1 553 653
	2 866 975	(857 444)	2 009 531	2 125 883	(77 076)	2 048 807
	3 430 325	(888 108)	2 542 217	2 431 988	(100 903)	2 331 085

43. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
(Valores em Euros)		
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	4 854 826	903 448
Outros	1 046 983	43 195
	5 901 809	946 643
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	404 234	928 063
Diferenças de câmbio favoráveis	5 917 342	7 139 171
Descontos de pronto pagamento	442 638	169 277
Outros rendimentos e ganhos financeiros	129 760	222 494
	6 893 974	8 459 005
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	110 033	21 530
	110 033	21 530
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Sucursal Macau Vida)	12 657	13 469
Outros ganhos	-	55 283
	12 657	68 752
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	228 912	806 037
Prestação de serviços	406 133 209	107 199 581
	406 362 121	108 005 618
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(140 738)	(144 981)
Mecenato	(521 867)	(423 863)
Ofertas a clientes	(114 924)	(622)
Multas e penalidades	(47 518)	100 124
Quotizações diversas	(172 387)	(57 133)
Outros gastos:		
Insuficiência estimativa impostos	(2 120 012)	(294 096)
Correções a exercícios anteriores	(281 630)	(67 517)
Dívidas incobráveis	(1 721 811)	(2 024 503)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Regularização de saldos	52 551	(282 571)
Outros	(1 061 575)	(944 704)
	(6 129 911)	(4 139 866)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	75 082	(235 655)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5 473 267)	(3 728 961)
Serviços bancários	(1 025 769)	(111 561)
Outros gastos e perdas financeiras	(733 695)	391 281
	(7 157 649)	(3 684 896)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(9 361)	-
Perdas em outros ativos tangíveis	(109 903)	(19 573)
	(119 264)	(19 573)
Outros Gastos não técnicos		
Alocação de Gastos não Técnicos (Nota 32):		
Custos com Pessoal	(104 070 843)	(28 466 708)
Fornecimento de Serviços Externos	(176 613 771)	(49 747 535)
Amortizações do Exercício	(25 008 413)	(6 210 958)
Juros	(5 999 432)	(2 896 789)
Outros	(3 928 656)	(3 304 657)
	(315 621 115)	(90 626 647)
Custo das mercadorias vendidas	(67 767 747)	(15 908 605)
	22 484 908	3 121 961

44. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	732 545	620 410
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	(57 322)	68 290
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	25 590	(3 754)
Madison 30 31 JV LLC	(226)	-
FID II (HK) LIMITED	1 213 528	-
	1 914 116	684 946

O valor referente à FID II (HK) LIMITED diz respeito à venda de 100% da participação ocorrida em maio de 2015.

45. Relato por Segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes subsegmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

Portugal
 Resto da União Europeia
 África
 Ásia
 Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2015 e 2014 é a seguinte:

2015

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes	Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios Brutos Seguro Direto	297 254 833	1 175 110 325	-	-	-	1 472 365 158
Prémios Adquiridos Seguro Direto	296 973 513	1 163 564 779	-	-	-	1 460 538 292
Sinistralidade Seguro Direto	(282 667 711)	(712 293 575)	-	-	30 148 370	(964 812 916)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(44 978 195)	(123 649 183)	-	-	-	(168 627 378)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	5 846 476	(10 722 468)	-	-	87 914	(4 788 078)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(2 909 789)	(94 367 853)	-	-	27 440 757	(69 836 885)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	634 098 717	135 728 631	65 236 778	276 919	(12 500 246)	822 840 799
Valias Não Realizadas e Imparidade	(165 999 381)	(23 129 412)	33 875 700	(134 518)	12 541 649	(142 845 962)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(195 561 904)	-	-	-	-	(195 561 904)
Custos por Natureza	(58 964 753)	(279 865 545)	(22 049 127)	(331 777 775)	8 454 965	(684 202 235)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	(74 383)	36 221 755	16 059 713	358 313 710	(116 842 218)	293 678 577
Imposto sobre Rendimento	(37 595 580)	(43 822 215)	(3 150 591)	(7 011 191)	(32 422)	(91 611 999)
	148 167 010	47 664 914	89 972 473	19 667 145	(50 701 231)	254 770 311
Ativos						
Investimentos afetos a provisões técnicas	1 922 947 123	2 126 959 459	3 572 429 780	264 973 923	(2 746 720 467)	5 140 589 818
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	547 288 997	-	-	-	-	547 288 997
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 141 300 105	-	-	-	(1 033 812 854)	6 107 487 251
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	22 961 899	235 327 684	-	-	(94 932 086)	163 357 497
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	30 998 103	126 953 036	-	-	(2 502 250)	155 448 889
Ressegurados e Resseguradores	1 324 137	26 970 513	33 514	-	(6 890 934)	21 437 230
Outros Devedores e Credores	2 416 133	6 415 073	253 206 366	89 737 310	(159 102 004)	192 672 878
Impostos Correntes	956 693	716 412	111 103	1 536 099	-	3 320 307
Impostos Diferidos	139 861 886	75 534 749	43 922 453	5 134 615	7 898 455	272 352 158
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	6 069 529	25 968 985	724 942	37 705 464	-	70 468 920
<i>Goodwill</i>	-	-	-	94 481 384	334 263 995	428 745 379
Acréscimos e Diferimentos	13 144 947	3 723 862	5 782 722	50 869 597	(335 576)	73 185 552
Disponibilidades	1 317 970 020	231 820 853	513 937 023	28 527 277	-	2 092 255 173
	11 147 239 572	2 860 390 626	4 390 147 903	572 965 669	(3 702 133 721)	15 268 610 049
Passivos						
Provisões para Prémios Não Adquiridos	1 796 858	316 444 201	-	-	(42 218 153)	276 022 906
Provisão Matemática	1 632 994 332	-	-	-	-	1 632 994 332
Provisão para Participação Resultados	68 763 676	1 763	-	-	-	68 765 439
Provisão para Sinistros	124 623 114	1 694 165 825	-	-	(60 103 349)	1 758 685 590
Outras Provisões Técnicas	30 898 692	83 415 734	-	-	-	114 314 426
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	573 049 425	-	-	-	-	573 049 425
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	7 502 593 805	-	-	-	-	7 502 593 805
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	24 186 560	72 256 214	-	-	(2 502 250)	93 940 524
Ressegurados e Resseguradores	4 885 238	50 942 880	-	-	(6 890 935)	48 937 183
Outros Devedores e Credores	4 786 847	7 201 133	331 079 489	42 112 125	(243 610 271)	141 569 323
Impostos Correntes	17 180 493	37 215 919	8 158 873	5 114 306	-	67 669 591
Impostos Diferidos	82 801 272	33 772 117	7 129 600	15 027 998	8 397 556	147 128 543
Outros Passivos Financeiros	25 087 406	106 702 178	139 371 474	216 887 450	(71 573 725)	416 474 783
Outras provisões	-	48 684 205	109 966 842	7 594 357	22 343 882	188 589 286
Acréscimos e diferimentos	31 498 812	49 978 955	29 836 525	50 912 759	(1 553 156)	160 673 895
	10 125 146 530	2 500 781 124	625 542 803	337 648 995	(397 710 401)	13 191 409 051
Total Segmentos						1 822 430 687
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos						1 822 430 687

2015

(Valores em Euros)

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos Financeiros	Total Vida
Ganhos e Perdas				
Prémios Brutos Seguro Direto	197 919 732	99 335 101	-	297 254 833
Prémios Adquiridos Seguro Direto	197 597 524	99 375 989	-	296 973 513
Sinistralidade Seguro Direto	(96 875 872)	(185 791 839)	-	(282 667 711)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(13 920 140)	(2 339 503)	(28 718 552)	(44 978 195)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(11 440 944)	17 287 646	(226)	5 846 476
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(2 907 901)	(1 888)	-	(2 909 789)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	49 442 313	79 176 503	505 479 901	634 098 717
Valias Não Realizadas e Imparidade	(3 910 512)	(6 813 922)	(155 274 947)	(165 999 381)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(195 561 904)	(195 561 904)
Custos por Natureza	(22 168 567)	(10 572 831)	(26 223 355)	(58 964 753)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	1 871	(76 200)	(54)	(74 383)
Imposto sobre Rendimento	(17 332 193)	(144 460)	(20 118 927)	(37 595 580)
	78 485 579	(9 900 505)	79 581 936	148 167 010
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	373 582 018	1 549 365 105	-	1 922 947 123
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	-	-	547 288 997	547 288 997
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	7 141 300 105	7 141 300 105
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	22 961 899	-	-	22 961 899
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	5 352 993	2 614 986	23 030 124	30 998 103
Ressegurados e Resseguradores	1 322 649	1 488	-	1 324 137
Outros Devedores e Credores	-	69 348	2 346 785	2 416 133
Impostos Correntes	16 616	940 077	-	956 693
Impostos Diferidos	15 038 609	15 746	124 807 531	139 861 886
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 514 790	944 051	2 610 688	6 069 529
Acréscimos e Diferimentos	250 994	309 962	12 583 991	13 144 947
Disponibilidades	33 065 504	120 263 833	1 164 640 683	1 317 970 020
	454 106 072	1 674 524 596	9 018 608 904	11 147 239 572
Passivos				
Provisões para Prémios Não Adquiridos	1 784 898	11 960	-	1 796 858
Provisão Matemática	210 730 919	1 422 263 413	-	1 632 994 332
Provisão para Participação Resultados	30 884 520	37 879 156	-	68 763 676
Provisão para Sinistros	104 465 269	20 157 845	-	124 623 114
Outras Provisões Técnicas	25 272 158	5 626 534	-	30 898 692
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	-	-	573 049 425	573 049 425
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	7 502 593 805	7 502 593 805
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	4 504 281	4 225 595	15 456 684	24 186 560
Ressegurados e Resseguradores	4 885 238	-	-	4 885 238
Outros Devedores e Credores	348 012	3 365 072	1 073 763	4 786 847
Impostos Correntes	7 136 468	2 222 813	7 821 212	17 180 493
Impostos Diferidos	4 087 950	48 403	78 664 919	82 801 272
Outros Passivos Financeiros	5 050 621	2 672 231	17 364 554	25 087 406
Acréscimos e diferimentos	4 334 832	2 743 109	24 420 871	31 498 812
	403 485 166	1 501 216 131	8 220 445 233	10 125 146 530

2015

(Valores em Euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios Brutos Seguro Direto	143 480 150	233 326 645	265 788 785	452 880 475	18 266 341	34 065 450	27 302 479	1 175 110 325
Prémios Adquiridos Seguro Direto	143 138 842	228 247 113	266 431 920	446 086 276	19 051 534	34 009 903	26 599 191	1 163 564 779
Sinistralidade Seguro Direto	(139 261 174)	(176 866 691)	(113 699 862)	(258 833 053)	(3 248 638)	(5 129 134)	(15 255 023)	(712 293 575)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(13 956 934)	(18 540 453)	(33 508 056)	(49 369 691)	(1 069 732)	(3 670 608)	(3 533 709)	(123 649 183)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(3 947 386)	(66 898)	(1 063 333)	(4 450 389)	(130 673)	(818 199)	(245 590)	(10 722 468)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(5 870 887)	(2 240 742)	(41 692 042)	(31 214 785)	(10 722 593)	(9 368 101)	6 741 297	(94 367 853)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	47 865 285	7 210 871	15 714 155	47 453 904	3 012 587	8 531 174	5 940 655	135 728 631
Valias Não Realizadas e Imparidade	(5 695 951)	(1 180 293)	(3 280 577)	(9 770 171)	(804 032)	(2 038 852)	(359 536)	(23 129 412)
Custos por Natureza	(34 293 119)	(33 765 800)	(68 188 770)	(118 074 040)	(2 800 862)	(7 900 517)	(14 842 437)	(279 865 545)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	37 415	(53 576)	12 829 048	21 929 546	7 169	19 445	1 452 708	36 221 755
Imposto sobre Rendimento	(2 881 252)	(4 397 830)	(12 069 578)	(18 271 104)	(931 245)	(3 068 794)	(2 202 412)	(43 822 215)
	(14 865 161)	(1 654 299)	21 472 905	25 486 493	2 363 515	10 566 317	4 295 144	47 664 914
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	826 121 177	177 236 828	223 360 546	718 892 860	13 359 446	102 296 059	65 692 543	2 126 959 459
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	1 966 859	72 755 490	93 162 094	26 452 904	6 376 302	24 469 262	10 144 773	235 327 684
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	22 651 022	22 785 800	34 499 129	38 455 349	1 867 586	4 503 795	2 190 355	126 953 036
Ressegurados e Resseguradores	772 246	5 614 686	11 272 246	2 852 866	222 323	2 190 672	4 045 474	26 970 513
Outros Devedores e Credores	-	618 952	2 270 377	2 451 540	-	9 065	1 065 139	6 415 073
Impostos Correntes	-	-	685 664	-	224	661	29 863	716 412
Impostos Diferidos	16 334 635	4 018 284	14 845 824	32 783 534	1 015 981	5 357 169	1 179 322	75 534 749
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 786 703	2 561 142	5 464 355	12 700 727	168 243	1 118 866	1 168 949	25 968 985
Acréscimos e Diferimentos	339 680	472 362	999 919	1 636 074	18 869	84 178	172 780	3 723 862
Disponibilidades	61 504 271	40 200 076	30 362 489	70 230 332	675 402	5 422 341	23 425 942	231 820 853
	932 476 593	326 263 620	416 922 643	906 456 186	23 704 376	145 452 068	109 115 140	2 860 390 626
Passivos								
Provisões para Prémios Não Adquiridos	11 322 808	45 998 845	81 107 258	143 130 216	1 789 448	8 123 795	24 971 831	316 444 201
Provisão para Participação Resultados	-	-	-	-	-	-	1 763	1 763
Provisão para Sinistros	794 186 561	102 827 319	138 822 038	500 161 517	12 469 079	108 906 528	36 792 783	1 694 165 825
Outras Provisões Técnicas	25 114 103	3 669 909	25 597 165	27 620 888	39 286	1 097 937	276 446	83 415 734
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	11 954 603	17 055 558	17 714 503	19 824 957	1 329 234	3 380 137	997 222	72 256 214
Ressegurados e Resseguradores	1 952 509	10 735 898	18 038 987	5 243 116	756 208	3 888 494	10 327 668	50 942 880
Outros Devedores e Credores	991 226	644 949	1 043 614	3 910 770	-	-	610 574	7 201 133
Impostos Correntes	5 700 879	3 814 706	9 213 675	16 191 453	451 252	1 432 917	411 037	37 215 919
Impostos Diferidos	15 606 894	1 281 934	3 195 387	11 589 067	195 152	1 459 288	444 395	33 772 117
Outros Passivos Financeiros	1 946 637	70 524 190	17 801 333	5 217 543	1 461 935	1 219 561	8 530 979	106 702 178
Outras provisões	47 036 302	1 116 496	-	231 540	-	-	299 867	48 684 205
Acréscimos e diferimentos	6 983 286	6 171 754	11 630 239	20 578 790	590 829	1 549 087	2 474 970	49 978 955
	922 795 808	263 841 558	324 164 199	753 699 857	19 082 423	131 057 744	86 139 535	2 500 781 124

2014

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes	Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios Brutos Seguro Direto	195 904 287	691 043 941	-	-	-	886 948 228
Prémios Adquiridos Seguro Direto	200 000 673	738 844 059	-	-	-	938 844 732
Sinistralidade Seguro Direto	(229 959 374)	(407 010 901)	-	-	1 613 499	(635 356 776)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(11 997 729)	(72 361 232)	-	-	637 400	(83 721 561)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	33 637 400	(25 320 775)	-	-	223 614	8 540 239
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(655 246)	(85 681 320)	-	-	23 299 700	(63 036 866)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	333 282 192	110 759 542	29 443 905	419 262	(8 300 526)	465 604 375
Valias Não Realizadas e Imparidade	(28 102 203)	24 131 840	(32 815 494)	(1 512 727)	9 755 072	(28 543 512)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(140 100 785)	-	-	-	-	(140 100 785)
Custos por Natureza	(50 719 912)	(202 897 250)	(6 643 432)	(318 893 516)	245 599 242	(333 554 868)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	405 025	37 430 097	4 003 277	342 628 247	(315 262 371)	69 204 275
Imposto sobre Rendimento	(22 256 849)	(36 860 736)	(2 736 949)	(4 870 071)	(7 457 729)	(74 182 334)
	83 533 192	81 033 324	(8 748 693)	17 771 195	(49 892 099)	123 696 919
Ativos						
Investimentos afetos a provisões técnicas	1 909 057 921	2 387 460 342	2 020 465 082	221 003 847	(1 743 150 908)	4 794 836 284
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	683 905 528	-	-	-	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 345 020 601	-	-	-	(161 286 846)	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 422 907	224 844 515	-	-	(95 886 476)	148 380 946
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	25 917 822	100 734 645	-	-	(281 403)	126 371 064
Ressegurados e Resseguradores	695 137	16 972 565	33 514	-	(7 212 800)	10 488 416
Outros Devedores e Credores	313 079 883	33 226 098	148 260 145	83 884 376	(121 290 293)	457 160 209
Impostos Correntes	1 848 031	465 923	3 022 717	757 938	-	6 094 609
Impostos Diferidos	72 243 726	74 952 361	8 468 455	23 753 519	9 276 350	188 694 411
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	6 635 105	26 985 916	790 482	45 233 013	-	79 644 516
<i>Goodwill</i>	-	-	-	78 243 787	353 763 532	432 007 319
Acréscimos e Diferimentos	10 380 252	3 420 216	9 042 299	37 397 582	(325 901)	59 914 448
Disponibilidades	263 070 795	85 923 642	19 380 985	23 078 337	-	391 453 759
	10 651 277 708	2 954 986 223	2 209 463 679	513 352 399	(1 766 394 745)	14 562 685 264
Passivos						
Provisões para Prémios Não Adquiridos	1 515 796	312 844 404	-	-	(45 971 605)	268 388 595
Provisão Matemática	1 667 380 282	-	-	-	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	109 128 835	59 481	-	-	-	109 188 316
Provisão para Sinistros	123 816 191	1 692 763 345	-	-	(52 389 055)	1 764 190 481
Outras Provisões Técnicas	31 956 908	79 804 417	-	-	-	111 761 325
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	711 664 290	-	-	-	-	711 664 290
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 980 565 746	-	-	-	-	6 980 565 746
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	26 050 160	50 972 811	-	-	(281 404)	76 741 567
Ressegurados e Resseguradores	1 025 364	40 780 051	-	-	(7 212 801)	34 592 614
Outros Devedores e Credores	73 200 483	69 851 445	333 762 309	41 687 499	(126 957 174)	391 544 562
Impostos Correntes	18 414 613	37 833 029	6 124 582	4 343 200	-	66 715 424
Impostos Diferidos	56 326 794	59 374 005	8 853 347	7 524 404	37 470 433	169 548 983
Outros Passivos Financeiros	12 896 332	108 787 699	131 785 047	221 104 858	(75 092 032)	399 481 904
Outras provisões	-	47 477 897	136 283 950	8 300 759	20 261 014	212 323 620
Acréscimos e diferimentos	15 087 841	46 191 476	7 454 356	47 347 104	(153 090)	115 927 687
	9 829 029 635	2 546 740 060	624 263 591	330 307 824	(250 325 714)	13 080 015 396
Total Segmentos						1 358 972 949
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos						1 358 972 949

2014

(Valores em Euros)

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos Financeiros	Total Vida
Ganhos e Perdas				
Prémios Brutos Seguro Direto	122 579 483	73 305 578	19 226	195 904 287
Prémios Adquiridos Seguro Direto	126 690 871	73 290 576	19 226	200 000 673
Sinistralidade Seguro Direto	(74 526 531)	(155 432 843)	-	(229 959 374)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(8 915 787)	(1 135 509)	(1 946 433)	(11 997 729)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	170 820	33 462 100	4 480	33 637 400
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(654 340)	(906)	-	(655 246)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	16 713 846	62 068 329	254 500 017	333 282 192
Valias Não Realizadas e Imparidade	(1 161 991)	(3 108 232)	(23 831 980)	(28 102 203)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(140 100 785)	(140 100 785)
Custos por Natureza	(16 211 547)	(8 060 014)	(26 448 351)	(50 719 912)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	499 496	(94 442)	(29)	405 025
Imposto sobre Rendimento	(8 368 525)	(834 507)	(13 053 817)	(22 256 849)
	34 236 312	154 552	49 142 328	83 533 192
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	360 503 566	1 548 553 894	461	1 909 057 921
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	-	-	683 905 528	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	7 345 020 601	7 345 020 601
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 422 907	-	-	19 422 907
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	1 818 539	2 553 952	21 545 331	25 917 822
Ressegurados e Resseguradores	695 137	-	-	695 137
Outros Devedores e Credores	1 777 065	34 305 741	276 997 077	313 079 883
Impostos Correntes	16 103	1 831 928	-	1 848 031
Impostos Diferidos	22 278 776	4 913 019	45 051 931	72 243 726
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 616 339	1 078 544	2 940 222	6 635 105
Acréscimos e Diferimentos	247 276	228 086	9 904 890	10 380 252
Disponibilidades	35 833 785	53 381 156	173 855 854	263 070 795
	445 209 493	1 646 846 320	8 559 221 895	10 651 277 708
Passivos				
Provisões para Prémios Não Adquiridos	1 462 948	52 848	-	1 515 796
Provisão Matemática	207 936 449	1 459 443 833	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	31 046 694	78 082 141	-	109 128 835
Provisão para Sinistros	103 744 726	20 071 465	-	123 816 191
Outras Provisões Técnicas	24 502 158	7 454 750	-	31 956 908
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	-	-	711 664 290	711 664 290
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 980 565 746	6 980 565 746
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	4 979 879	2 645 419	18 424 862	26 050 160
Ressegurados e Resseguradores	1 025 311	53	-	1 025 364
Outros Devedores e Credores	16 392 229	13 913 521	42 894 733	73 200 483
Impostos Correntes	5 192 921	2 216 658	11 005 034	18 414 613
Impostos Diferidos	18 360 465	3 863 047	34 103 282	56 326 794
Outros Passivos Financeiros	4 286 850	-	8 609 482	12 896 332
Acréscimos e diferimentos	3 929 432	2 337 036	8 821 373	15 087 841
	422 860 062	1 590 080 771	7 816 088 802	9 829 029 635

2014

(Valores em Euros)

	Não Vida							
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios Brutos Seguro Direto	79 964 997	123 001 311	142 334 253	299 415 422	11 921 528	17 999 838	16 406 592	691 043 941
Prémios Adquiridos Seguro Direto	87 747 583	142 490 455	162 812 837	294 553 791	12 987 076	20 859 734	17 392 583	738 844 059
Sinistralidade Seguro Direto	(83 232 125)	(107 767 431)	(54 347 624)	(147 866 247)	(4 501 153)	(4 266 100)	(5 030 221)	(407 010 901)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(7 412 537)	(9 536 564)	(20 189 056)	(30 454 902)	(788 067)	(2 013 584)	(1 966 522)	(72 361 232)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(6 095 974)	(4 113 159)	(516 729)	(13 076 413)	(60 778)	(1 035 890)	(421 832)	(25 320 775)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(3 159 815)	(5 100 134)	(42 537 127)	(28 740 407)	(5 025 371)	(6 101 126)	4 982 660	(85 681 320)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	45 716 329	5 009 194	11 780 712	38 380 291	995 881	6 331 395	2 545 740	110 759 542
Valias Não Realizadas e Imparidade	36 169 500	(1 010 041)	(957 063)	(8 726 955)	(245 908)	(1 365 708)	268 015	24 131 840
Custos por Natureza	(26 796 364)	(21 771 975)	(47 134 620)	(86 358 627)	(1 358 588)	(6 430 692)	(13 046 384)	(202 897 250)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	926 818	312 660	14 556 021	20 248 579	(12 908)	369 367	1 029 560	37 430 097
Imposto sobre Rendimento	(5 035 900)	(2 152 601)	(9 008 221)	(15 149 122)	(422 212)	(1 864 576)	(3 228 104)	(36 860 736)
	38 827 515	(3 639 596)	14 459 130	22 809 988	1 567 972	4 482 820	2 525 495	81 033 324
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	998 130 622	173 374 981	241 685 186	778 927 870	20 364 013	108 361 753	66 615 917	2 387 460 342
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	1 032 397	72 603 304	79 313 119	26 953 341	10 986 760	24 919 287	9 036 307	224 844 515
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	17 505 320	15 432 550	33 101 374	29 485 199	1 472 649	2 800 594	936 959	100 734 645
Ressegurados e Resseguradores	439 113	1 118 369	7 279 086	3 140 150	514 606	568 210	3 913 031	16 972 565
Outros Devedores e Credores	16 000 895	1 228 608	4 869 807	9 441 928	135 386	1 000 950	548 524	33 226 098
Impostos Correntes	-	-	313 722	-	204	6 974	145 023	465 923
Impostos Diferidos	9 133 705	3 055 201	18 831 425	35 987 340	960 851	4 159 800	2 824 039	74 952 361
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 882 618	2 911 947	6 252 021	12 310 868	122 988	1 060 634	1 444 840	26 985 916
Acréscimos e Diferimentos	389 860	450 741	787 125	1 386 203	12 113	73 071	321 103	3 420 216
Disponibilidades	20 351 560	25 016 986	7 343 987	21 833 406	279 984	1 622 587	9 475 132	85 923 642
	1 065 866 090	295 192 687	399 776 852	919 466 305	34 849 554	144 573 860	95 260 875	2 954 986 223
Passivos								
Provisões para Prémios Não Adquiridos	11 040 900	44 990 417	82 050 109	140 807 178	2 626 688	8 116 533	23 212 579	312 844 404
Provisão para Participação Resultados	-	-	-	-	-	-	59 481	59 481
Provisão para Sinistros	788 512 489	94 488 581	129 437 085	521 786 907	14 766 287	112 408 993	31 363 003	1 692 763 345
Outras Provisões Técnicas	23 277 225	3 480 006	25 876 520	26 367 008	4 909	636 992	161 757	79 804 417
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	6 622 330	10 496 776	17 473 056	11 313 425	1 089 311	2 628 734	1 349 179	50 972 811
Ressegurados e Resseguradores	1 255 502	8 372 074	15 159 651	8 033 193	1 466 748	1 899 253	4 593 630	40 780 051
Outros Devedores e Credores	64 652 135	281 544	976 602	3 646 746	-	-	294 418	69 851 445
Impostos Correntes	6 183 096	2 815 468	9 279 547	17 082 200	392 604	1 100 673	979 441	37 833 029
Impostos Diferidos	6 949 138	2 361 781	15 257 311	28 015 853	728 237	3 383 738	2 677 947	59 374 005
Outros Passivos Financeiros	-	71 381 165	19 249 087	5 797 611	2 218 383	1 888 650	8 252 803	108 787 699
Outras provisões	45 236 302	1 413 136	-	272 099	-	-	556 360	47 477 897
Acréscimos e diferimentos	6 205 324	6 704 332	10 605 816	18 265 459	400 836	1 558 887	2 450 822	46 191 476
	959 934 441	246 785 280	325 364 784	781 387 679	23 694 003	133 622 453	75 951 420	2 546 740 060

Mercados geográficos

2015

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do Mundo	Total
Ganhos e Perdas						
Prémios Brutos Seguro Direto	1 292 573 107	84 893 083	73 635 964	3 014 189	18 248 815	1 472 365 158
Prémios Adquiridos Seguro Direto	1 285 184 116	85 913 381	68 526 125	3 753 560	17 161 110	1 460 538 292
Sinistralidade Seguro Direto	(858 615 409)	(52 157 322)	(29 971 770)	(6 997 979)	(17 070 436)	(964 812 916)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(151 244 809)	(14 075 910)	(975 198)	(630 615)	(1 700 846)	(168 627 378)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	20 703 462	(15 473 583)	(5 484 460)	11 910	(4 545 407)	(4 788 078)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(69 642 813)	(4 077 361)	(5 532 634)	4 678 575	4 737 348	(69 836 885)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	764 454 852	28 296 772	2 656 808	26 469 918	962 449	822 840 799
Valias Não Realizadas e Imparidade	(146 077 153)	(12 314 023)	(1 067 340)	13 558 045	3 054 509	(142 845 962)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(194 168 802)	(1 393 102)	-	-	-	(195 561 904)
Custos por Natureza	(633 285 813)	(17 266 751)	(21 200 146)	(10 422 194)	(2 027 331)	(684 202 235)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	292 451 094	773 938	(914 735)	13 790 462	(12 422 182)	293 678 577
Imposto sobre Rendimento	(90 999 684)	(127 860)	(332 157)	(100 892)	(51 406)	(91 611 999)
	218 759 041	(1 901 821)	5 704 493	44 110 790	(11 902 192)	254 770 311
Ativos						
Investimentos afetos a provisões técnicas	4 152 154 595	822 481 581	40 697 893	125 255 749	-	5 140 589 818
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	542 647 560	4 641 437	-	-	-	547 288 997
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	6 058 866 541	48 620 710	-	-	-	6 107 487 251
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	97 270 321	33 094 627	7 373 210	25 612 321	7 018	163 357 497
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	110 682 948	7 561 844	35 731 793	1 461 202	11 102	155 448 889
Ressegurados e Resseguradores	14 585 412	1 690 897	4 650 676	382 963	127 282	21 437 230
Outros Devedores e Credores	180 694 855	1 003 465	6 433 898	4 439 281	101 379	192 672 878
Impostos Correntes	2 649 704	304 503	366 027	-	73	3 320 307
Impostos Diferidos	259 445 084	5 148 075	145 357	-	7 613 642	272 352 158
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	65 867 557	1 368 479	3 146 844	86 040	-	70 468 920
<i>Goodwill</i>	428 730 060	-	-	15 319	-	428 745 379
Acréscimos e Diferimentos	71 343 584	882 243	894 874	64 851	-	73 185 552
Disponibilidades	1 922 151 400	39 262 800	17 115 711	113 231 657	493 605	2 092 255 173
	13 907 089 621	966 060 661	116 556 283	270 549 383	8 354 101	15 268 610 049
Passivos						
Provisões para Prémios Não Adquiridos	241 907 388	9 369 448	19 259 332	5 486 738	-	276 022 906
Provisão Matemática	1 295 642 398	314 046 651	398 735	-	22 906 548	1 632 994 332
Provisão para Participação Resultados	63 303 685	5 430 473	-	-	31 281	68 765 439
Provisão para Sinistros	1 668 144 242	37 259 771	21 066 231	32 168 637	46 709	1 758 685 590
Outras Provisões Técnicas	110 488 793	1 053 801	2 496 765	275 067	-	114 314 426
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	568 268 622	4 780 803	-	-	-	573 049 425
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	7 463 518 939	39 074 866	-	-	-	7 502 593 805
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	58 615 047	3 637 536	28 141 474	1 450 896	2 095 571	93 940 524
Ressegurados e Resseguradores	32 512 520	10 395 445	4 476 691	1 552 527	-	48 937 183
Outros Devedores e Credores	115 169 278	1 400 471	7 072 380	13 505 331	4 421 863	141 569 323
Impostos Correntes	64 831 813	1 949 038	496 743	373 997	18 000	67 669 591
Impostos Diferidos	129 496 247	3 919 304	608 003	-	13 104 989	147 128 543
Outros Passivos Financeiros	290 425 268	9 296 343	2 991 774	113 761 398	-	416 474 783
Outras provisões	165 556 070	102 737	1 567 848	-	21 362 631	188 589 286
Acréscimos e diferimentos	133 497 182	24 757 354	2 313 349	-	106 010	160 673 895
	12 401 377 492	466 474 041	90 889 325	168 574 591	64 093 602	13 191 409 051
Total Segmentos						1 822 430 687
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos						1 822 430 687

2014

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	África	Resto do Mundo	Total
Ganhos e Perdas					
Prémios Brutos Seguro Direto	783 939 143	45 470 962	40 177 665	17 360 458	886 948 228
Prémios Adquiridos Seguro Direto	838 311 113	44 541 682	37 350 698	18 641 239	938 844 732
Sinistralidade Seguro Direto	(569 088 556)	(30 202 379)	(19 571 808)	(16 494 033)	(635 356 776)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(74 252 960)	(7 655 496)	(544 557)	(1 268 548)	(83 721 561)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	20 863 855	(1 602 661)	(2 479 401)	(8 241 554)	8 540 239
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(57 336 540)	(6 797 692)	(3 781 231)	4 878 597	(63 036 866)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	449 452 980	12 855 342	2 723 988	572 065	465 604 375
Valias Não Realizadas e Imparidade	(28 678 707)	(1 049 812)	(2 770 489)	3 955 496	(28 543 512)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(139 581 407)	(519 378)	-	-	(140 100 785)
Custos por Natureza	(310 275 090)	(11 340 083)	(10 621 011)	(1 318 684)	(333 554 868)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	59 127 781	247 661	1 544 597	8 284 236	69 204 275
Imposto sobre Rendimento	(73 605 148)	(40 668)	(496 986)	(39 532)	(74 182 334)
	114 937 321	(1 563 484)	1 353 800	8 969 282	123 696 919
Ativos					
Investimentos afetos a provisões técnicas	4 043 217 460	383 556 313	35 170 479	332 892 032	4 794 836 284
Ativos Financeiros afetos a contratos <i>Unit-linked</i>	681 059 591	2 845 937	-	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 146 886 023	36 847 732	-	-	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	94 583 810	34 030 077	6 410 340	13 356 719	148 380 946
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	100 107 083	8 217 258	16 227 919	1 818 804	126 371 064
Ressegurados e Resseguradores	5 647 499	4 413 608	33 514	393 795	10 488 416
Outros Devedores e Credores	439 094 477	1 363 653	3 688 636	13 013 443	457 160 209
Impostos Correntes	628 645	644 750	-	4 821 214	6 094 609
Impostos Diferidos	181 128 712	549 070	145 321	6 871 308	188 694 411
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	75 165 707	1 918 037	2 469 114	91 658	79 644 516
<i>Goodwill</i>	432 007 319	-	-	-	432 007 319
Acréscimos e Diferimentos	56 468 699	992 439	585 831	1 867 479	59 914 448
Disponibilidades	359 977 599	16 510 847	6 529 112	8 436 201	391 453 759
	13 615 972 624	491 889 721	71 260 266	383 562 653	14 562 685 264
Passivos					
Provisões para Prémios Não Adquiridos	235 663 495	10 197 007	17 348 894	5 179 199	268 388 595
Provisão Matemática	1 349 305 857	299 694 452	457 641	17 922 332	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	105 172 180	3 947 406	-	68 730	109 188 316
Provisão para Sinistros	1 686 423 272	39 386 409	21 385 455	16 995 345	1 764 190 481
Outras Provisões Técnicas	109 947 928	1 664 810	-	148 587	111 761 325
Passivos Financeiros de contratos <i>Unit-linked</i>	708 104 451	3 559 839	-	-	711 664 290
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 954 844 931	25 720 815	-	-	6 980 565 746
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	65 051 633	6 282 811	4 472 501	934 622	76 741 567
Ressegurados e Resseguradores	24 225 240	8 345 888	846 879	1 174 607	34 592 614
Outros Devedores e Credores	381 822 886	1 071 721	1 507 293	7 142 662	391 544 562
Impostos Correntes	64 018 936	1 579 708	1 068 790	47 990	66 715 424
Impostos Diferidos	153 686 869	3 475 241	559 627	11 827 246	169 548 983
Outros Passivos Financeiros	283 883 339	10 427 440	1 886 680	103 284 445	399 481 904
Outras provisões	191 306 950	344 903	1 392 004	19 279 763	212 323 620
Acréscimos e diferimentos	112 202 409	907 961	2 578 766	238 551	115 927 687
	12 425 660 376	416 606 411	53 504 530	184 244 079	13 080 015 396
Total Segmentos					1 358 972 949
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos					1 358 972 949

As rubricas “Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras”, “Ressegurados e Resseguradores”, “Outros Devedores e Credores” e “Impostos correntes” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

46. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2015

(Valores em Euros)

	CGD	TOM TAILOR	HOLDING GAILLON II	Peak Reinsurance Company Limited
Ativo				
Ativos disponíveis para venda	487 700 214	31 436 281	142 205 008	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	62 366 492	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
Provisão para sinistros de resseguro cedido	-	-	-	4 618
Mediadores	2 314 822	-	-	-
Acionistas	6 119	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	20 533	-	-	-
Outros depósitos	90 002 315	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	1 499 897 531	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	268 732 998	-	-	-
Passivo				
Acionistas	37 224	-	-	-
Mediadores c/c	4 783 399	-	-	-
Tomadores de Seguro	34	-	-	-
Resseguradores c/c	-	-	-	1 681 438
Outros passivos financeiros	33 125 988	-	-	732 222
Fornecedores c/c	69 739	-	-	-
Outros credores	76 658 904	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	13 766 364	-	-	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	CGD	TOM TAILOR	HOLDING GAILLON II	Peak Reinsurance Company Limited
Perdas				
Prémios resseguro cedido	-	-	-	(5 015 387)
Remuneração de Mediação	(43 455 947)	-	-	-
Gastos com pessoal	13 143	-	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(1 607 457)	-	-	-
Juros Suportados	(823 485)	-	-	-
Comissões	(3 013 583)	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	(93 264)	-	-	-
Perdas de investimentos relativos				
a contratos depósito e contratos investimento	(2 810 019)	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	(14 067 919)	(29 281 498)	-	-
Outros gastos não Técnicos	(20 074)	-	-	-
Ganhos				
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	577 679
Custos com sinistros de resseguro cedido	-	-	-	384 441
Ganhos de investimentos relativos				
a contratos depósito e contratos investimento	5 604 238	-	733 396	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	47 610 809	-	5 898 088	-
Outros rendimentos não técnicos	1 927 517	-	-	-

(Valores em Euros)

	Xingtao Assets Limited	Bona Film Group Ltd	BHF (ex RHJ International, SA)	Outros	TOTAL
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	669 756 750	-	66 079 133	-	1 397 177 386
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	62 366 492
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	30 100	30 100
Provisão para sinistros de resseguro cedido	-	-	-	-	4 618
Mediadores	-	-	-	-	2 314 822
Acionistas	-	-	-	10 000	16 119
Devedores Diversos	-	-	-	146 891	146 891
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	20 533
Outros depósitos	-	-	-	-	90 002 315
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	1 499 897 531
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	268 732 998
Passivo					
Acionistas	-	-	-	9 632	46 856
Mediadores c/c	-	-	-	-	4 783 399
Tomadores de Seguro	-	-	-	-	34
Resseguradores c/c	-	-	-	-	1 681 438
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	33 858 210
Fornecedores c/c	-	-	-	2 361	72 100
Outros credores	-	-	-	-	76 658 904
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	13 766 364
Perdas					
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	(5 015 387)
Remuneração de Mediação	-	-	-	-	(43 455 947)
Gastos com pessoal	-	-	-	1 412 839	1 425 982
Fornecimentos e Serviços Externos	-	-	-	(2 080 939)	(3 688 396)
Juros Suportados	-	-	-	-	(823 485)
Comissões	-	-	-	-	(3 013 583)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	(93 264)
Perdas de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	(64 420)	(67 891)	-	-	(2 942 330)
Perdas de ativos e passivos financeiros	(103 269)	(68 742)	-	-	(43 521 428)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	(1 521)	(21 595)
Ganhos					
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	577 679
Custos com sinistros de resseguro cedido	-	-	-	-	384 441
Ganhos de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	24 862 419	28 895 886	-	-	60 095 939
Ganhos de ativos e passivos financeiros	7 235 450	38 554 579	-	678 359	99 977 285
Outros rendimentos não técnicos	-	-	-	823	1 928 340

2014

(Valores em Euros)

	CGD	Xingtao Assets Limited	TOM TAILOR	Bona Film Group Ltd	Sogrupa-Serv Admn
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	748 337 448	977 475 000	71 884 496	48 746 185	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	70 440 528	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100
Mediadores	827 034	-	-	-	-
Acionistas	22 477	-	-	-	266 413
Devedores Diversos	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18 910	-	-	-	-
Outros depósitos	188 935 186	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	146 571 988	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	14 055 160	-	-	-	-
Passivo					
Acionistas	10 948	-	-	-	-
Mediadores c/c	4 054 926	-	-	-	-
Resseguradores c/c	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	8 609 482	-	-	-	-
Fornecedores c/c	13 304	-	-	-	26 876
Outros credores	37 222 825	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	6 995 340	-	-	-	-
Perdas					
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-
Remuneração de Mediação	32 169 644	-	-	-	-
Gastos com pessoal	335 246	-	-	-	9 008
Fornecimentos e Serviços Externos	2 159 671	-	-	-	691 603
Juros Suportados	1 624 904	-	-	-	-
Comissões	3 001 500	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	142 635	-	-	-	-
Perdas de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	6 989 058	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	25 011 046	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	4 919	-	-	-	-
Ganhos					
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Ganhos de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	18 925 647	4 096 967	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	65 800 652	319 320	-	-	674 479
Outros rendimentos não técnicos	79 336	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	Sogrupos-SI	Sogrupos IV - Gestão Imoveis	Xsource, ACE	Peak Reinsurance Company	Fosun International Ltd	TOTAL
Ativo						
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1 846 443 129
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	70 440 528
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	30 100
Mediadores	-	-	-	-	-	827 034
Acionistas	-	2 396	-	-	-	291 286
Devedores Diversos	154 332	-	48 249	-	3 150	205 731
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	18 910
Outros depósitos	-	-	-	-	-	188 935 186
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	146 571 988
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	14 055 160
Passivo						
Acionistas	-	-	39	-	1 586	12 573
Mediadores c/c	-	-	-	-	-	4 054 926
Resseguradores c/c	-	-	-	290 296	-	290 296
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	8 609 482
Fornecedores c/c	326 283	6 744	-	-	-	373 207
Outros credores	-	-	-	-	-	37 222 825
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	6 995 340
Perdas						
Prémios resseguro cedido	-	-	-	642 826	-	642 826
Remuneração de Mediação	-	-	-	-	-	32 169 644
Gastos com pessoal	1 105 660	-	614 661	-	-	2 064 575
Fornecimentos e Serviços Externos	2 238 118	130 215	-	-	529	5 220 136
Juros Suportados	-	-	-	-	-	1 624 904
Comissões	-	-	-	-	-	3 001 500
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-	142 635
Perdas de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-	6 989 058
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	25 011 046
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	-	4 919
Ganhos						
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	19 987	-	19 987
Ganhos de investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-	23 022 614
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	66 794 451
Outros rendimentos não técnicos	-	-	-	-	-	79 336

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2015, não houve remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Sociedade, relativo ao exercício de 2015, ascendem a 1.325.943 Euros.

47. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2015		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 092 255 173	2 092 255 173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	888 551 392	-	888 551 392
Derivados de cobertura	1 285 939	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 605 222 739	54 094 272	8 659 317 011
Empréstimos e contas a receber	-	686 960 936	686 960 936
Outros devedores	-	157 750 836	157 750 836
	9 496 017 990	3 061 162 858	12 557 180 848

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 397 217 639	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	573 049 425	7 502 593 805	8 075 643 230
Derivados de cobertura	4 406 362	-	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 699 297	37 699 297
Outros passivos financeiros	18 448 784	355 920 340	374 369 124
Outros credores	-	134 150 522	134 150 522
	595 904 571	9 427 581 603	10 023 486 174

(Valores em Euros)

	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	391 453 759	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	863 556 675	-	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	9 193 323 659	131 282 830	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	1 316 624 152	1 316 624 152
Outros devedores	-	119 743 176	119 743 176
	10 056 880 334	2 083 524 996	12 140 405 330
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 439 409 242	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	711 664 290	6 980 565 746	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 952 197	37 952 197
Outros passivos financeiros	8 610 084	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	110 530 334	110 530 334
	720 274 374	8 921 377 142	9 641 651 516

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	92 966 534	-	92 966 534	62 462 065	-	62 462 065
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(184 533 753)	-	(184 533 753)	(157 574 049)	-	(157 574 049)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	52 768 910	-	52 768 910	54 617 115	-	54 617 115
Rendimentos de instrumentos financeiros:						
de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas	29 849 148	-	29 849 148	20 436 301	-	20 436 301
de ativos detidos para negociação	(1 395 064)	-	(1 395 064)	(463 251)	-	(463 251)
de ativos financeiros disponíveis para venda	331 500 785	-	331 500 785	177 118 444	-	177 118 444
de empréstimos e contas a receber	15 544 190	-	15 544 190	8 222 838	-	8 222 838
de depósitos à ordem	268 184	-	268 184	357 872	-	357 872
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas de:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	354 334 446	(311 313 222)	43 021 224	243 197 909	(6 129 847)	237 068 062
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(187 551 641)	-	(187 551 641)	(125 524 404)	-	(125 524 404)
Outros	(1 314 215)	-	(1 314 215)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(37 314 963)	-	(37 314 963)	(2 316 273)	-	(2 316 273)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16 836 701	-	16 836 701	(12 393 543)	-	(12 393 543)
De outros	3 434 798	-	3 434 798	-	-	-
Diferenças de câmbio	44 324 114	-	44 324 114	15 254 618	-	15 254 618

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Perdas de imparidade (líquidas de reversão):						
de ativos financeiros disponíveis para venda	(223 533 507)	-	(223 533 507)	(12 029 004)	-	(12 029 004)
de empréstimos e contas a receber valorizados						
a custo amortizado	496 540	-	496 540	(2 589 054)	-	(2 589 054)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(417 269)	-	(417 269)	(461 988)	-	(461 988)
	306 263 938	(311 313 222)	(5 049 284)	268 315 596	(6 129 847)	262 185 749

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015	2014
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	288 039 372	163 742 664
Empréstimos e contas a receber	15 544 190	8 222 838
Depósitos à ordem em instituições de crédito	268 184	357 872
	303 851 746	172 323 374
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(32 296 814)	(35 680 554)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos		
de seguros e de contratos de investimento	(187 551 641)	(185 911 191)
Depósitos recebidos de resseguradores	417 269	461 988
	(219 431 186)	(221 129 757)

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Justo valor de instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2015			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 092 255 173	2 092 255 173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	411 966 885	468 656 402	7 928 105	-	888 551 392
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	5 217 893 284	1 781 256 741	1 606 072 714	54 094 272	8 659 317 011
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	686 960 936	686 960 936
Outros devedores	-	-	-	157 750 836	157 750 836
	5 632 104 028	2 249 913 143	1 614 000 819	3 061 162 858	12 557 180 848
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 397 217 639	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de investimento	-	573 049 425	-	7 502 593 805	8 075 643 230
Derivados de cobertura	4 155 656	250 706	-	-	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	37 699 297	37 699 297
Outros passivos financeiros	10 822 796	7 625 988	-	355 920 340	374 369 124
Outros credores	-	-	-	134 150 521	134 150 521
	14 978 452	580 926 119	-	9 427 581 602	10 023 486 173
	5 617 125 576	1 668 987 024	1 614 000 819	(6 366 418 744)	2 533 694 675

(Valores em Euros)

	2014				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	391 453 759	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	21 658 907	813 130 578	28 767 190	-	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	990 845 793	7 355 038 710	847 439 156	131 282 830	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 316 624 152	1 316 624 152
Outros devedores	-	-	-	119 743 176	119 743 176
	1 012 504 700	8 168 169 288	876 206 346	2 083 524 996	12 140 405 330
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 439 409 242	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de investimento	-	711 664 290	-	6 980 565 746	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	37 952 197	37 952 197
Outros passivos financeiros	-	8 610 084	-	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	-	-	110 530 334	110 530 334
	-	720 274 374	-	8 921 377 142	9 641 651 516
	1 012 504 700	7 447 894 914	876 206 346	(6 837 852 146)	2 498 753 814

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2014 e 2015, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 1 de maio de 2014	919 256 478	53 006 951
Revalorizações		
- por contrapartida de resultados	11 672 638	(4 523 371)
- por contrapartida de capitais próprios	(3 761 196)	-
Reforços/reversões de imparidade no exercício	(6 433 087)	-
Alienações	(73 295 677)	(19 716 390)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	847 439 156	28 767 190
Aquisições	153 437 295	-
Revalorizações		
- por contrapartida de resultados	15 400 757	(135 306)
- por contrapartida de capitais próprios	(1 330 250)	-
Reforços/reversões de imparidade no exercício	(987 740)	-
Transferências		
de nível 2 para nível 3	689 243 417	-
Alienações	(97 129 921)	(20 703 779)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 606 072 714	7 928 105

Na revisão efetuada às classificações iniciais no âmbito da aplicação da IFRS 13, concluiu-se que, no caso das obrigações de dívida pública, o conceito de mercado organizado onde as partes informadas e interessadas em transacionar se encontram, é o mercado consubstanciado nas plataformas de negociações eletrónicas. Neste mercado realiza-se o essencial das transações entre investidores institucionais conferindo liquidez e profundidade aos preços observados que são do acesso irrestrito dos diversos participantes. Assim, procedeu-se à reclassificação do nível 2 para o nível 1.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(Valores em Euros)

	2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 092 255 173	2 092 255 173	-
Ativos disponíveis para venda	54 094 272	54 094 272	-
Empréstimos e contas a receber	686 960 936	686 960 936	-
Outros devedores	157 750 836	157 750 836	-
	2 991 061 217	2 991 061 217	-

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	391 453 759	391 453 759	-
Ativos disponíveis para venda	131 282 830	131 282 830	-
Empréstimos e contas a receber	1 316 624 152	1 316 624 152	-
Outros devedores	119 743 176	119 743 176	-
	1 959 103 917	1 959 103 917	-

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:
 - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à Atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações aprovadas pela Comissão Executiva. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento do Grupo, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pelo Grupo tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento do Grupo deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité de Investimento e que apresentem uma relação entre rentabilidade e risco adequada para o Grupo;
- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão, responsável da Direção de Investimento ou da Fidelidade Property, de acordo com a delegação de competências, respeitando as seguintes orientações:
 - a. As operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples referindo a operação, o seu racional, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação. Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;
 - b. Para operações que superem o limite de autonomia do responsável do órgão de estrutura proponente uma proposta de investimento deverá ser feita a ser submetida à Comissão Executiva;
- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;
- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Gestão de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pelo Grupo.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para o Grupo tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco versus retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos do Grupo pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor no Grupo e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte do Grupo, bem como os respetivos universos de investimento.

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- Rendimento Fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;
- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos:
 - Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado;
 - Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas;
 - Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura;
 - Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns, como por exemplo, metais preciosos ou cereais;
 - Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um look through mensal do fundo;
 - Outros instrumentos equivalentes aprovados pela Comissão Executiva.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno versus risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da ASF.

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira do Grupo em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de *rating*;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

Gestão do risco dos ativos

Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco versus retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

Processo de controlo e gestão do risco

O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

Mecanismos de controlo de perdas nos ativos

Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento do Grupo em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de Solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

Reporte e monitorização da atividade de investimento

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015			2014		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	2 088 545 878	-	2 088 545 878	385 297 723	-	385 297 723
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	867 623 316	-	867 623 316	840 134 284	-	840 134 284
Ativos disponíveis para venda	6 676 266 292	(118 786 119)	6 557 480 173	7 844 723 890	(47 978 713)	7 796 745 177
Empréstimos e contas a receber	686 960 936	-	686 960 936	1 316 624 152	-	1 316 624 152
Outros devedores	191 186 344	(33 435 508)	157 750 836	172 973 516	(53 230 340)	119 743 176
Exposição máxima a risco de crédito	10 510 582 766	(152 221 627)	10 358 361 139	10 559 753 565	(101 209 053)	10 458 544 512

Em 2015 e 2014, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 16.675 Euros e 16.694 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2015			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	440 505 668	2 787 209	1 489 066	444 781 943
BBB- até BBB+	-	120 731 993	1 432	120 733 425
BB- até BB+	2 011 134 312	51 793 678	21 925 825	2 084 853 815
B- até B+	24 258 534	33 382	39 012 207	63 304 123
Sem <i>rating</i>	2 037 636	4 904 958	34 249 276	41 191 870
	2 477 936 150	180 251 220	96 677 806	2 754 865 176
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem <i>rating</i>	948 511	-	-	948 511
	948 511	-	-	948 511
Total	2 478 884 661	180 251 220	96 677 806	2 755 813 687

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	251 064 899	3 237 560	-	254 302 459
BBB- até BBB+	200 215 591	9 847	-	200 225 438
BB- até BB+	595 035 723	261 259 315	6 369 954	862 664 992
B- até B+	316 034 368	151 830	25 160 433	341 346 631
Sem <i>rating</i>	2 422 330	4 209 797	29 610 355	36 242 482
	1 364 772 911	268 868 349	61 140 742	1 694 782 002
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem <i>rating</i>	968 804	-	-	968 804
	968 804	-	-	968 804
Total	1 365 741 715	268 868 349	61 140 742	1 695 750 806

Na rubrica “Depósitos em Instituições de Crédito” estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 666.319.298 Euros e 1.309.484.279 Euros, em 2015 e 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por *rating* da Standard & Poor’s, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2015				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 693 958	868 985	-	3 562 943
A- até A+	-	1 499 730	337 539	-	1 837 269
BBB- até BBB+	-	1 335 526	299 999	-	1 635 525
BB- até BB+	-	2 003 138	-	60 416 747	62 419 885
Sem <i>rating</i>	-	15 770 185	-	278 034 438	293 804 623
	-	23 302 537	1 506 523	338 451 185	363 260 245
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 502 873	-	-	2 502 873
AA- até AA+	-	4 739 835	-	-	4 739 835
BBB- até BBB+	-	6 042 880	-	-	6 042 880
BB- até BB+	375 369 102	-	-	-	375 369 102
	375 369 102	13 285 588	-	-	388 654 690
Instituições Financeiras					
AAA	-	221 375	-	-	221 375
AA- até AA+	-	604 336	175 233	122 057	901 626
A- até A+	-	2 961 525	199 059	57 623	3 218 207
BBB- até BBB+	2 927 391	9 789 720	572 793	-	13 289 904
B- até B+	52 432 843	7 807 269	-	-	60 240 112
	55 360 234	21 384 225	947 085	179 680	77 871 224
Outros emitentes					
A- até A+	-	36 408 186	-	-	36 408 186
BBB- até BBB+	68 259	-	-	-	68 259
BB- até BB+	1 360 017	-	-	-	1 360 017
Sem <i>rating</i>	-	695	-	-	695
	1 428 276	36 408 881	-	-	37 837 157
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	432 157 612	94 381 231	2 453 608	338 630 865	867 623 316

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2015				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	58 896	-	58 896
AA- até AA+	-	6 256 243	2 153	-	6 258 396
A- até A+	-	30 429 755	1 337 559	2 928 662	34 695 976
BBB- até BBB+	60 334 451	73 523 369	30 630 403	120 218 644	284 706 867
BB- até BB+	4 833 521	211 229 842	25 992 173	141 492 872	383 548 408
B- até B+	-	72 456 570	35 124 110	85 415 405	192 996 085
Menor que B-	-	23 392 829	8 120 774	23 454 046	54 967 649
Sem <i>rating</i>	148 333 396	89 014 928	-	870 524 939	1 107 873 263
	213 501 368	506 303 536	101 266 068	1 244 034 568	2 065 105 540
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	28 389 259	-	-	28 389 259
AA- até AA+	-	45 658 555	-	-	45 658 555
BBB- até BBB+	-	67 492 964	-	61 634 918	129 127 882
BB- até BB+	3 220 729 915	-	-	43 259 650	3 263 989 565
Sem <i>rating</i>	-	-	-	226 317	226 317
	3 220 729 915	141 540 778	-	105 120 885	3 467 391 578
Instituições Financeiras					
AAA	-	12 568 036	-	11 444 702	24 012 738
AA- até AA+	-	20 870 613	-	11 323 606	32 194 219
A- até A+	-	118 203 961	16 184 312	-	134 388 273
BBB- até BBB+	6 062 100	103 643 301	51 918 355	50 508 917	212 132 673
BB- até BB+	55 303 202	22 657 269	-	37 610 741	115 571 212
B- até B+	392 149 650	61 087 560	-	8 930 663	462 167 873
Menor que B-	8 671 530	-	-	92 769	8 764 299
Sem <i>rating</i>	-	-	-	7 446 547	7 446 547
	462 186 482	339 030 740	68 102 667	127 357 945	996 677 834
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 579 420	17 579 420
AA- até AA+	-	66 908	-	-	66 908
A- até A+	-	252 275	-	-	252 275
BBB- até BBB+	10 170 633	-	-	-	10 170 633
BB- até BB+	-	235 985	-	-	235 985
	10 170 633	555 168	-	17 579 420	28 305 221
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 906 588 398	987 430 222	169 368 735	1 494 092 818	6 557 480 173

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 793 415	801 285	-	3 594 700
A- até A+	-	1 815 374	202 338	-	2 017 712
BBB- até BBB+	1 980 924	1 307 714	-	-	3 288 638
BB- até BB+	-	2 168 937	-	-	2 168 937
Sem <i>rating</i>	-	-	-	183 408 867	183 408 867
	1 980 924	8 085 440	1 003 623	183 408 867	194 478 854
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1 507 684	-	-	1 507 684
AA- até AA+	-	4 323 436	-	-	4 323 436
BBB- até BBB+	-	7 525 598	-	-	7 525 598
BB- até BB+	487 434 372	-	-	-	487 434 372
Sem <i>rating</i>	299 224	-	-	-	299 224
	487 733 596	13 356 718	-	-	501 090 314
Instituições Financeiras					
AAA	-	225 321	-	-	225 321
AA- até AA+	-	331 658	292 266	343 398	967 322
A- até A+	-	29 633 787	95 686	119 268	29 848 741
BBB- até BBB+	2 506 089	1 473 148	913 701	-	4 892 938
BB- até BB+	60 618 982	8 078 229	-	-	68 697 211
	63 125 071	39 742 143	1 301 653	462 666	104 631 533
Outros emitentes					
A- até A+	-	38 446 548	-	-	38 446 548
BBB- até BBB+	125 196	-	-	-	125 196
BB- até BB+	1 359 626	-	-	-	1 359 626
Sem <i>rating</i>	-	2 213	-	-	2 213
	1 484 822	38 448 761	-	-	39 933 583
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	554 324 413	99 633 062	2 305 276	183 871 533	840 134 284

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	60 588	-	60 588
AA- até AA+	-	7 038 499	1 142 768	-	8 181 267
A- até A+	-	100 117 381	26 747 179	5 283 404	132 147 964
BBB- até BBB+	159 507	117 678 686	-	-	117 838 193
BB- até BB+	72 939 837	317 635 199	-	-	390 575 036
B- até B+	-	29 457 548	-	-	29 457 548
Sem <i>rating</i>	150 541 289	-	-	981 087 497	1 131 628 786
	223 640 633	571 927 313	27 950 535	986 370 901	1 809 889 382
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	42 251 487	-	-	42 251 487
AA- até AA+	-	112 423 023	-	-	112 423 023
BBB- até BBB+	-	1 719 907 800	-	-	1 719 907 800
BB- até BB+	2 285 236 479	-	-	-	2 285 236 479
	2 285 236 479	1 874 582 310	-	-	4 159 818 789
Instituições Financeiras					
AAA	-	25 299 788	-	15 697 434	40 997 222
AA- até AA+	-	15 166 777	-	26 575 440	41 742 217
A- até A+	-	327 455 644	36 001 893	102 643	363 560 180
BBB- até BBB+	165 495 160	205 813 338	82 201 427	-	453 509 925
BB- até BB+	588 679 660	62 567 059	-	-	651 246 719
B- até B+	154 397 670	30 108 118	-	-	184 505 788
Menor que B-	8 706 533	-	-	28 866 793	37 573 326
Sem <i>rating</i>	5 000 000	-	-	2 530 387	7 530 387
	922 279 023	666 410 724	118 203 320	73 772 697	1 780 665 764
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	18 127 477	18 127 477
AA- até AA+	-	124 463	-	979 249	1 103 712
A- até A+	-	277 032	-	-	277 032
BBB- até BBB+	18 654 213	-	-	-	18 654 213
BB- até BB+	-	8 208 808	-	-	8 208 808
	18 654 213	8 610 303	-	19 106 726	46 371 242
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 449 810 348	3 121 530 650	146 153 855	1 079 250 324	7 796 745 177

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 41). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2015						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	5 315 128	355 132	288 698	264 799	30 885	(94 815)	6 159 827
Produtos vida risco	418 271	546 341	800 168	1 136 172	2 030 313	(2 128 218)	2 803 047
Ramo não vida:							
Automóvel	11 147 413	6 792 154	3 382 266	2 447 068	1 861 602	(5 041 856)	20 588 647
Acidentes de trabalho	2 240 157	2 650 845	1 294 715	2 662 739	1 296 248	(1 875 469)	8 269 235
Doença	2 760 416	2 926 926	1 481 547	1 010 661	361 428	(1 348 052)	7 192 926
Incêndio e outros danos	6 965 631	2 706 574	1 402 514	2 868 734	759 882	(1 980 885)	12 722 450
Transportes	819 198	322 024	127 118	215 655	228 515	(435 456)	1 277 054
Responsabilidade civil	912 234	420 449	497 759	401 471	113 712	(511 398)	1 834 227
Outros (inclui Acidentes pessoais)	2 863 508	2 287 405	605 304	972 650	718 389	(904 208)	6 543 048
	33 441 956	19 007 850	9 880 089	11 979 949	7 400 974	(14 320 357)	67 390 461

(Valores em Euros)

	2014						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	3 398 650	157 995	91 424	48 517	333 982	(27 533)	4 003 035
Produtos vida risco	133 005	602 754	755 292	1 210 535	1 625 478	(2 462 438)	1 864 626
Ramo não vida:							
Automóvel	13 286 186	5 463 583	5 711 628	3 028 230	922 062	(5 407 158)	23 004 531
Acidentes de trabalho	3 636 587	1 343 536	718 170	1 398 152	288 809	(1 451 589)	5 933 665
Doença	5 529 247	2 885 875	1 652 690	2 729 411	224 297	(1 383 030)	11 638 490
Incêndio e outros danos	9 034 666	2 311 866	593 262	1 170 310	616 341	(1 377 590)	12 348 855
Transportes	1 424 146	435 240	348 867	300 206	608 807	(304 023)	2 813 243
Responsabilidade civil	1 076 959	393 571	80 510	42 130	44 241	(318 940)	1 318 471
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3 757 346	2 653 990	412 092	432 445	152 486	(540 058)	6 868 301
	41 276 792	16 248 410	10 363 935	10 359 936	4 816 503	(13 272 359)	69 793 217

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	2 095 255 173	-	-	-	-	-	-	-	-	2 095 255 173
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos										
para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	464 479	22 789 216	13 790 540	171 288 653	586 434 339	94 219 635	8 584 790	1 283 576	20 928 076	919 783 304
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	94 742 225	521 208 834	304 788 607	1 113 666 718	1 352 677 575	874 084 564	3 627 799 004	143 597 534	2 102 066 280	10 134 631 341
Empréstimos e contas a receber	4 702 023	525 200 048	18 935 696	30 909 829	139 530 978	2 037 577	2 334 409	182 348	1 522 865	725 355 773
Outros devedores	157 750 836	-	-	-	-	-	-	-	-	157 750 836
	2 352 914 736	1 069 198 098	337 514 843	1 315 865 200	2 078 642 892	970 341 776	3 638 718 203	145 063 458	2 196 862 721	14 105 121 927
Passivo										
Provisão matemática										
do ramo vida	18 906 447	18 131 552	29 194 259	114 815 915	313 858 262	272 610 603	296 527 095	262 947 204	24 447 238	1 351 438 575
Passivos financeiros da										
componente de depósito de										
contratos de seguros e de										
contratos de investimento	202 567 306	316 818 662	381 412 507	726 684 822	2 639 287 973	1 954 294 091	1 968 549 843	470 787 709	4 040 053	8 664 442 966
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4 406 362	4 406 362
Depósitos recebidos										
de resseguradores	39 270	78 540	117 810	37 934 918	-	-	-	-	-	38 170 538
Outros passivos financeiros	1 494 658	1 463 191	35 114 685	12 143 141	55 456 194	251 585 709	36 220 729	-	10 822 796	404 301 103
Outros credores	134 150 522	-	-	-	-	-	-	-	-	134 150 522
	357 158 203	336 491 945	445 839 261	891 578 796	3 008 602 429	2 478 490 403	2 301 297 667	733 734 913	43 716 449	10 596 910 066

(Valores em Euros)

	2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	391 453 759	-	-	-	-	-	-	-	-	391 453 759
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos										
e perdas	382 729	1 778 438	4 850 775	179 217 896	408 189 046	247 125 623	30 811 463	1 141 638	25 308 903	898 806 511
Ativos disponíveis para venda	174 073 342	403 295 499	128 933 303	379 439 455	2 950 138 113	2 144 336 713	2 193 134 710	15 827 797	1 527 863 415	9 917 042 347
Empréstimos e contas a receber	956 525 128	213 496 521	20 618 526	42 995 868	94 540 938	31 702 688	3 769 687	188 560	3 034 483	1 366 872 399
Outros devedores	119 743 176	-	-	-	-	-	-	-	-	119 743 176
	1 642 178 134	618 570 458	154 402 604	601 653 219	3 452 868 097	2 423 165 024	2 227 715 860	17 157 995	1 680 627 880	12 818 339 271
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	24 095 166	21 769 350	24 807 359	110 758 743	334 726 184	258 468 835	350 416 987	298 776 932	25 002 076	1 448 821 632
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	869 666 579	266 617 959	421 273 014	792 995 146	1 965 288 142	2 036 421 972	1 544 172 106	418 156 262	2 849 791	8 317 440 971
Depósitos recebidos de resseguradores	10 279	20 557	30 836	38 013 869	-	-	-	-	-	38 075 541
Outros passivos financeiros	5 171 650	16 341 603	44 978 604	11 030 896	52 550 614	151 447 995	112 924 697	-	-	394 446 059
Outros credores	110 530 334	-	-	-	-	-	-	-	-	110 530 334
	1 009 474 008	304 749 469	491 089 813	952 798 654	2 352 564 940	2 446 338 802	2 007 513 790	716 933 194	27 851 867	10 309 314 537

Os valores apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos *cash-flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no “Até 1 mês”;

- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os passivos subordinados, dado que não têm prazo de reembolso definido foram classificados como maturidade “Indeterminado”;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os Derivados de Cobertura foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratarem de contratos de futuros cambiais;
- Para o cálculo dos *cash-flows* previsionais dos “Outros passivos financeiros” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos *cash-flows* previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2014.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(Valores em Euros)

	2015			
	Exposição a			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 088 545 878	3 709 295	2 092 255 173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	767 747 193	99 876 123	20 928 076	888 551 392
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 243 501 039	313 749 692	2 102 066 280	8 659 317 011
Empréstimos e contas a receber	-	686 357 468	603 468	686 960 936
Outros devedores	-	-	157 750 836	157 750 836
	7 011 248 232	3 188 529 161	2 357 403 455	12 557 180 848
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 397 217 639	-	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	7 588 168 537	487 474 693	-	8 075 643 230
Derivados de cobertura	250 706	-	4 155 656	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 699 297	-	37 699 297
Outros passivos financeiros	134 708	363 411 620	10 822 796	374 369 124
Outros credores	-	-	134 150 521	134 150 521
	7 588 553 951	2 285 803 249	149 128 973	10 023 486 173

(Valores em Euros)

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	385 297 723	6 156 036	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	704 260 996	135 873 289	23 422 390	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	7 280 396 014	516 347 060	1 527 863 415	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	-	1 316 223 953	400 199	1 316 624 152
Outros devedores	-	-	119 743 176	119 743 176
	7 984 657 010	2 353 742 025	1 802 006 295	12 140 405 330
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 439 409 242	-	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	7 064 646 710	627 583 326	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	37 952 197	-	37 952 197
Outros passivos financeiros	13 299 635	348 230 072	-	361 529 707
Outros credores	-	-	110 530 334	110 530 334
	7 077 946 345	2 453 174 837	110 530 334	9 641 651 516

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2015					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(36 202 637)	(18 471 368)	(9 330 737)	6 653 642	10 235 296	11 480 131
Ativos disponíveis para venda	(598 475 390)	(311 625 579)	(159 075 032)	157 170 144	312 443 861	603 756 753
Empréstimos e contas a receber	(4 406 805)	(2 229 903)	(1 121 705)	151 904	179 113	216 118
	(639 084 832)	(332 326 850)	(169 527 474)	163 975 690	322 858 270	615 453 002
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(86 663 404)	(47 856 325)	(25 307 202)	27 409 633	57 584 960	129 041 796
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(297 248 727)	(151 961 602)	(76 401 804)	78 851 756	159 140 789	325 527 783
Outros passivos financeiros	(4 109)	(2 090)	(1 054)	328	732	1 272
	(383 916 240)	(199 820 017)	(101 710 060)	106 261 717	216 726 481	454 570 851

(Valores em Euros)

	2014					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(13 382 213)	(6 850 960)	(3 466 657)	3 460 874	6 727 626	9 305 275
Ativos disponíveis para venda	(617 012 392)	(320 547 772)	(163 469 022)	168 114 329	330 804 650	609 356 005
Empréstimos e contas a receber	(3 575 605)	(1 814 546)	(914 127)	784 704	1 313 847	1 485 539
	(633 970 210)	(329 213 278)	(167 849 806)	172 359 907	338 846 123	620 146 819
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(73 087 585)	(45 387 811)	(25 288 830)	27 052 648	55 494 613	111 834 487
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(309 882 574)	(149 458 661)	(73 498 981)	75 745 340	144 187 141	228 828 770
Outros passivos financeiros	(2 161)	(1 087)	(545)	340	340	340
	(382 972 320)	(194 847 559)	(98 788 356)	102 798 328	199 682 094	340 663 597

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros e passivos técnicos foi efetuado considerando os *cash-flows* futuros descontados à curva da taxa de juro da dívida pública Portuguesa, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2015		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 737 038 702	355 216 471	2 092 255 173
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 942 120	68 159 521	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	533 937 744	354 613 648	888 551 392
Derivados de cobertura	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 088 301 671	2 571 015 340	8 659 317 011
Empréstimos e contas a receber	467 377 078	219 583 858	686 960 936
Outros devedores	115 228 413	51 015 610	166 244 023
	8 943 825 728	3 621 848 307	12 565 674 035
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 394 623 905	2 593 734	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	8 075 643 230	-	8 075 643 230
Derivados de cobertura	250 706	4 155 656	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	33 979 523	3 719 774	37 699 297
Outros passivos financeiros	249 784 930	124 584 194	374 369 124
Outros credores	94 099 203	48 544 505	142 643 708
	9 848 381 497	183 597 863	10 031 979 360

(Valores em Euros)

	2014		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346 696 147	44 757 612	391 453 759
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	16 332 210	108 088 869	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	679 648 466	183 908 209	863 556 675
Ativos disponíveis para venda	8 617 828 401	706 778 088	9 324 606 489
Empréstimos e contas a receber	1 255 096 188	61 527 964	1 316 624 152
Outros devedores	98 556 574	40 530 683	139 087 257
	11 014 157 986	1 145 591 425	12 159 749 411
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 437 805 419	1 603 823	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	7 692 230 036	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	32 332 589	5 619 608	37 952 197
Outros passivos financeiros	258 244 660	103 285 047	361 529 707
Outros credores	99 077 142	30 797 274	129 874 416
	9 519 689 846	141 305 752	9 660 995 598

As rubricas “Outros devedores” e “Outros credores” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

48. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

48.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

48.2. Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

48.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e Saneamento da Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto Fidelidade (Atividade em Portugal)

(Valores em Euros)

Ramos	2015			2014		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	152 974 007	1,35	1,34	139 832 342	1,34	1,33
Doença	202 978 575	0,93	0,92	188 737 694	0,92	0,90
Incêndio e Outros Danos	212 235 595	0,69	0,68	211 095 058	0,67	0,66
Automóvel	338 750 714	0,97	0,95	327 523 641	0,91	0,90
Marítimo	3 601 197	0,58	0,57	3 350 877	0,47	0,46
Aéreo	7 380 193	0,00	-0,02	5 439 501	0,14	0,12
Mercadorias transportadas	6 689 394	0,52	0,50	6 467 655	1,00	0,98
Responsabilidade Civil Geral	29 207 407	0,55	0,54	27 760 210	0,70	0,69
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	36 885 333	0,47	0,46	35 658 174	0,59	0,57

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2015 e 2014.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Aéreo, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil, Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos) registaram um desagravamento do rácio em 114,9%, 48,7%, 21,7% e 19,7%, respetivamente.

Nos grupos de ramos Marítimo, Automóvel, Incêndio e Outros Danos, Doença e Acidentes a tendência é no sentido do agravamento do rácio, atingindo 24,3%, 6,5%, 2,9%, 1,7% e 0,9%, respetivamente.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios do ramo Acidentes não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade Portugal os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2015, foram positivos em mais de 69 milhões de euros.

Suficiência dos prémios e Constituição de Provisão para riscos em curso

Seguro Direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 25,4% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de Resseguro

À exceção dos ramos Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2015, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente, foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2014.

Provisão Para Prêmios Não Adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF (anteriormente designada por ISP) que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para Sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos *cash-flows* futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 91,5% dos Prêmios Brutos Adquiridos e 97,8% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2015.

Distribuição dos Resseguradores por *Rating*

<i>Rating</i>	% dos Resseguradores	
	2015	2014
A -	11,1%	13,9%
A	33,3%	25,0%
A +	27,8%	36,1%
AA -	19,4%	16,7%
AA	2,8%	2,8%
AA+	2,8%	2,8%
Sem <i>Rating</i>	2,8%	2,8%

Existe um tratado específico do tipo *Excess of Loss* para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 450.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,5% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Análises de sensibilidade

A Seguradora efetua análises de sensibilidade no âmbito dos habituais trabalhos atuariais, nomeadamente para aferir a adequabilidade dos níveis de prémios e de provisionamento e respetivos impactos ao nível da solvência.

Em dezembro de 2015 a taxa de cobertura de solvência da Fidelidade ascendia a 281,88%. Caso os custos com sinistros dos ramos não vida sofressem um acréscimo de 20%, a margem de cobertura recuaria para 260,06%.

É calculado anualmente, no âmbito do Quantitative Impact Study, o capital económico da empresa para os diversos riscos de subscrição dos ramos não vida.

Comparação dos Sinistros Estimados e Efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2014 ascendia a 1.534 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2015, para sinistros ocorridos em 2014 e anos anteriores, foram pagos 257.341.959 Euros.

Em dezembro de 2015 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.277.381.026 Euros. No entanto, assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 38 milhões de euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2014, no valor de 1.239.344.602 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença e Marítimo e Transportes, ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 47 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2014 (1)	Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2015* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	825 923 445	122 493 001	723 393 725	19 963 281
Incêndio e Outros Danos	105 150 808	34 742 644	62 659 660	(7 748 504)
Automóvel	479 932 191	89 612 121	342 933 816	(47 386 254)
Marítimo e Transportes	2 782 500	279 923	3 031 999	529 422
Aéreo	3 209 582	470 354	2 640 849	(98 379)
Mercadorias transportadas	8 085 039	3 227 999	3 651 400	(1 205 640)
Responsabilidade Civil Geral	106 957 980	6 080 033	99 617 032	(1 260 915)
Crédito e Cauções	460 964	(60 402)	482 847	(38 519)
Proteção Jurídica	76 401	5 391	1 983	(69 027)
Assistência	208 110	315	5 917	(201 878)
Diversos	1 935 965	490 580	925 374	(520 011)
Total	1 534 722 985	257 341 959	1 239 344 602	(38 036 424)

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

48.4. Políticas de Resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportada.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de caráter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo de um período definido, trabalhando num cenário conservador de um período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-”.

48.5. Ramo Vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

(Prémios + Rendimentos – Sinistros – Despesas de Gestão – Variação na Provisão Matemática – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os *cash inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2016	154 234 401	112 582 526	0	15 027 538	21 721 404	186 221 531
2017	123 649 961	92 649 755	0	14 284 068	18 816 125	183 121 487
2018	114 924 985	85 674 633	0	13 521 042	16 382 618	147 248 035

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2016	150 580 182	110 333 919	0	15 027 538	21 158 176	236 315 248
2017	114 158 849	86 660 244	0	14 284 068	17 376 547	214 490 480
2018	100 428 620	76 547 801	0	13 521 042	14 346 625	166 338 662

49. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão do capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas da ASF, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares nº 12/2009-R, de 30 de outubro, nº 21/2010-R, de 16 de dezembro e nº 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades do Grupo. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares da ASF;
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos;
- Caso a ASF verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado pela Autoridade, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira;
- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pela ASF. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para o efeito, as empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte à ASF o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

O plano de representação das provisões técnicas é comunicado à ASF no prazo de 20 dias após o final de cada trimestre.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, o Grupo dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Gabinete de Compliance (GC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição;
- f. Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Direção de Gestão de Riscos

A DGR é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

- a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;
- b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:
 - Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
 - Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
 - Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação;
 - Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;

- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respectivos Planos de Contingência;
 - Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro.
- c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Gabinete de Compliance

O GC é um órgão de estrutura de primeira linha, de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem do Grupo e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

O GC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a coordenação da prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução e procedimentos internos nesta matéria.

b. Compliance

Assegurar a gestão da função de compliance, com vista ao cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como de políticas e de procedimentos internos, visando prevenir sanções de caráter legal ou regulamentar e prejuízos financeiros ou de ordem reputacional.

Direção de Auditoria

A DAU é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno do Grupo, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelo Grupo. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias de Seguros do Grupo.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

Comitês de Produtos, Vida e Não Vida

Os Comitês de Produtos têm como principal missão a coordenação do lançamento de produtos de todas as empresas do Grupo, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia multicanal e de criação de valor, assegurando o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco do Grupo definido pela Comissão Executiva.

A margem de solvência consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida pelas companhias de seguros do Grupo, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital	1 598 750 000	1 037 800 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	248 256 978	536 958 395
Reservas por Impostos Diferidos	(45 241 702)	(121 034 222)
Reserva Legal	13 845 216	95 985
Outras Reservas	(257 007 610)	(402 133 915)
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	(14 178 243)	(8 667 166)
Resultado líquido do exercício	254 770 311	123 696 919
	1 799 244 950	1 166 765 996
Interesses minoritários	277 956 048	315 903 872
	2 077 200 998	1 482 669 868
Deduções prudenciais		
Ativos intangíveis	(449 061 219)	(458 767 276)
	(449 061 219)	(458 767 276)
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	1 628 139 779	1 023 902 592

(continuação)

(Valores em Euros)

	2015	2014
Requisitos de solvência:		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	621 076 585	611 490 320
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	37 847 129	36 959 898
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	7 770 234	7 547 279
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	8 259 689	7 896 318
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	3 600 000	3 600 000
Universal Seguros, S.A.	10 974 890	6 025 591
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	2 588 740	2 671 691
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	3 000 000	-
Total da Margem de Solvência a constituir	695 117 267	676 191 097
Excesso na margem de solvência individual de cada		
empresa participada que corresponde aos interesses minoritários	130 956 221	69 869 828
Excedente de cobertura	802 066 291	277 841 667
Taxa de cobertura	234%	151%

Nestas datas, as Companhias de Seguros pertencentes ao perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A., cumpriam individualmente com os imperativos legais de solvência a que cada uma estava sujeita.

50. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sucursal de Macau, da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2015						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	29 379 892	33 533 911	19 024 486	145 066	276 413	296 111	161 614
Instrumentos de dívida	119 581 696	341 211 575	-	2 911 298	2 197 092	3 913 697	2 426 652
Instrumentos de capital	13 880 493	150 483 532	-	951 536	3 295 957	5 971 497	4 373 318
Outros	(98 635)	(275 745)	(140 720)	(37 375)	(53 373)	(95 060)	(70 591)
	162 743 446	524 953 273	18 883 766	3 970 524	5 716 089	10 086 245	6 890 994
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	3 380 613	3 858 597	2 189 063	16 692	31 806	34 072	18 596
Instrumentos de dívida	13 759 731	39 261 691	-	334 990	252 810	450 332	279 224
Instrumentos de capital	1 597 166	17 315 467	-	109 489	379 251	687 113	503 218
Outros	(11 349)	(31 729)	(16 192)	(4 301)	(6 141)	(10 938)	(8 123)
	18 726 161	60 404 026	2 172 871	456 870	657 725	1 160 579	792 916

* Valores calculados à taxa de câmbio EUR/MOP a 31-12-2015 do Banco de Portugal.

	2014						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	25 553 188	26 090 423	15 977 646	45 131	113 196	143 224	138 057
Instrumentos de dívida	121 597 613	295 745 158	-	2 343 032	1 858 167	3 360 475	2 314 549
Instrumentos de capital	14 975 328	142 107 554	-	786 645	2 826 225	4 989 051	4 273 086
Derivados	(32 685)	-	-	-	-	-	-
Outros	(97 872)	(240 408)	(108 084)	(27 809)	(40 112)	(72 116)	(59 946)
	161 995 572	463 702 726	15 869 562	3 147 000	4 757 475	8 420 635	6 665 746
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 260 027	2 353 301	1 491 193	4 217	10 496	13 226	12 654
Instrumentos de dívida	10 754 585	26 675 583	-	218 926	172 303	310 315	212 150
Instrumentos de capital	1 324 479	12 817 798	-	73 502	262 068	460 702	391 667
Derivados	(2 891)	-	-	-	-	-	-
Outros	(8 656)	(21 684)	(10 087)	(2 598)	(3 720)	(6 659)	(5 495)
	14 327 544	41 824 997	1 481 106	294 046	441 147	777 583	610 977

51. Concentração de Atividades Empresariais

Em conformidade com as respetivas disposições contabilísticas (IFRS 3) o Grupo procedeu à revisão durante o exercício de 2015 do *goodwill* preliminarmente registado em 2014, relativo à aquisição de 98,21% das ações da Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS), em 31 de outubro de 2014, tendo na sequência desse processo, reexpresso os valores comparativos respeitantes ao exercício de 2014. Assim, o Grupo ajustou o respetivo *goodwill* preliminarmente determinado, nos 12 meses subsequentes à ocorrência da concentração de atividades empresariais, no caso até 31 de outubro de 2015, tendo reexpressado os respetivos comparativos do exercício de 2014.

(Valores em Euros)

Compra da Luz Saúde, S.A.	474 065 126
Capital Próprio da empresa adquirida	114 921 348
	359 143 778

Na sequência do apuramento do *Goodwill*, conforme divulgado no quadro acima o Grupo procedeu ao ajustamento/revisão das rubricas de (i) "Ativos por impostos diferidos", (i) "Terrenos e edifícios de uso próprio", (iii) "Reservas de revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio" (iv) "Reservas por impostos diferidos", (v) *Goodwill*, (vi) "Outras Reservas" e (vii) "Interesses minoritários".

Adicionalmente, apesar de não estar associado especificamente à concentração das atividades empresariais, o Grupo procedeu também à revisão/ajustamento de duas situações:

- i) Segregação de saldos associados às rubricas de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo", por contrapartida de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo";
- ii) Correção das contas da subsidiária Cares Multiassistance, S.A. com impacto nas rubricas de "Contas a receber por outras operações", por contrapartida de "Outros rendimentos/gastos", "Resultados transitados" e "Interesses minoritários".

(Valores em Euros)

	2014		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
ATIVO			
Terrenos e edifícios de uso próprio	382 933 903	(206 333)	383 140 236
<i>Goodwill</i>	432 007 319	(16 237 597)	448 244 916
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	10 491 420	947 105	9 544 315
Contas a receber por outras operações	113 590 057	(970 000)	114 560 057
Ativos por impostos diferidos	188 694 411	16 729 110	171 965 301
	1 127 717 110	262 285	1 127 454 825
PASSIVO			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	947 105	947 105	-
	947 105	947 105	-
CAPITAL PRÓPRIO			
Reservas de reavaliação			
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	69 933 131	(206 333)	70 139 464
Reserva por impostos diferidos	(121 034 222)	16 729 110	(137 763 332)
Outras reservas	(402 037 930)	(16 522 777)	(385 515 153)
Resultados transitados	(8 667 166)	(269 280)	(8 397 886)
Resultado do exercício	123 696 919	(126 480)	123 823 399
Interesses minoritários	315 903 872	(289 060)	316 192 932
	(22 205 396)	(684 820)	(21 520 576)
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Outros rendimentos/gastos	3 121 961	(310 000)	3 431 961
Interesses minoritários	(33 520 710)	183 520	(33 704 230)
	(30 398 749)	(126 480)	(30 272 269)

52. Eventos Subsequentes

A partir de 1 de janeiro de 2016, será aplicável ao setor segurador o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado através da Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse sentido, foi publicada a Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela diretiva e que introduz alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

Apesar do novo RJASR conter alterações que vão para além da transposição da Diretiva Solvência II, as mais significativas relacionam-se sobretudo com os três pilares do regime Solvência II:

- Pilar I – são criados requisitos quantitativos que traduzem uma avaliação económica proporcional do ativo e passivo do Grupo de forma a assegurar a cobertura real dos riscos assumidos pela mesma. O novo requisito de capital de solvência visa garantir a existência de fundos próprios de base elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta;
- Pilar II – são criados novos requisitos qualitativos para acautelar a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que exerçam funções de relevo na empresa seguradora, tal como administração, gestão de risco, auditoria interna e função atuarial. Um dos elementos centrais deste Pilar é a autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, o Grupo deve efetuar uma reflexão crítica sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio, bem como sobre a adequação do capital regulatório, o SCR, ao seu perfil efetivo de risco;
- Pilar III – são criadas novas obrigações de informação ao público e ao supervisor, nomeadamente, estatuidando a obrigação de divulgação anual de um relatório sobre a solvência e situação financeira do Grupo segurador.

No atual regime de solvência, em vigor até 31 de dezembro de 2015, a cobertura da margem de solvência é o indicador que permite aferir a capacidade do Grupo em solver os seus compromissos financeiros.

O regime de solvência II estabelece dois patamares de exigências de capital. Em primeiro lugar, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) é calculado abrangendo todos os riscos a que o Grupo pode estar exposto, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O segundo patamar de exigências de capital, o Requisito de Capital Mínimo (MCR), estabelece um nível de alerta superior, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades do Grupo.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, o Grupo estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respetivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, o Grupo terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de janeiro de 2016. Consequentemente, à data atual, embora o Conselho de Administração esteja a preparar informação preliminar a este respeito, não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e atividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto.

Os trabalhos preparatórios levados a cabo no âmbito da fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II, colocam o Grupo num grau de preparação confortável com vista a uma adequada transição para este novo regime de solvência.

04

Relatório do
Conselho de
Administração

Em cumprimento das exigências legais e estatutárias de prestação de informação, vem o Conselho de Administração da Longrun Portugal, SGPS, S.A., doravante Longrun, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

A satisfação dessas exigências constitui também uma oportunidade para, precedendo a análise da evolução dos vários segmentos do negócio e a apresentação das demonstrações financeiras, expor, em traços gerais, os aspetos de maior relevância para a caracterização da empresa, bem como as principais linhas de orientação no desenvolvimento da sua atividade.

1. Apresentação da Empresa

A Longrun é uma sociedade gestora de participações no setor segurador, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (84,99%, 80% e 80%, respetivamente).

2. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

2.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa continuou a evidenciar, em 2015, a tendência de recuperação iniciada no ano anterior, refletindo a evolução quer da procura interna, em particular do consumo de bens duradouros e investimento, quer da procura externa, traduzida no dinamismo das exportações.

Esta evolução favorável teve como principal impulsionador o aumento do rendimento disponível nas economias desenvolvidas, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a diminuição acentuada dos preços dos produtos energéticos, a melhoria do mercado de trabalho e o aumento dos níveis de confiança por parte dos particulares. Adicionalmente, as exportações beneficiaram ainda da desvalorização do Euro face às principais moedas internacionais.

Assim, e em consequência da evolução descrita acima, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que a economia nacional continua a evidenciar, a atividade económica terá aumentado 1,6% em 2015, ligeiramente acima da estimativa para a área do Euro, permitindo retomar o processo de convergência real da economia portuguesa para a média europeia.

De referir ainda que a capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e da balança de capital, manteve-se em cerca de 2%, situação que se verifica desde 2012 devido ao reequilíbrio da balança corrente.

Por seu lado, a inflação registou, em 2015, um aumento de 0,5%, claramente abaixo do valor de referência para a área do Euro, devido à descida do preço das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, continuou a verificar-se a tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 12%, refletindo quer o maior nível de emprego associado à melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se moderadamente restritiva em 2015, continuando a evidenciar um elevado nível da carga fiscal e um crescimento moderado da despesa pública, possibilitando alcançar no final do ano um défice próximo de 3%.

As projecções mais recentes apontam para uma recuperação continuada da economia portuguesa, traduzida num crescimento anual próximo de 2%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face à recuperação recente e consolida a saída do ciclo recessivo iniciado em 2011.

Esta evolução continuará a ter como principais dinamizadores o consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como por alterações das atuais condições de financiamento.

2.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

Em 2015 o montante de prémios de seguro direto contabilizados no mercado português atingiu 12,7 mil milhões de euros (equivalente a 7,2% do PIB), o que representou um decréscimo de 11,4% face ao ano anterior, tendo sido prejudicado pela evolução desfavorável dos ramos Vida.

Com efeito, a atividade Vida evidenciou um decréscimo 17% no montante de prémios, para 8,7 mil milhões de euros, refletindo quer alterações nas políticas de captação de recursos por parte de alguns grupos financeiros nacionais, quer o atual contexto de reduzidas taxas de juro, com impacto significativo na taxa de poupança dos particulares.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um acréscimo de 3,7%, invertendo a tendência de decréscimo que se vinha verificando nos anos mais recentes, tendo o montante de prémios atingido 4,0 mil milhões de euros (cerca de 2,3% do PIB).

Apesar desta evolução favorável ter subjacente um aumento na generalidade dos ramos (com exceção de Transportes), há a destacar o crescimento de 7,1% evidenciado pelos ramos Acidentes e Doença, em particular pelos seguros de saúde, que beneficiaram do maior rendimento disponível e da necessidade crescente de complementar a oferta do Serviço Nacional de Saúde, e pelos seguros de Acidentes de Trabalho, que reflectiram uma ligeira recuperação do nível de emprego e o ajuste tarifário necessário para o equilíbrio técnico deste produto.

Por seu lado, os ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos apresentaram um crescimento próximo da atividade económica, tendo ambos beneficiado de uma estabilização do prémio médio e de um ligeiro aumento do número de apólices.

De referir ainda que, de uma forma geral, o mercado segurador apresentou, em 2015, uma diminuição dos níveis de concentração, traduzido por um aumento de quota das seguradoras de menor dimensão nos ramos Vida e Não Vida.

2.3. Enquadramento Competitivo da Área Hospitalar

O Setor da Saúde em Portugal constitui, tradicionalmente, uma área de intervenção privilegiada de entidades públicas, sobretudo no que diz respeito aos grandes sistemas de saúde, complementada pela clínica privada e por instituições com carácter associativo ou de solidariedade social.

Na última década, os gastos em saúde cresceram a um ritmo superior ao do PIB, levando a que Portugal seja um dos países da UE com maiores gastos em saúde (superior a 10% do PIB).

Nos últimos anos tem-se vindo igualmente a assistir ao aparecimento e à expansão de grandes projetos privados, pois a dinâmica das sociedades modernas modifica os paradigmas dos sistemas de saúde, por via do acesso generalizado à informação – o qual amplia as expectativas e exigências dos cidadãos no que diz respeito à escolha e acesso a cuidados de saúde.

As unidades de saúde privadas têm vindo a concentrar o esforço na disponibilização de oferta de serviços de excelência, com profissionais altamente qualificados nas respetivas áreas e na utilização dos mais modernos equipamentos, respondendo a uma procura crescente e seletiva, potenciada por uma adesão crescente aos seguros de saúde.

Os indicadores disponíveis apontam para uma dimensão já significativa e rapidamente crescente do setor privado de saúde, estimando-se que o volume de negócios seja aproximadamente 1.500 milhões de euros.

3. Resultado Líquido e Capital Próprio

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário individual negativo de 171.325 euros.

O Ativo Líquido da Longrun situou-se em 1,6 mil milhões de euros, um acréscimo face a 2014 resultante sobretudo de um aumento de capital através de prestações suplementares no montante de 561 milhões de euros.

4. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido individual do exercício de 2015 ascendeu a € -171 325,41.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados € -171 325,41

Lisboa, 23 de fevereiro de 2016

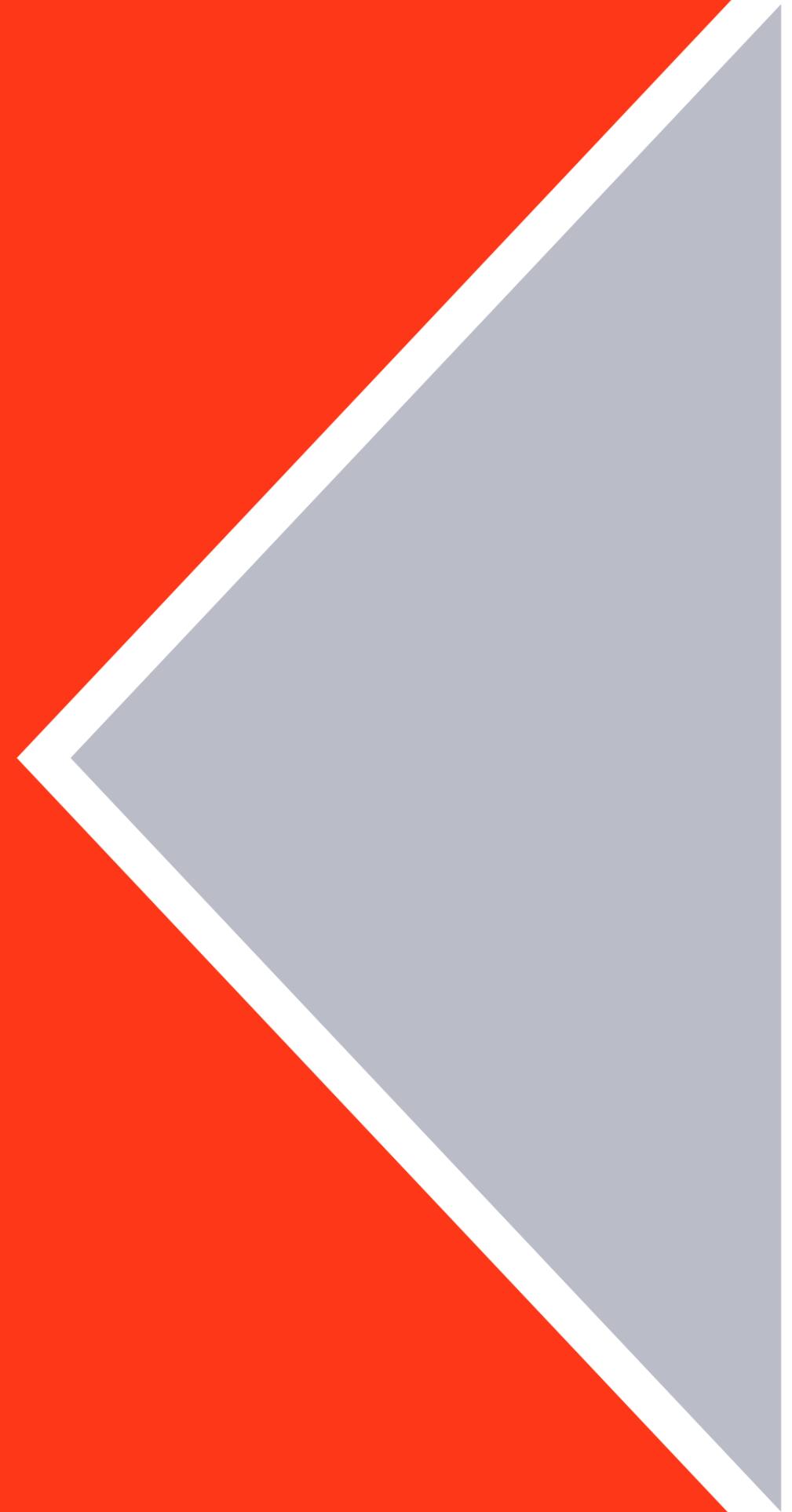
O Conselho de Administração

Guoqi Ding – Presidente

Xuetang Qin – Vogal

05

Demonstrações
Financeiras
Individuais



Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

ATIVO	Notas	2015			2014
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	28 245	-	28 245	206 260
Investimentos em subsidiárias	4	1 598 784 859	-	1 598 784 859	1 037 653 646
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		2 912	-	2 912	1 069
Contas a receber por outras operações	5	2 912	-	2 912	1 069
Ativos por impostos		45 552	-	45 552	2 887
Ativos por impostos correntes	6	-	-	-	2 887
Ativos por impostos diferidos	6	45 552	-	45 552	-
TOTAL ATIVO		1 598 861 568	-	1 598 861 568	1 037 863 862

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
PASSIVO			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		71 093	3 983
Contas a pagar por outras operações	7	71 093	3 983
Passivos por impostos		-	246
Passivos por impostos correntes	6	-	246
Acréscimos e diferimentos	8	158 760	6 593
TOTAL PASSIVO		229 853	10 822
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	9	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital		1 598 750 000	1 037 800 000
Outras reservas	10	3 040	-
Resultado do exercício	10	(171 325)	3 040
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 598 631 715	1 037 853 040
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1 598 861 568	1 037 863 862

Lisboa, 2 de maio de 2016

O Contabilista Certificado

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoGuoqi DING
PresidenteXuetang QIN
Vogal

Demonstração dos Resultados Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2014	2015
Rendimentos		(148)	-
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	13	(148)	-
Gastos financeiros		(216 178)	(9 089)
Outros	11	(216 178)	(9 089)
Outros rendimentos/gastos	14	(551)	13 038
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(216 877)	3 948
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	6	-	(908)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	6	45 552	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(171 325)	3 040

Lisboa, 2 de maio de 2016

O Contabilista Certificado

Carlos F. Tomé Silva Westerman

O Conselho de AdministraçãoGuoqi DING
PresidenteXuetang QIN
Vogal

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separada nos Exercícios de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

	Notas	Capital Social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultado do exercício	Total
Saldos em 13 de fevereiro de 2014 (data de aquisição)		-	-	-	-	-
Realização de capital	9	50 000	-	-	-	50 000
Prestações suplementares	9	1 037 800 000	-	-	-	1 037 800 000
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	3 040	3 040
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1 037 850 000	-	-	3 040	1 037 853 040
Aplicação do resultado	10	-	305	2 735	(3 040)	-
Prestações suplementares	9	560 950 000	-	-	-	560 950 000
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	(171 325)	(171 325)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1 598 800 000	305	2 735	(171 325)	1 598 631 715

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Pagamentos a fornecedores	(2 512)	-
Outros	(551)	(385)
	(3 063)	(385)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por outras operações	(1 843)	-
	(1 843)	-
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por outras operações	5 611	500
Outros passivos	(246)	-
	5 365	500
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	459	115
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	2 887	(3 795)
Caixa líquida das atividades operacionais	3 346	(3 680)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Outros	-	13 586
	-	13 586
Pagamentos resultantes da aquisição ou contratação de:		
Outros	(148)	-
	(148)	-
Concentrações de atividades empresariais:		
Aquisição de subsidiárias	(561 131 213)	(1 037 653 646)
Caixa líquida das atividades de investimento	(561 131 361)	(1 037 640 060)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Realização de capital	-	50 000
Prestações suplementares	560 950 000	1 037 800 000
Caixa líquida das atividades de financiamento	560 950 000	1 037 850 000
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(178 015)	206 260
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	206 260	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	28 245	206 260

06

Anexo às
Demonstrações
Financeiras
Individuais

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, n.º 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade, direta e indiretamente, incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Universal Seguros, S.A. (“Universal”), Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

Em 2014, decorreu o processo de privatização do capital social da Fidelidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, no âmbito do qual a Longrun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., 96.800.000 ações representativas de 80% do capital social e direitos de voto da Fidelidade, em resultado da operação de venda direta em que se tornou o acionista de referência da Fidelidade (venda direta de referência ou VDR).

Em 2014, a Longrun Portugal, SGPS, S.A. adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. as 4.320.000 ações da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., pelo seu valor nominal, tendo a Sociedade passado a deter 80% do capital social da Multicare.

Em 2014, a Longrun Portugal, SGPS, S.A. adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. as 1.200.000 ações da Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A., pelo seu valor nominal, tendo a Sociedade passado a deter 80% do capital social da Fidelidade Assistência.

Em 8 de janeiro de 2015 e em cumprimento do estabelecido na cláusula 2.2. do Acordo de Venda Direta de Referência foi concluído o processo de aquisição pela Longrun das ações reservadas a trabalhadores por estes não adquiridas, tendo, assim, a Longrun passado a deter 102.833.140 ações representativas de 84,9861% do capital social e dos direitos de voto.

Ainda no âmbito do processo de privatização, foi concretizada a oferta pública de venda (OPV) de um lote de ações, representativas de 5% do capital social, reservado a trabalhadores, OPV esta no quadro da qual foram adquiridas, por trabalhadores, 16.860 ações representativas de 0,0139% do capital social.

Em cumprimento do deliberado na Assembleia Geral de 31 de março de 2015, foi concluído, em 22 de dezembro de 2015, o processo de aquisição de ações próprias detidas por trabalhadores, tendo em virtude desta operação a estrutura acionista da companhia passado a ser a seguinte:

Acionista	% de Capital	N.º de ações
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	84,9861%	102.833.140
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	15,0000%	18.150.000
Trabalhadores	0,0029%	3.560
Ações Próprias	0,0110%	13.300
TOTAL	100%	121.000.000

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de maio de 2016.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2015 a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.7. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

As demonstrações financeiras e respetivas notas explicativas não são inteiramente comparáveis pelo facto da Sociedade ter sido constituída em 13 de fevereiro de 2014 e iniciado a sua atividade em 15 de maio de 2014 com a aquisição de participações no setor segurador.

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

2.3. Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2014 e 2015 é respetivamente de 24,5% e 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda esse valor.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A principal situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.4. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito e que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.6. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

2.7. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2015 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. As alterações com relevância para a Empresa foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	634/2014	17-06-2014
IFRS 13 - Mensuração ao Justo valor (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013)	1361/2014	01-07-2014

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 2 - Pagamentos com base em Ações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IFRS 8 - Segmentos Operacionais (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012)	28/2015	01-02-2015
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 27 - Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas às Normas)	2441/2015	01-01-2016

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes	01-01-2017

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)			
	2015	2014	
Depósitos à ordem:			
Em moeda nacional	28 245	206 260	
	28 245	206 260	

4. Investimentos em Subsidiárias

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 2015 e 2014 apresentavam-se como segue:

(Valores em Euros)				
	2015		2014	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:				
Instrumentos de Capital em empresas do Grupo				
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	1 541 964 100	80,00%	980 832 887
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	39 420 236	80,00%	39 420 236
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	17 400 523	80,00%	17 400 523
		1 598 784 859		1 037 653 646

Principais alterações ocorridas nos investimentos em subsidiárias durante o exercício de 2015

Em 8 de janeiro de 2015 e em cumprimento do estabelecido da cláusula 2.2 do Acordo da Venda Direta de Referência foi concluído o processo de aquisição pela Longrun das ações reservadas a trabalhadores por estes não adquiridas, tendo adquirido 6.033.140 ações, representativas de 4,9861 % pelo montante de 61.131.213 Euros. Assim, a Longrun passou a deter 102.833.140 ações representativas de 84,9861% do capital social e dos direitos de voto.

Em dezembro de 2015 a Sociedade realizou prestações suplementares, no valor de 500.000.000 Euros, de forma a constituir um reforço dos capitais próprios da Fidelidade.

Os dados financeiros das principais empresas subsidiárias em 2015 e 2014 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Setor Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14 217 045 038	12 446 347 244	1 770 697 794	207 862 217	2 226 166 634
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	130 656 784	73 412 739	57 244 045	8 370 408	202 213 318
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	60 430 268	34 825 110	25 605 158	7 868 906	47 985 840

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Setor Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	13 422 383 005	12 164 979 452	1 257 403 553	159 108 030	1 760 599 143
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	127 431 220	77 129 833	50 301 387	4 796 525	198 532 707
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	56 160 796	36 961 854	19 198 942	6 002 621	44 220 822

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

As empresas subsidiárias são as seguintes:

A **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.** é uma Sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. (“Império Bonança”) na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. (“Fidelidade Mundial”), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare – Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 13 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.** (ex **Cares – Companhia de Seguros, S.A.**), com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 16 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do Grupo	1 843	-
Outros	1 069	1 069
	2 912	1 069

6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	2 887
	-	2 887
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	(246)
	-	(246)
Ativos por impostos diferidos	45 552	-
	45 552	-
Total	45 552	2 641

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Estimativa de IRC	-	(908)
Retenções na fonte	-	3 795
	-	2 887

Em 2015 a Sociedade apresentou prejuízos fiscais. Em 2014 a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da Derrama Municipal, apurada nos termos da lei.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(216 877)		3 948
Imposto sobre o rendimento corrente			23,00%	908
Ativo por imposto diferido	21,00%	(45 552)		
Taxa efetiva de impostos	21,00%	(45 552)	23,00%	908

O ativo por imposto diferido registado em 2015 é referente ao prejuízo fiscal apurado no mesmo ano.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2015 e 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

7. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2015	2014
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do Grupo	9 593	3 983
Fornecedores conta corrente	61 500	-
	71 093	3 983

8. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2015	2014
Acréscimos de gastos:		
Férias e subsídio de férias a pagar	-	1 593
Comissões a pagar	10	-
Auditoria	61 500	5 000
Outros	97 250	-
	158 760	6 593

9. Capital

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Longrun Portugal, SGPS, S.A., no montante de 50.000 Euros é integralmente detido pela Millennium Gain Limited.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

10. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Outras reservas:		
Reserva legal	305	-
Outras reservas	2 735	-
	3 040	-
Resultado do exercício	(171 325)	3 040
	(168 285)	3 040

Os montantes da reserva legal e outras reservas resultam da aplicação de resultados de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que atinja 20% do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

11. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos de exploração incorridos pela Longrun apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
Gastos com pessoal (Nota 12)	(1 593)	1 593
Fornecimentos e serviços externos		
Gastos com trabalho independente	62	-
Consultoria	92 250	-
Auditoria	123 000	5 000
Outros Trabalhos especializados	2 459	2 214
	217 771	7 214
Impostos e taxas	-	266
Juros suportados	-	16
	216 178	9 089

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	(Valores em Euros)	
	2015	2014
	Conta não técnica	Conta não técnica
Gastos financeiros (Nota 14):		
- Custos imputados	216 178	9 089
Total dos custos de exploração imputados	216 178	9 089

12. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com os gastos com o pessoal em 2015 e em 2014 é como segue:

(Valores em Euros)		
	2015	2014
Encargos sobre remunerações	(1 593)	1 593
	(1 593)	1 593

Em 2015, foram anuladas estimativas para fazer face a encargos com Taxa Social Única (TSU), tendo em conta que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade não são remunerados.

13. Rendimentos

No exercício de 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)	
	2015
Investimentos não afetos:	
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(148)
	(148)

14. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
(Valores em Euros)		
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	-	13 586
Diferenças de câmbio favoráveis	1 447	-
	1 447	13 586
Gastos e perdas não correntes		
Insuficiência de estimativa de impostos	37	-
	37	-
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(1)	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1 447)	(17)
Serviços Bancários	(587)	(531)
	(2 035)	(548)
	(551)	13 038

15. Entidades Relacionadas

Os saldos e transações com empresas do Grupo em 2015 e 2014 apresentam-se como segue:

2015

(Valores em Euros)

	FIDELIDADE SEGUROS	Multicare	FIDELIDADE ASSISTÊNCIA	CGD	Millennium Gain Ltd	Fosun International Ltd	TOTAL
Ativo							
Investimentos em subsidiárias	1 541 964 100	39 420 236	17 400 523	-	-	-	1 598 784 859
Devedores	1 843	-	-	-	-	-	1 843
Depósito à ordem em moeda nacional	-	-	-	78	-	-	78
Passivo							
Acionistas	-	-	-	-	1 000	8 593	9 593
Perdas							
Custos com serviços bancários	-	-	-	(422)	-	-	(422)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	-	(798)	(798)
Ganhos							
Outros rendimentos não técnicos	-	-	-	-	-	649	649

2014

(Valores em Euros)

	FIDELIDADE SEGUROS	Multicare	FIDELIDADE ASSISTÊNCIA	Millennium Gain Ltd	Fosun International Ltd	TOTAL
Ativo						
Investimentos em subsidiárias	980 830 490	39 420 236	17 400 523	-	-	1 037 651 249
Passivo						
Acionistas	-	2 397	-	500	1 086	3 983
Perdas						
Custos com serviços bancários	-	-	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	-	-
Ganhos						
Outros rendimentos não técnicos	-	-	-	-	-	-

16. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão do capital obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que as empresas seguradoras do Grupo estão obrigadas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeito, o Grupo dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

17. Eventos Subsequentes

Detendo a Longrun participações financeiras em empresas seguradoras faz sentido destacar que a partir de 1 de janeiro de 2016, será aplicável ao setor segurador o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado através da Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse sentido, foi publicada a Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela diretiva e que introduz alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II estabelece dois patamares de exigências de capital. Em primeiro lugar, o Requisito de Capital de Solvência (SCR) é calculado abrangendo todos os riscos a que o Grupo pode estar exposto, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O segundo patamar de exigências de capital, o Requisito de Capital Mínimo (MCR), estabelece um nível de alerta superior, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades do Grupo.

Com exceção das situações anteriores, após a data do Balanço não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do exercício.

07

Relatório
do Governo
Societário

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2015 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.

II. Participações sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2015, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2015, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações nem obrigações da Sociedade.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

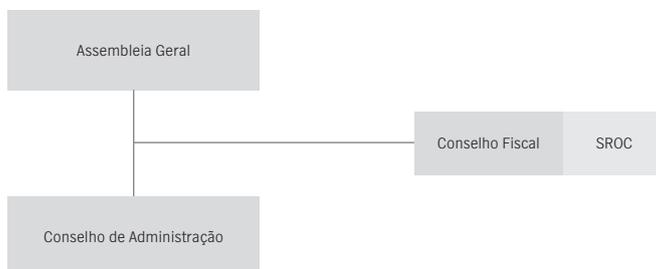
14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guoqi Ding	Presidente	13-02-2014	2014/2016	Executivo
Xuetang Qin	Vogal	13-02-2014	2014/2016	Executivo

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2015:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

15. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) Correspondente ao modelo adotado

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2014-2016.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015:

Membros da Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Xiaolei Hu	Presidente	26-09-2014	2014/2016
Lijun Shao	Vogal	26-09-2014	2014/2016
Xiao Lei Chi	Vogal	29-05-2015	2014/2016
Pei Yu	Suplente	26-09-2014	2014/2016

IV. Revisor Oficial de Contas

17. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230.

18. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016.

V. Auditor Externo

19. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

A Sociedade não tem um auditor externo, não se aplicando, deste modo, as disposições de governo das sociedades referentes ao mesmo.

C. Organização Interna

I. Estatutos

20. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

21. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

22. Órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a empresa mais representativa do grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e compliance, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria Interna e Gabinete de Compliance.

Por força do estabelecido na Diretiva relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o novo regime dela decorrente, transposto para a ordem jurídica interna através da Lei 147/2015, de 9 de setembro, nele se incluindo também o Regulamento Delegado (EU) 2015/35, de 10 de outubro, para além de um conjunto de normas técnicas de execução e orientações da EIOPA, será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016. Tendo em vista uma adequada transição, a EIOPA emitiu um conjunto de orientações, com aplicação desde 1 de janeiro de 2014, sobre os procedimentos a adotar na fase de preparação para aplicação do regime Solvência II.

Considerando o processo legislativo descrito, a Longrun realizou um *gap analysis* detalhado, comparando a situação atual com os objetivos (grau de maturidade) pretendidos para os requisitos constantes, quer do novo regime Solvência II, quer das orientações aplicáveis na fase de preparação para a sua aplicação, em 2016.

Em resultado desta análise, foi definido um plano de implementação contendo as atividades necessárias para eliminar as diferenças identificadas (gaps), abrangendo, quer a fase transitória (num horizonte temporal mais próximo – 2014 a 2015), quer a fase de consolidação da aplicação do novo regime Solvência II (num horizonte temporal mais alargado, após janeiro de 2016).

No âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de dezembro, o referido plano de implementação foi remetido à ASF, contendo, quer a calendarização das tarefas planeadas, e respetivo grau de execução, quer a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação), bem como aos sistemas de informação e aos planos de formação.

Ainda no âmbito da referida Circular, a Longrun enviou à ASF, durante o exercício de 2015, a seguinte informação relativa à fase preparatória:

- A política de autoavaliação do risco e da solvência, bem como relatório produzido no seguimento do exercício de autoavaliação do risco e da solvência efetuado, contendo as conclusões e os resultados das avaliações realizadas;
- Informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT) e informação qualitativa, com referência a 31/12/2014;
- Informação trimestral incorporada nos mapas de reporte quantitativo (QRT) com referência ao terceiro trimestre de 2015.

Desta forma, os trabalhos preparatórios levados a cabo no âmbito daquele plano de implementação, bem como as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, colocam o Grupo num grau de preparação confortável com vista a uma adequada transição para o regime Solvência II.

23. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais ao Grupo no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas diversas funções corporativas no Grupo Fidelidade, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao facto dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as Companhias, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

24. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2015, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

IV. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade

25. Endereço(s)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

26. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.

27. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.

28. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

29. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade. Tendo a Sociedade sido constituída há um ano, o acervo histórico encontra-se limitado a esse período.

D. Remunerações

I. Competência para a determinação

30. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

31. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, caso venha a existir, no futuro, será fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Em face do exposto, dispensa-se de fazer a avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração.

III. Divulgação das remunerações

32. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

33. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não houve nenhum administrador a cessar funções durante o exercício.

34. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

Os membros do Conselho Fiscal não exercem funções de forma remunerada.

35. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Tal como indicado supra não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

46. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, al. I)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

47. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

48. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

39. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

40. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

41. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

42. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.

08

Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal e
Certificação Legal de Contas
Consolidadas e Individuais

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2015

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

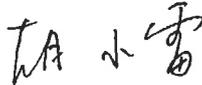
PARECER

Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de maio de 2016.

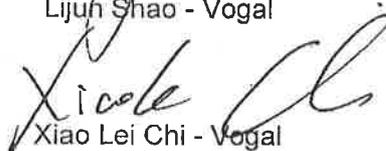
O CONSELHO FISCAL,



Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal

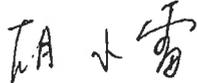
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2015**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 16 de maio de 2016.

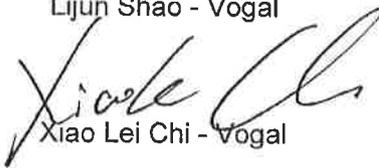
O CONSELHO FISCAL,



Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 15.186.466.234 Euros e um total de capital próprio de 1.799.244.950 Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 254.770.311 Euros), a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações no Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidadas e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.



Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 13 de maio de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, which reads 'Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto'. The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2015

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

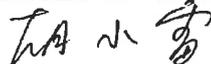
PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

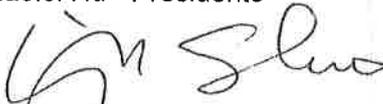
O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de maio 2016.

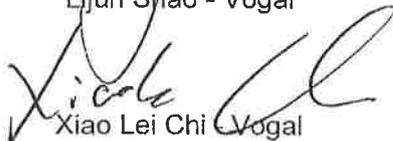
O CONSELHO FISCAL,



Xiaolei Hu - Presidente



Ljun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal

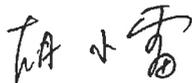
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2015**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 16 de maio de 2016.

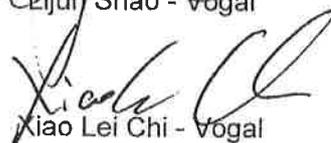
O CONSELHO FISCAL,



Xiaolei Hu - Presidente



Lijun Shao - Vogal



Xiao Lei Chi - Vogal

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 1.598.861.568 Euros e um total de capital próprio de 1.598.631.715 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 171.325 Euros), a Demonstração dos Resultados, das Variações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Longrun Portugal, SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2015, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respetivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

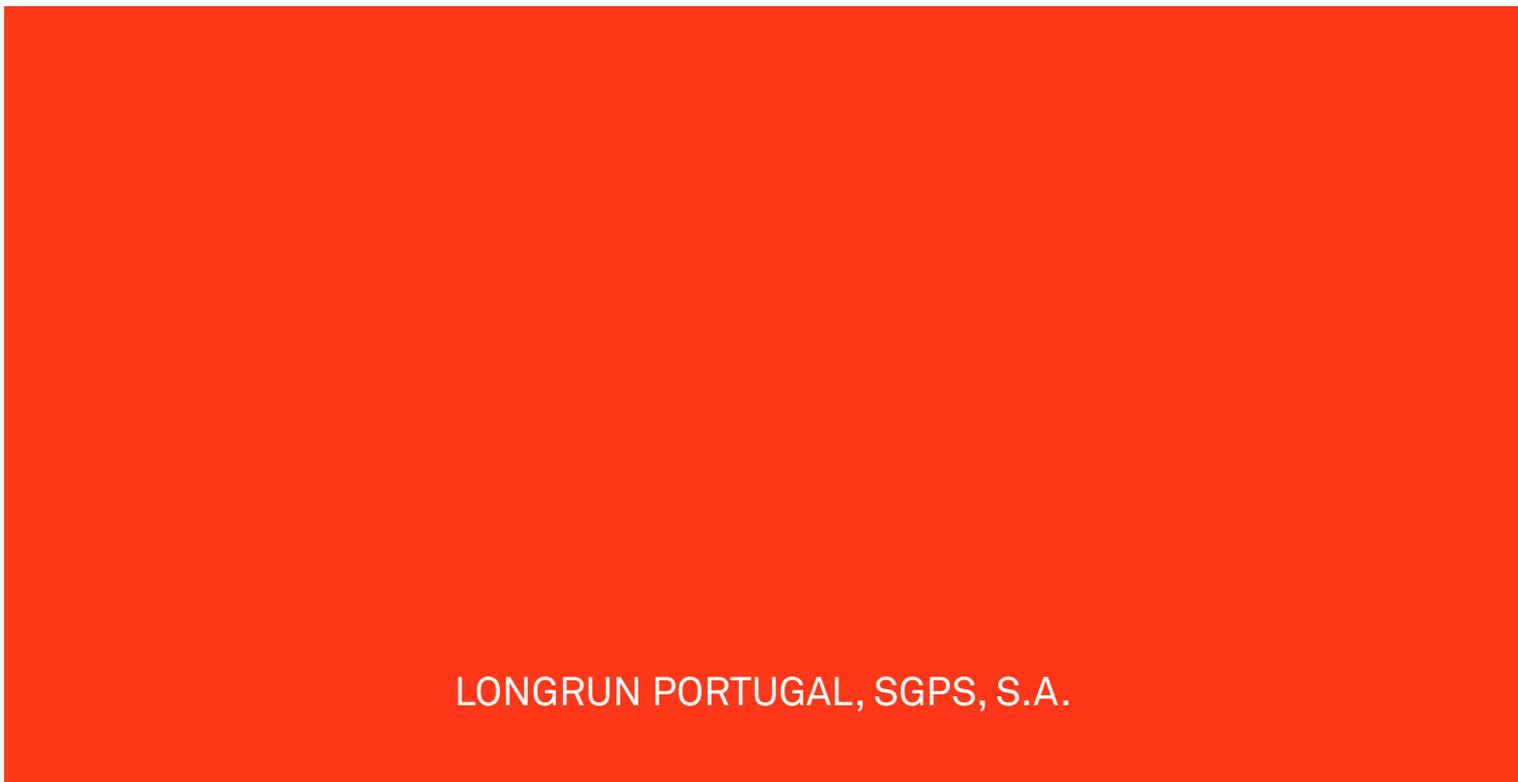
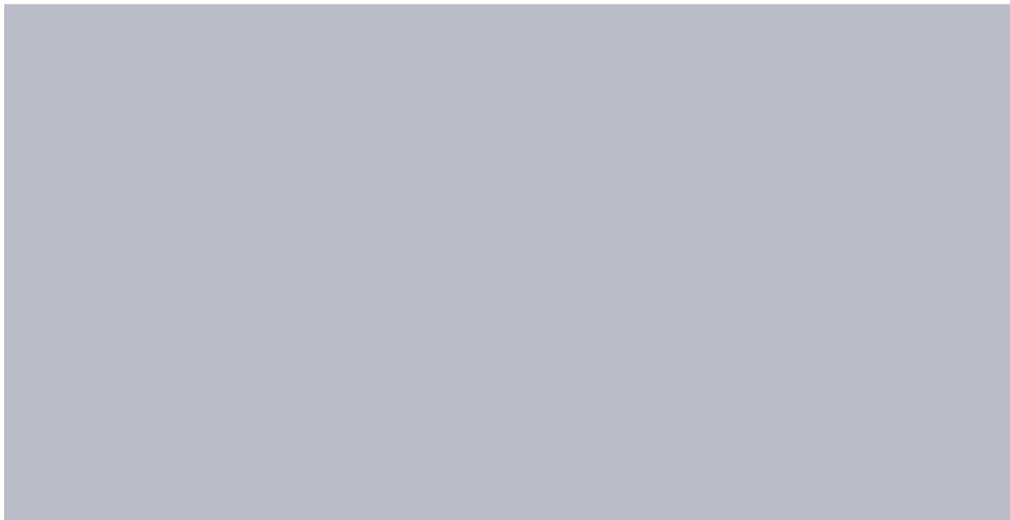
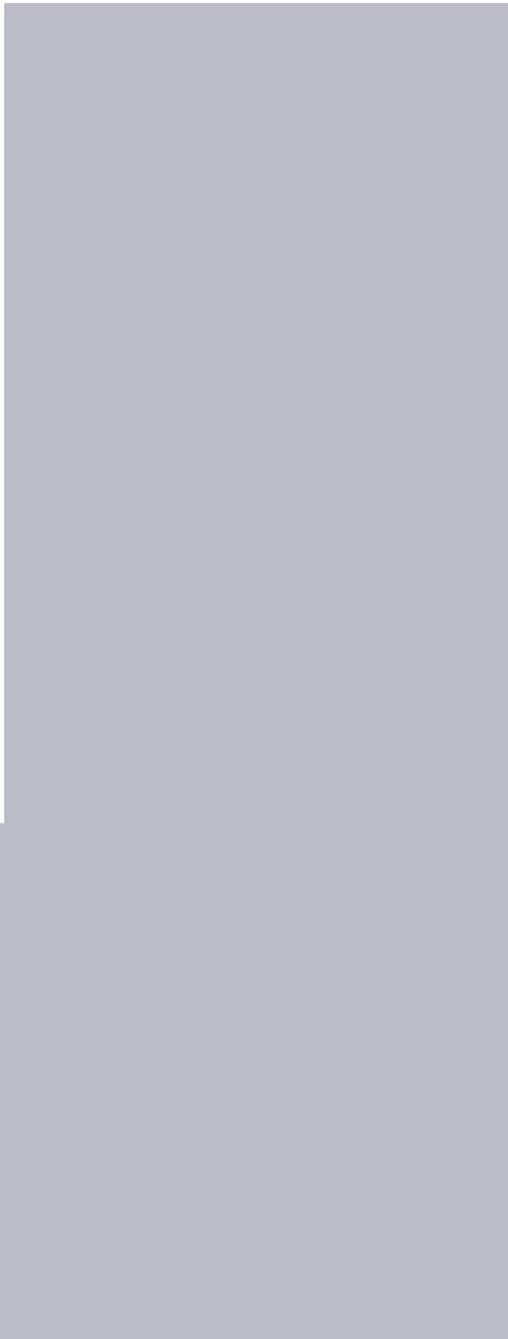
8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 13 de maio de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.